

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS:** =====

===== Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas 17 horas e 50 minutos, reuniu, em **Sessão Ordinária**, no **Auditório Diamantino Melo**, edifício da Junta de Freguesia de Carregosa, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares** - Primeiro Secretário e por - **Márcia Oliveira Gomes** - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalho: =====

1. **Primeiro Período de Intervenção do Público;** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====
2. **Informações Gerais;** =====
3. **Período de Antes da Ordem do Dia;** =====
4. **Ordem do Dia;** =====
5. **Segundo Período de Intervenção do Público** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

===== **Pontos da Ordem do Dia:** =====

===== **Ponto um:** - Aprovação da Ata nº 09 - Sessão da Assembleia Municipal de 28-04-2023 - Aprovação; =====

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

===== **Ponto três:** - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal/2023 (I/35423/2023) - Aprovação; =

===== **Ponto quatro:** - Piscina Municipal de La-Salette - abertura, horários, taxas e isenções - 2023 (I/34636/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto cinco:** - Alteração da postura de trânsito na Rua das Aldas, Rua da Portela, Rua do Almeu e Rua Mestra Aida Augusta Pereira - União de freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/30282/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto seis:** - Proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda (B.E.) de Adesão do Município à Tarifa Social Automatizada da água (I/38441/2023); =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS)**: Susana Cristina Pinto Azevedo Campos, Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, João Pedro Santos Costa, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Marisa Lopes de Sousa, Bruno Miguel da Silva Costa, João Manuel Oliveira Castro, José António Domingues Marques Lourenço, Daniela Patrícia Oliveira da Silva, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Constança Correia de Melo, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Simão da Costa Godinho, Gaspar de Sá Almeida e Maria de Fátima de Oliveira Ferreira. =====

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)**: Helga Alexandra Freire Correia, Francisco José Gomes da Silva, João Rebelo Martins, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Diana Janete da Cunha Semblano, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, Ana Rita Gomes Costa, António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira, Carla Susana da Silva Reis, José da Silva Queirós, Nuno Miguel Amaral da Rocha e José Rodrigues dos Santos. =====

===== **PARTIDO POPULAR (CDS-PP)**: António Pinto Moreira. =====

===== **CHEGA (CH)**: Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues. =====

===== **BLOCO DE ESQUERDA (B.E.)**: Alcino da Silva Martins. =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC)**: Augusto Moreira da Silva. =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU)**: Susana Clara Mortágua Gomes. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Susana Cristina Azevedo Campos que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Bruno Armando Aragão Henriques; Maria de Fátima de Oliveira Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail - Manuel Alberto Marques Dias Pereira; Nuno Miguel Amaral da Rocha que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Senhora Presidente da Junta de

Freguesia da Macieira de Sarnes - Florbela Neves de Sousa, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.

===== **Estiveram presentes por parte do Executivo Municipal:** =====

===== **Presidente da Câmara:** Joaquim Jorge Ferreira; **Vereadores:** Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Hélder Martinho Valente Simões, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira. =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do munícipe Jorge Fernando Paiva, António Vitorino Coelho, Ana Patrícia Almeida e Ana Miguel Almeida. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Jorge Paiva**, residente em Fajões. =====

===== Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, povo de Carregosa, imprensa. É com honra e carinho que hoje vim a esta Assembleia Municipal, numa Vila do Nordeste do concelho de Oliveira de Azeméis, tal como a minha Terra. Sempre gostei desta área, com bairrismo e luta pelos desígnios do desenvolvimento da minha Terra Fajões. Trago hoje um assunto deveras importante, quer para a história local, quer para o gosto da sua terra aos vindouros. Tal como eu, li com atenção o comentário que o senhor Presidente da Câmara fez neste auditório num passado recente, 15 de maio, publicado no jornal O Correio de Azeméis, edição 4975, de 30 de maio do ano em curso, sobre os limites de Carregosa do concelho de Oliveira de Azeméis com Vila Chã do concelho vizinho de Vale de Cambra, no lugar denominado Teamonde, em que afirmou lutar pela defesa das terras de Carregosa, nem que tenha que lutar em outros sítios. Plenamente de acordo. Quis o destino e tinha eu na altura 12 anos, mas sempre me ficou na retina e no ouvido a defesa da sua terra, Fajões, através do Decreto 48556, de 30 de agosto de 1968, finalizando um processo de disputa de terras entre Fajões/Cesar. Registo, agora, aquilo que há época admirei a tenacidade, frontalidade e bairrismo de um homem que dá pelo nome de Dr. Samuel, a luta, trabalho que teve, para que os Governantes da República na época Américo Deus Rodrigues Thomaz e António de Oliveira Salazar, respetivamente Presidente da República e Presidente do Conselho, assim como o ministro da Administração Interna Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior assinaram. Não vou falar de limites, mas sim de investimentos em Fajões Senhor Presidente da Câmara. Num dos extremos entre Fajões / Cesar, precisamente no terreno que foi pertencente à saudosa senhora Isaura Celeste Branco (cuja

transcrição do Decreto 48556, diz o seguinte): “Daqui inflete para nordeste e passa a acompanhar a estrema que separa a propriedade de Isaura Celeste Branco, do lado de Fajões, dos prédios de herdeiros de Alcino Sá, herdeiros de António Aguiar e Nicanor Alves Pinho, do lado de Cesar.” Pois, nesse terreno acima descrito e estando dentro da área geográfica de Fajões, vão ser construídas instalações, que por sua vez serão subcontratadas para uma grande superfície. Nada mais do que o Continente, com uma sua subsidiária loja “BOM DIA”. Bem-vinda. Porém, Senhor Presidente da Câmara, ousei vir a este plenário para denunciar ou me esclarecer se a futura Loja foi licenciada como Continente - “BOM DIA” Loja de Cesar, com a morada Gândara Cesar? Se foi como referi, é grave senhor Presidente, porque dá-se umas esmolas e tenta-se sonegar e reduzir o nosso espaço. A César o que é de César. A Fajões o que é de Fajões. Isto não são atos de benemerência. Que interesses andam escondidos? Acho ridículo o que um cidadão da minha terra, tentando desmentir a minha preocupação que a Loja seria denominada Fajões/Cesar, tive vontade de rir, com a agravante de ter consultado o senhor Presidente da Junta e que lhe tinha dado essa resposta. Em fiscalidade, ou é carne ou é peixe. Os nossos impostos nomeadamente o IMI, reverte numa percentagem de 5% nas receitas diretas das freguesias. Penso que o senhor Presidente da Câmara terá resposta para a minha questão. Ou então, como citou num passado recente, temos que tratar o assunto noutro lado. Já chega de bicadas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Vitorino, residente em Oliveira de Azeméis. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Camara Municipal, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, povo de Carregosa, imprensa. Aproveitando que esta assembleia municipal se realiza nesta bela freguesia de Carregosa, o partido CHEGA agradece e felicita a ACMAP por todo o trabalho que tem vindo a desenvolver em prol da sociedade Carregosense, nomeadamente na limpeza das margens dos rios, contando apenas com a ajuda dos seus sócios e da força braçal dos seus voluntários. Um bem hajam. E como não estamos presentes em Oliveira de Azeméis pela política do “bota-abaixo”, aproveitamos também para congratular o executivo municipal pelo arranque da construção dos tão esperados muros de suporte de terras na zona da Ouriçosa e na rua do Mosteiro em Cucujães. É caso para dizer: mais vale tarde que nunca. Caros membros do executivo e Senhores deputados, em meados de Julho de 2022, foi assinado entre a Indáqua e a autarquia, o protocolo para a criação dos Guardiões dos Rios. No decorrer deste último ano, as descargas ilegais continuaram a ser feitas para os nossos cursos de água e os ditos guardiões dos rios muito raramente se veem no terreno. Posto isto, e passado quase um ano da implementação deste projeto, o partido CHEGA questiona o Senhor Presidente da autarquia sobre o seguinte: Qual o balanço que faz deste 1º ano? Quantos autos foram elaborados? Quantas pessoas ou empresas foram autuadas? Senhor Presidente, fomos abordados por vários construtores e investidores

oliveirenses, que nos transmitiram o descontentamento com a demora nas emissões de licenciamento para construção e reabilitação de imóveis. Oliveira de Azeméis não pode continuar a ser considerado um concelho problemático e lento em matéria de licenciamento, correndo o risco de ver algum investimento privado abandonar o nosso concelho por causa de tanta burocracia. Com tanta tecnologia, com tantos mecanismos disponíveis, com mais de 800 funcionários ao serviço do município, pergunto: para quando a redução de tanta burocracia que permita agilizar todo este processo de emissão de licenças? Obrigado. Disse. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Ana Almeida, residente em Carregosa. =====

===== Boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Amaro Simões. Bem-vindos a Carregosa, que para além de uma das mais lindas freguesias de Portugal é dinâmica, empreendedora e que tão bem sabe receber. Na qualidade de mãe, encarregada de educação e membro da associação de pais da EB 123 de Carregosa, com o objetivo de esclarecer, ajudar a melhorar a qualidade de vida dos nossos alunos, dirijo-me a esta assembleia, nomeadamente ao executivo da camara municipal de OAZ com um conjunto de questões relacionadas com a Educação. Lamento dizê-lo, mas esta pasta, e aceito que outros não o achem, depende sempre das prioridades e entendimentos de cada um, mas a pasta Educação em Oliveira de Azeméis tem sido tratada de forma inconsiderada e desatenta, um pouco em cima do joelho. E este ano é a prova disso. Sabemos e temos consciência que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis estará a tentar incluir a escola EB123 de Carregosa no mapeamento de escolas a intervir pelo Ministério da Educação. Agradecemos e solicitamos que coloquem todos os recursos possíveis nesse trabalho, uma vez que a escola precisa de uma intervenção profunda e urgente. É a segurança dos alunos que está em causa. Enquanto isso não acontece, temos aquelas intervenções que devem ser feitas assiduamente, nomeadamente, limpeza e manutenção de jardins e a poda das árvores. Temos conhecimento que os jardins foram intervencionados em fevereiro deste ano. O colaborador camarário que efetuou essa intervenção informou que seria mais simples e eficaz se a manutenção fosse feita mais assiduamente e por tal iam tentar fazê-lo, mas, como ia entrar na reforma, não sabia como ia ser. A escola já pediu há +/- 2 meses e o senhor vereador pode ver in loco há duas semanas a necessidade que existe, desta manutenção... Para quando esta intervenção já há previsões? O mesmo já não se pode falar da poda das arvores que se encontram dentro da escola, as que estão fora também necessitam de intervenção de poda e arranjo dos passeios, que inclusive colocam em perigo quem por lá anda, e os ramos das arvores estão enormes..., a informação que deram é que estas arvores não podem ser podadas..., é mesmo assim? Mas no que diz respeito ás arvores dentro da escola, as mesmas já não são podadas há alguns anos, colocando em causa a segurança dos alunos. Esta intervenção não é um preciosismo, pois para além da segurança dos alunos, a escola corre sérios riscos de se tornar algo parecido com uma selva, acho que não é essa a intenção. Quando podemos contar

com esta intervenção nos jardins e podas das árvores? É do vosso conhecimento que o rácio que o ministério da educação indica como sendo o aplicável para o número de auxiliares, pessoal não docente nas escolas, este ano não foi cumprido. É verdade que tem existido pontualmente entrada de novas auxiliares, mas que serão para substituição de outras que saíram nomeadamente devido á reforma, mas nunca para aumentar ou cumprir o rácio. Ainda esta semana no agrupamento de escolas de Fajões foram colocadas duas novas funcionarias para substituição de duas que foram para a reforma e uma dessas já se encontrava a trabalhar neste agrupamento á um ano. Para além disso temos perdido auxiliares que se deslocam para concelhos vizinhos, nomeadamente devido à celeridade na resposta que esses concelhos lhes dão. Em setembro deste ano vamos ter o número de auxiliares em cada escola conforme o rácio, conforme a lei assim exige? Porque não são respondidos os emails, nomeadamente dos pais? Como se encontra o processo da contratação de professores para as AEC's e a empresa de fornecimento de refeições? Este ano que passou as AEC's foram sempre um problema para pais alunos e escola e nunca uma solução, este ano já está garantida atempadamente essa situação? No caso da empresa de fornecimento de refeições, a mesma foi alvo de muitas reclamações e pelo que entendemos iriam fazer novo concurso, é assim mesmo? Podem nos informar em que ponto se encontram estas situações? Entretanto, tivemos conhecimento que algumas visitas de estudo foram canceladas, pois não havia transporte para as mesmas. A Câmara Municipal normalmente salvaguarda/oferece o transporte de um dia, ou uma manhã ou uma tarde para uma visita de estudo da pré e primeiro ciclo, no entanto, tivemos a informação que este ano essas viagens não estão a acontecer, pois o concurso para essas viagens ficou vazio. Perdoe-me a questão, mas afinal o que se passa para os concursos ficarem vazios? Porque razão os agrupamentos e nomeadamente as associações de pais conseguem salvaguardar o transporte e a câmara não? Desejo a todos uma boa e profícua sessão. Obrigado. =====

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== Falará a seguir, Ana Miguel Almeida, presidente da Assembleia Municipal Jovem, a quem queria saudar. Obrigado, Ana Miguel, pelo exemplar desempenho na Assembleia Municipal Jovem. Antes, porém, dou, mais uma vez, nota, que o Período do Público não é para ser usado pelos Partidos. É para apresentar questões da vida das pessoas, da sua rua, do seu caminho, da sua escola, da sua associação. Não devemos desvirtuar e abusar do espírito deste momento. Além do mais, não aceitamos que digam que foram silenciados, porque não é verdade. Gostaríamos, sim, que compreendessem e interiorizassem que este momento é dedicado ao público. Era esta a mensagem que, mais uma vez, eu vos queria deixar: Tempo do Público, é do público. Os partidos: temos agora o tempo todo. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Começo, em primeiro lugar, por o cumprimentar, cumprimentar os Senhores Secretários, os colegas do executivo que me acompanham, os senhores deputados municipais, os presidentes de junta, um cumprimento muito especial para a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa que nos acolhe, público presente, comunicação social, funcionários da autarquia e, naturalmente, os oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas. Dando resposta às intervenções iniciais: Em relação ao investimento, que está em fase de licenciamento, do Continente Bom Dia: Sinceramente, não faço ideia se a futura loja foi licenciada com a designação Gândara/Cesar ou se foi licenciada com outra designação qualquer. A Câmara Municipal apenas faz o licenciamento urbanístico e preocupa-se com o cumprimento do regime jurídico e dos regulamentos que existem nessa matéria. Mas deixe-me lembrar-lhe duas coisas: tem a possibilidade de consultar o aviso afixado no local, tem lá a entidade e, ao mesmo tempo, terá também a possibilidade de saber que, durante a fase de reclamações, na Junta de Freguesia esteve afixado o edital com a designação correta do licenciamento com que o requerente apresentou o pedido à Câmara Municipal. Em relação à intervenção do Senhor António Vitorino Coelho sobre a avaliação que nós fazemos em relação ao papel da ACMAP na limpeza das margens do rio e na intervenção extraordinária que faz na conservação e preservação da natureza e biodiversidade. Estamos inteiramente de acordo. Essa entidade faz um trabalho extraordinários que nós temos toda a obrigação de publicamente reconhecer. E oxalá houvessem outros exemplos disseminados pelo concelho, porque é realmente uma referência nesse domínio. Em relação à questão que coloca sobre os guardiões do Rio: O balanço será de um ano. As descargas ilegais continuam a acontecer. Pois, continuam a acontecer, como continua a acontecer crimes da mais variada índole, apesar de termos os serviços de fiscalização, autoridades, etc. O que importa é que nós tenhamos cada vez mais meios, meios que se complementem, que permitam reduzir esse número de ocorrências porque elas infelizmente vão sempre existir. São atos criminosos. Infelizmente existem pessoas que cometem esses atos e por isso é que temos a Justiça para caso essas pessoas sejam detetadas possam ser julgadas e punidos. O balanço do primeiro ano é um balanço altamente positivo. Não é verdade que não se percebe a atividade. Percebe-se a atividade. A atividade existe. Agora, essa atividade não é uma atividade que se publicite, não se anda a avisar os sítios que se vai fiscalizar, não se diz a atividade que se anda a fazer, porque o interesse é que se mantenha a máxima descrição possível. Em relação aos autos e às empresas e pessoas autuadas: Essa não é uma competência da Câmara Municipal. Aquilo que eu lhe posso dizer é que, estamos a trabalhar na articulação de regulamentos dos diferentes municípios que compõem a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, estamos também a trabalhar junto da Tutela no sentido de termos a possibilidade de as câmaras poderem atuar e autuarem, levantarem processos de contraordenação às empresas e pessoas individuais para que tenhamos aqui uma prática que permita responder a comportamentos incorretos. Em relação à morosidade das licenças de obras (obras particulares): A burocracia está na administração, de uma maneira geral. E o próprio processo de licenciamento urbanístico obedece a um conjunto de regras que, não são ultrapassáveis, têm que ser cumpridas.*

E há prazos previstos na lei para isso. Os processos de licenciamento urbanístico não são todos iguais. Aliás, atrevo-me a dizer que são todos diferentes. E, sendo todos diferentes, temos processos cuja avaliação é feita exclusivamente pela Câmara Municipal, mas temos processos que obrigam à consulta de entidades externas para emissão de pareceres seja a APA, seja a E-Redes, seja a CCDR, há um conjunto de entidades que têm muitas vezes que ser ouvidas no âmbito de um processo de licenciamento urbanístico. Portanto, a morosidade dos processos, infelizmente, está associada a um conjunto vasto de fatores. Claro que depois também temos fatores internos, como seja a escassez de recursos, ou pessoas que estão indisponíveis por baixa médica. Mas o que é um facto é que existem dificuldades em termos de cumprimento dos prazos para aprovação de operações de licenciamento urbanístico. Na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, estamos a procurar reduzir esses prazos, estamos a fazer um trabalho muito intenso nesse domínio, vamos avançar para a digitalização completa dos processos, estamos a fazer um regulamento normativo de maneira a que grande parte dos formulários possam ser submetidos através de plataformas digitais, permitindo que um arquiteto de qualquer zona do país, sem ter que se deslocar à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis apesar de ter projetado para o nosso município, o possa fazer com todas as condições de conforto, rapidez e segurança. Este é um caminho que nós estamos a procurar fazer. É evidente que é um caminho complexo. Não é um problema que se resuma apenas à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, é um problema que podemos de forma geral encontrar em toda a administração. Aquilo que nos importa é que estamos a conseguir dar resposta mesmo com o aumento substancial da atividade de licenciamento. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, nos últimos anos, tem tido uma atividade normal de operações de licenciamento urbanístico. Temos muitos processos que ainda estão em diferentes fases de apreciação e, naturalmente que, a conjugação deste conjunto de fatores, leva a que haja alguma pressão, neste momento, sobre os serviços. Houve também a alteração de algumas rotinas de procedimentos que antes não se faziam e que hoje passaram a ser assumidos, em termos e vistorias e outros. E, portanto, estamos a procurar, mesmo acrescentando mais e melhor serviço, reduzir os prazos de licenciamento porque percebemos que é muito importante para quem investe, para quem quer construir uma unidade industrial, para quem quer vender ou só construir habitação. Em relação à intervenção da Ana Almeida, sobre a Educação: Não podemos estar em mais desacordo consigo, em relação à inconsideração ou à desconsideração que este executivo tem para com a Educação. Eu julgo que, não há dúvidas que estamos a atravessar um dos maiores ciclos de investimento, em matéria de educação que alguma vez este concelho assistiu. Neste momento, estão a ser intervencionadas várias escolas em simultâneo, intervencionadas de forma profunda, não com paliativos, mas transformando-as e preparando-as para o futuro. Está a acontecer: na Alumieira, em Lações, no Brejo, em Palmaz, Macieira de Sarnes, Nogueira do Cravo, em vários locais neste momento, para além da Escola EBS de Fajões. Portanto, esta preocupação, é uma preocupação que subjaz desde que assumimos funções. Para todos os executivos, não há dúvida nenhuma que a educação é absolutamente estratégia, é um dos pilares angulares de formação e constituição do nosso modelo de

desenvolvimento. Mas, o que é um fato, para uns é mais discursivo do que efetivo, no nosso caso temos procurado demonstrá-lo nos mais variados domínios. Isto para dizer que, independentemente dessas considerações iniciais, os problemas existem. Os problemas existem. Nós, não fugimos deles, não os escondemos. Efetivamente, há uma ou outra questão onde as coisas não correm tão bem. É evidente que podemos falar dos concursos desertos. E porque é que há tantos concursos desertos? Terá que perguntar aos concorrentes. Isso acontece no país. É mais uma vez questão que não pode nem deve ser municipalizada. Infelizmente é um problema com o que o país está a braços. Nós até temos tido efetivamente alguns concursos desertos, mas daquilo que me é dado a conhecer até temos algum nível de eficácia, quando comparados com outros municípios, basta ver as quantidades de obras por empreitada e de concursos que foram lançados e que estão a decorrer neste momento, significa que tivemos concorrentes interessados em executar. Mas, claro que temos um concurso para os transportes deserto. Mas o que é importante, não é o do transporte que falhou, foi a grande maioria deles que foram concretizados. Esse é que é o facto a assinalar. Apesar de termos tido esse constrangimento, a maior parte desses transportes que foram necessários foram assegurados. Isso é que absolutamente relevante. Em relação às AEC: Todos sabemos o que é que aconteceu no ano passado, o que é que determinou que a Câmara Municipal incumbisse as direções de agrupamentos de resolver este procedimento. Agora a Câmara está a lançar esse procedimento porque estão criadas as condições para o fazer. Em relação às refeições: As refeições estão asseguradas. A empresa está contratada. Em relação às intervenções de conservação, nomeadamente de podas de árvores, limpezas de espaços escolares: Esse trabalho é feito e é feito com muita regularidade. Agora, quem tem 37 escolas tem um trabalho sério para fazer e muito espaço público para cuidar. Estamos a fazer um levantamento do estado fitossanitário de todas as árvores no espaço público, incluindo, naturalmente, aquelas que estão no interior das escolas. Essas merecem-nos também muita atenção porque temos tido alguns incidentes com quedas de ramos que têm causado ferimentos nas crianças. Nós não querendo que isso aconteça, estamos a procurar fazer as intervenções, aliás, há abates quando não reúnem as condições de segurança. Em relação às operações de manutenção: Eu não sou nenhum especialista, não sei quando as árvores podem ou não ser podadas. Mas vou tomar boa nota, em relação ao estado da escola de Carregosa e vamos procurar que a escola tenha outras condições de asseio. É evidente que a escola precisa, apesar de não ser muito antiga, de uma intervenção muito profunda ao nível da reabilitação. Nós estamos a procurar que essa escola seja incluída no mapeamento que foi feito a nível nacional, porque essa escola para nos ser entregue tem que reunir condições. Como sabem, no mapeamento está previsto, estão previstos cerca de 4 milhões de euros, em média, para cada uma das escolas mapiadas. Não vamos deixar que esses 4 milhões de euros vão para outros concelhos ou para outras escolas. Queremos que esses 4 milhões de euros sejam investidos nesta escola para ela reunir as condições que tem que reunir para que as crianças, à semelhança de outras no concelho, tenham as melhores condições possíveis. Em relação aos rácios que não foram cumpridos: A informação que eu tenho é que os rácios foram cumpridos. Temos feito um esforço substancial

para reforçar o quadro de pessoal nas escolas. Aliás, aquilo que é o aumento substancial da massa salarial da Câmara Municipal, e tem havido um aumento substancial da massa salarial da Câmara Municipal, tem-se concentrado e deve-se muito a este esforço que está a ser feito o aumento das auxiliares da escola. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Muito boa tarde a todos e a todas. Só três notas: Sobre as refeições: recentemente, a empresa Uniself ganhou para dois anos o concurso. Portanto, é um procedimento público, não há nada a fazer, vai ser a empresa que nos próximos dois anos vai continuar a prestar esse serviço. Sobre os assistentes operacionais: Já aqui foi dito. Já foi aqui explicado muitas vezes o respeito que temos por elas e pela educação. Estamos a fazer um caminho difícil, mas que está a dar frutos. Desde o último procedimento até ao momento entraram cerca de 65 novas assistentes operacionais para substituir assistentes operacionais que se reformaram. E do défice que havia do rácio em muitas escolas, e também já foi explicado muitas vezes que, pontualmente essa inexistência de assistentes operacionais, não tem a ver com o rácio efetivo, mas sim com um conjunto de constrangimentos, que também já explicamos que quando a bolsa de substituições se esgota e não temos no imediato pessoas para substituir, quando estão demasiadas pessoas de baixa e nós não conseguimos contactar essas assistentes operacionais no imediato. Portanto, isto é muito mais complexo do que aquilo que se afirma, de que: não há assistentes operacionais e que não estamos a cumprir o rácio a nível concelhio de assistentes operacionais. Mais uma nota, relativamente a obras: Em 2018 e 2019, eu sei bem o que foi dito, sobre aquilo que não conseguíamos fazer, que não tínhamos condições para fazer as obras na Ferreira da Silva, as obras em Fajões, a cobertura em Azagães e todas as outras obras que estamos a fazer. Estamos a fazer um investimento brutal em todos os agrupamentos e em cada agrupamento um conjunto significativo de obras. E, portanto, eu fico satisfeito que o discurso agora seja o mesmo, em relação à escola de Carregosa, à escola do Pinheiro da Bemposta e à escola de Loureiro, é sinonimo de que se as coisas correrem como correram em 2018, nós, daqui a dois ou a três anos, vamos estar em força nessas escolas e, portanto, esse discurso cai por terra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Só dar uma nota: Em relação à saída de funcionárias para outras escolas, para outros concelhos: Esse é um processo que acontece de forma natural. Acontece com funcionárias que saem de escolas do concelho e de agrupamentos do concelho para concelhos vizinhos e, também existe pendularidade inversa com auxiliares que vêm para o nosso concelho. Esse é um movimento natural, em relação aos funcionários, de uma maneira geral, na administração

pública. Também acontece nos privados. Há muitos privados que todos os dias perdem funcionários que vão para outras empresas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Ana Miguel Almeida, residente em Cucujães. =====

===== Em primeiro lugar, permitam-me saudar o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras e todos os presentes. Permitam-me dirigir uma palavra de apreço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que, no seguimento da minha participação na Primeira Edição da Assembleia Municipal Jovem, na qual desempenhei o papel de Presidente de Mesa, me proporcionou esta excelente oportunidade de estar aqui hoje convosco. Começo por fazer a promessa que todos ouvem quando alguém inicia a leitura de um discurso neste tipo de ocasiões: “Prometo não me demorar”. O meu nome é Ana Miguel Marques Almeida e transitei agora para o 12.º ano de escolaridade no curso de Ciências e Tecnologias na Escola Básica e Secundária Prof. Doutor Ferreira da Silva, situada na minha querida terra, Vila de Cucujães. Queria falar-vos daquilo que os jovens têm a dizer sobre política e tenho a percepção de que seria muito o que teria a dizer. Mas não o farei. Porquê? Porque não me sinto com autoridade de falar por todos eles e acho que tal poderia ser interpretado como um ato pouco credível, uma vez que, com frequência se pensa que os jovens, por norma, ainda não têm uma opinião política muito fundamentada e sólida. Por isso, vou falar sobre a minha experiência enquanto presidente de Mesa da Assembleia Municipal Jovem, uma assembleia com uma dinâmica semelhante a esta. Devo dizer que toda a logística que estive associada à responsabilidade que tive em mãos não foi, de todo, novidade para mim. Na verdade, há 7 anos, já tinha desempenhado exatamente o mesmo papel na Sessão dos Políticos de Palmo e Meio. No entanto, tal não me impediu que estivesse igualmente nervosa, atendendo à responsabilidade que tinha em mãos. Ser presidente de Mesa é ter a responsabilidade de conseguir encaminhar as funções e os trabalhos que irão acontecer sem neles interferir. É mais ou menos como ser um maestro: a música pode não sair exatamente como está a soar na nossa cabeça, mas acontece. E, é com toda a certeza que digo que, no dia em que tive o prazer de ser Presidente de Mesa, a Escola Prof. Dr. Ferreira da Silva foi uma grande orquestra. Não necessariamente pela função que o maestro desempenhou, mas sim pelos diferentes e ricos contributos que as diversas escolas prepararam e apresentaram. Foi, no mínimo, bonito de ver o quanto, de facto, os princípios estão interiorizados no seio das e o quanto eles são valorizados pelos os jovens. O espírito crítico imperou e as opiniões proliferaram a tal ponto que nenhuma proposta foi aprovada por unanimidade. As minhas apresentações favoritas foram as dos alunos do 4.º ano. É certo que eles tiveram orientação, mentoria, em virtude da sua idade e do seu grau de maturidade. Todavia, eles estavam lá e isso, para mim, fez toda a diferença. Admito, que, por vezes, por estar tão absorvida nas minhas responsabilidades e por estar constantemente a correr atrás de alguma coisa, principalmente dos meus objetivos, esqueço-

me que existem outras gerações que querem fazer a diferença e que, só por lá estarem e por dizerem que sim ao compromisso, já a fazem, inevitavelmente, sem o saberem. Por muito que ache este tipo de iniciativas extremamente úteis não apenas para estimular a participação democrática entre a população mais jovem, mas também para mostrar à comunidade estudantil o quanto o “ato político” está próximo deles, não posso deixar de achar que a política não começa, nem acaba nos políticos. A política, a democracia, pode começar de variados modos: numa simples conversa ao jantar, num pequeno comentário a uma notícia na escola, num singelo ato de comunicação. Por outras palavras, a política, a democracia, começa e acaba com e nas pessoas. No meu universo, a democracia está embutida num debate numa aula de filosofia, na abertura de um professor a esclarecer uma dúvida, no ato de apertar os atacadores a um colega, em segurar a porta da casa de banho para deixar alguém entrar, em dizer bom-dia, com licença, por favor... a democracia e o sentido da democracia estão sempre muito presentes na minha vida, única e simplesmente por serem sinónimos de respeito. Talvez, no vosso universo, a democracia, por sua vez, esteja embutida na cedência de trocos para um café, numa conversa educada entre colegas de trabalho, num elogio sincero dos filhos, na boa disposição na fila da padaria. E digo isto porque a democracia, numa sociedade estruturada com uma boa política, numa freguesia unida pelo progresso e num país estável e organizado, só começa quando nos soubermos rever no lugar do outro. No entanto, como andamos sempre com pressa, a correr desastinadamente de um lado para o outro, deixamos de ter tempo para conversar, ou tomar café, ou ter paciência para esperar na fila da padaria, segurar na porta da casa de banho ou olhar para o chão e reparar que os atacadores do colega sentado ao nosso lado estão desapertados. E assim, a verdadeira democracia acaba. Eu cresci a ouvir os meus pais a dizerem que eu só devia de fazer aos outros aquilo que gostaria que me fizessem a mim. Penso que esta é a razão pela qual ainda acredito na política. Numa política em que, para se ser político, não é preciso fato e gravata. Por fim, e também para não me demorar muito, queria só acrescentar o quanto estar exposta a um bom ambiente escolar é fundamental para que eu consiga florescer em todas as minhas aptidões e crie outras em que possam florescer igualmente. Nada disso seria possível sem a atenção e o cuidado constante que todos os nossos professores têm e sem o ensino de qualidade e sem o ambiente acolhedor e familiar que a nossa escola nos proporciona. Talvez vá suar um bocadinho diferente daquilo que estive até agora a dizer, mas eu gostava de aproveitar esta oportunidade, e já que falaram também das obras, para referir que: a minha escola foi requalificada há bastante pouco tempo, tudo, menos o pavilhão. E, neste momento o pavilhão está completamente degradado, chove dentro do pavilhão, chove dentro da sala dos professores, os balneários não estão adequados para tomarmos banho não é um ambiente confortável. Só este pormenor, para não se esquecerem. E acabo, com a ressalva: a nossa escola, é a escola mais bem qualificada do distrito de Aveiro. Muito obrigada. =====

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== *Muito obrigado, Ana Miguel, pelo testemunho que nos apresentaste. Oliveira de Azeméis tem futuro, enquanto houver jovens que tenham esta visão e que são capazes de a testemunhar junto de outros jovens.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Posso apenas referir que a iniciativa da Assembleia Municipal Jovem foi uma iniciativa muito bonita e está de parabéns toda a comunidade educativa. É uma iniciativa, como sabem, da responsabilidade da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e também dos Agrupamentos de Escola. E tivemos os alunos do 4º, 8º e 11º ano a proporem um conjunto - o tema foi: Conhecimento e valorização das figuras ilustres do nosso concelho - de justíssimas homenagens a um conjunto vastíssimo de pessoas dos mais variados domínios: do desporto, da cultura, da política, da educação, do folclore e etnografia, etc. Todas elas merecedoras dessa distinção. Para mim o que é absolutamente importante, é aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia acabou por dizer na parte final: “nós realmente temos futuro.” Não temos dúvida nenhuma que esta geração, a geração mais bem formada, mais bem preparada de sempre, é uma geração tremendamente competente, mas precisa de ser envolvida na discussão dos problemas. É isso que a Assembleia Municipal Jovem, que decorreu no Agrupamento de Escolas Prof. Dr. Ferreira da Silva, pretende. É o envolvimento dos jovens na discussão nas questões políticas, nas questões sociais, nas questões de cidadania e de civismo. Isto é absolutamente determinante. Todos os jovens, independentemente da idade, têm muito a aprender com a política e a política tem muito a aprender com estes jovens. Portanto, a possibilidade de ouvirmos aqueles jovens e eles perceberem ao mesmo tempo que intervêm e apresentam um conjunto de reivindicações, terem também oportunidade de perceber como funcionam os órgãos que os representam. Eu acho que é muito importante. É fácil perceber porque é que a Escola Prof. Dr. Ferreira da Silva foi a melhor escola pública do distrito de Aveiro, porque, efetivamente, desenvolve um trabalho extraordinário, tem excelentes alunos, tem excelentes professores. E aquilo que nós pretendemos é que essa realidade se estenda a todo o concelho. Portanto, acho que não há nenhuma razão para nós não termos confiança no futuro. Muito pelo contrário. Os nossos jovens são jovens extremamente valiosos e talentosos. Temos é que lhes dar todas as ferramentas. É para isso que trabalhamos todos os dias. Temos que lhes dar todas as condições para que eles nos ajudem a construir um concelho mais justo, um concelho mais solidário, um concelho mais inclusivo, um concelho que tenha elevados padrões de vida e onde todos tenham a oportunidade de terem uma vida digna e serem felizes. É esse o trabalho que é o nosso desígnio coletivo, a nossa responsabilidade conjunta. É isso que nós queremos fazer em todos os segmentos que representam a nossa comunidade e a nossa sociedade. E nesses segmentos, estão incluídos, naturalmente, os nossos jovens, menos jovens, toda a comunidade. Portanto, o envolvimento de toda a comunidade, na definição do seu futuro, naquilo que queremos para a nossa casa comum, é absolutamente*

determinante. E o que se procura com a Assembleia Municipal Jovem é espoletar essas dinâmicas que, terão a prazo, espero eu, muita gente para nos substituir e, espero eu, gente com melhor qualidade que nós. Parabéns, Ana. Deixa-me dizer-te uma coisa: todos nós temos um nervoso miudinho, é absolutamente normal.=====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de **Márcia Gomes, Rita Costa, José Lourenço, João Rebelo, Manuel José, Fernando Pais, Daniela Silva, António João, Luís Filipe Oliveira, Augusto Moreira, Marisa Sousa, Diana Semblano, Helga Correia, João Costa, Francisco Silva.*** =====

===== *O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra à Deputada **Márcia Gomes, do PS.*** =====

===== *Já nem sei bem o que dizer, depois da intervenção da Ana e do Senhor Presidente, acho que esgotou o meu discurso, mas vou fazer um esforço. Muito boa tarde a todos, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Amaro. É com muita alegria e gosto que estou na minha Freguesia; freguesia que escolhi para viver, para trabalhar, para estar. Um cumprimento muito especial à Dona Constança, a nossa Senhora Presidente de Junta, é com muita alegria que cá estamos. E permitam-me dizer uma vez mais que a descentralização das Assembleias Municipais foi das melhores iniciativas que surgiu porque, efetivamente, trazer as Assembleias às pessoas e mais próximo das pessoas, é de facto de louvar. É isso que nós queremos. É isso que é também política, é isso que é estar perto das pessoas e para as pessoas, portanto, mais uma vez, louvar esta iniciativa. Hoje é aqui em Carregosa. Já fomos a outras Freguesias. E, é com muito gosto que continuaremos a ir, certamente. Como já foi aqui dito, no passado dia 16 de maio, como todos sabem, vivemos com muito entusiasmo, alegria e satisfação, a Assembleia Municipal Jovem. Este ano, na qualidade de Membro da Mesa, tive a honra de participar e, fui desafiada a percorrer algumas escolas do nosso Município, numa conversa informal, trocar ideias com os jovens sobre democracia, cidadania, política nacional e municipal, escutando as suas inovadoras propostas para as nossas Freguesias e para o nosso concelho. Ou seja, tivemos oportunidade de falar do passado, presente e futuro. Foi com muita alegria que percebi várias coisas, em primeiro lugar: numa altura em que a Educação, e principalmente as condições das escolas foram, nesta Assembleia, alvo de algumas críticas, não posso deixar de dizer e de congratular o Senhor Presidente e este Executivo pelo trabalho e pelo esforço, que todos certamente reconhecem, porque todos sabíamos e sabemos como é que estavam as Escolas, antes*

e depois deste Executivo, pela dedicação que tem levado a cabo nesta matéria. Quando cheguei às Escolas, o que vi foi: ótimas condições; professores, alunos e funcionários que nos receberam com alegria e entusiasmo denotando, desta forma, o bom ambiente que se vive. Certamente que há problemas. Há hoje, ontem, e haverá sempre no futuro. E é para isso que existem governantes. É para os ouvir e para os resolver. De todo o modo, acho, nesta matéria, que tem sido levado a cabo com muito entusiasmo e com resultados. Em segundo lugar, também senti que há um grande respeito por parte de todos, sem exceção, por aqueles que contribuíram de uma forma ou de outra para que fosse possível que no nosso concelho esteja hoje dotado de ensino de qualidade. Em terceiro: vi, e mais importante, senti futuro. E prova disso, é hoje termos connosco a Ana, mas tantas Marias, tantos Manuéis, tantos Fernandos, tantos alunos que neste Concelho e neste país têm valor. Todos temos. Temos é que saber dar-lhe voz, ouvi-los e respeitá-los nas suas ideias. A ideia generalizada que os jovens são desinteressados, tal como disse a Ana, que não trocam ideias sobre nada. Eu percebi e senti que não é verdade. Há jovens interessados. Há jovens que se preocupam com o presente e pensam o futuro o que, certamente, nos deve deixar a todos, enquanto pais, educadores e políticos, felizes e orgulhosos. É com o pensamento jovem, desafiador, crítico e inovador que, todos nós, sem exceção, principalmente quem representa o povo, diariamente se devia desafiar a fazer mais e melhor. No âmbito deste projeto, foi o Executivo diretamente desafiado a pôr em prática várias propostas destes jovens, para engrandecer ainda mais cada uma das Freguesias e, conseqüentemente, o todo, prestando homenagens a oliveirenses que muito contribuíram, e continuam a contribuir, para tornar o nosso Município uma terra de gente livre, corajosa, trabalhadora, e com futuro. Assim, Senhor Presidente, permita-me que desafie este Executivo a ir dando o ponto de situação, da exequibilidade destas propostas, a todos os grupos que as apresentaram para que saibam que todas foram bem acolhidas, e certamente saberão, e que não estão nem serão esquecidas. Sem Educação não há futuro. E por isso, a Educação, a Cultura e a Justiça são, na minha opinião, os três pilares do desenvolvimento de qualquer sociedade que se quer democrática, livre e justa. Não posso deixar de referir que, foi com grande entusiasmo e satisfação que vi os nossos jovens, de forma séria, responsável e leve que, tanto caracteriza esta juventude, a apresentarem ideias, a aceitarem este desafio, de replicarem uma Assembleia Municipal. Este é um projeto que me parece de muito valor e que pode ajudar a deixar nestes jovens a semente do gosto pelo debate; o debate das ideias, pelo interesse público, pelos outros e por todos. Afinal, a política é isto mesmo: pensamento, interesse, debate e respeito pelo outro; responsabilidade e vontade de fazer sempre o melhor, por cada um e por todos. É verdade que temos ainda muito por fazer. Temos sempre muito caminho para andar e desbravar, contando com a ajuda dos que já foram, os que aqui estão, e dos que virão. Como refletia e ensinava o nosso eterno Ferreira de Castro: “imperfeito há de ele (mundo) ser sempre e vós também; contudo, muita coisa podeis aperfeiçoar o mundo e a vós próprios. Mas não é de joelhos que o fareis; é de pé e a lutar”. Obrigada. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Rita Costa**, do PSD.* =====

===== *Caro Senhor Presidente e secretários da Mesa da Assembleia, Caro Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do executivo, Caros Deputados desta Assembleia, comunicação social e demais presentes. A minha intervenção vem reforçar uma intervenção, que já foi feita anteriormente, mas a Bancada Parlamentar do PSD, não pode deixar de expressar as preocupações dos Oliveirenses, e esta será uma intervenção mais abrangente, não só designada à Freguesia de Carregosa. Acho que nunca é demais, e peço a compreensão para estes assuntos, porque as nossas intervenções vão neste sentido, de expressar as preocupações dos Oliveirenses. No culminar de mais um ano letivo, a bancada do PSD gostaria de congratular todos os intervenientes no processo educativo, pelo esforço e dedicação que demonstraram no desempenho das suas funções, naquela que é uma das mais nobres missões, a de formar e educar crianças e jovens. É com grande orgulho que vimos, as escolas do nosso concelho perfilarem entre as melhores escolas do país. Parece-nos a altura ideal para se fazer um balanço, do ano letivo que agora termina, e para tirarmos ilações sobre os aspetos que, ainda necessitam de atenção, para que o arranque do próximo ano letivo seja feito de forma harmoniosa, eficaz e sem atrasos. Assim, deixamos algumas questões relativas a alguns pontos que merecem a nossa especial atenção: 1) - Gostaríamos de questionar o senhor presidente e restantes membros do executivo em relação à situação das obras na Escola Básica e Secundária de Fajões. Falamos de uma requalificação que viu aprovado o visto pelo Tribunal de Contas em outubro de 2020, com o prazo de conclusão de execução de 540 dias para a primeira fase de obras de construção de um bloco e de uma segunda fase que previa a recuperação dos restantes edifícios escolares e dos arranjos dos espaços adjacentes e que tinha um prazo de execução de 365 dias. Estando na fase final, gostávamos de saber o ponto de situação? 2) - Uma segunda questão está relacionada com a estrutura organizativa do arranque do próximo ano letivo. Qual a estratégia que pensa adotar para garantir a coordenação de todos os intervenientes na organização das atividades curriculares e não curriculares para garantir que em setembro, todas as escolas estejam dotadas dos meios físicos e humanos que assegurem um completo funcionamento das atividades escolares. Referimo-nos, por exemplo, à gestão de professores das atividades AEC que sofreram grandes atrasos no ano letivo de 2022-23, ou àquele que foi um dos problemas mais reportados pelos agrupamentos de escolas, a gestão dos assistentes operacionais de apoio socioeducativo. 3) - Finalmente ao nível do ensino superior, qual o investimento e prazos previstos para o apoio à realização das propostas previstas e tão aguardadas para fazer frente às necessidades de alojamento e acesso às nossas instituições de ensino superior do nosso concelho? Muito obrigada.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **José Lourenço**, do PS.* =====

=====
Cumprimento todos os presentes, Senhor Presidente, restantes membros da Mesa, executivo municipal, senhores vereadores, um cumprimento especial para a nossa anfitriã presidente Constança Melo, senhores membros da Assembleia, público, comunicação social, funcionários da autarquia, oliveirenses. O Município de Oliveira de Azeméis há muito que faz parte de importante eixo rodoviário que liga as duas maiores e dinâmicas cidades portuguesas, Lisboa e Porto. Desde a estrada Real, à Estrada Nacional nº1 e adicionalmente o IC2. Ao longo do tempo fomos tendo acesso a outras rodovias como A1, A29, A32, que no permitiu e permite fixar população e empresas, criando assim dinâmicas a que outros municípios não podem aceder. Contudo, com o aumento do tráfego rodoviário nos últimos anos, também fomos confrontados com o aumento drástico da sinistralidade. Alguns troços da antiga EN1 e principalmente do IC2, tornaram-se muito perigosos e palco para a ocorrência de acidentes graves, tendo muitos deles resultado em mortos. Bem sabemos que por várias vezes foram tomadas medidas no sentido de regularizar o traçado e mitigar quaisquer acidentes que pudessem vir a ocorrer, mas não chegou para resolver os problemas existentes. No que concerne ao troço entre Pinheiro da Bemposta e Oliveira de Azeméis, tivemos recentemente a indicação de que estava previsto no plano de investimentos de grandes reparações das Infraestruturas de Portugal, obras relevantes para a criação de condições de segurança para automobilistas, que até ao final do ano de 2022 teríamos obra executada ou em execução. Referindo-me mais concretamente à freguesia de Pinheiro da Bemposta, com a ocorrência de chuvas ou trovoadas, os semáforos desligam-se completamente e até que seja repostos o seu funcionamento, passam alguns dias, às vezes semanas e também a ocorrência de alguns acidentes graves. Aliás, essa preocupação já foi aqui dada conta nesta Assembleia pela população da Freguesia, na pessoa do Senhor Constantino. A segurança de habitantes e de todos os que por ali circulam deve ser uma preocupação de todos. Sendo certo que é aos especialistas que cabe estudar, avaliar e propor a melhor solução que sirva o interesse de todos, é quase unânime a opinião de que a construção de rotundas será a melhor decisão para, nomeadamente, os cruzamentos do “Cavaco” e “Pinheirense”. Perante notícias que davam conta de um “eventual” chumbo à construção de rotunda, financiada por investimento particular, no cruzamento do “Cavaco”, torna-se incompreensível o plano e a vontade real das IP, tendo já dado origem a um Baixo Assinado promovido pela Freguesia, no sentido de mover esforços para a urgente substituição da instalação semaforica. Senhor Presidente, diga-nos se tem em sua posse dados que não tenhamos à data de hoje, se pode acrescentar o que, entretanto, foi e vai continuar a ser feito, para cumprimento do plano dado a conhecer anteriormente e que tinha o ano 2022 para a execução das obras.
 =====

=====
*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **João Rebelo Martins**, do PSD.*
 =====

=====
Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, restantes Vereadores, Senhores Deputados. Os executivos socialistas, desde

que tomaram posse, estão quase a fazer 6 anos, em 2017, adotaram uma nova assinatura para o Concelho que é a VITA - Viver, Investir e Trabalhar em Azeméis. Nada contra a assinatura, é um propósito, é algo a que o Município almeja ter com a governação que os oliveirenses escolheram, mas muito mais forte do que é esta assinatura, é o seu propósito, é o que leva as pessoas e as empresas a quererem ficar no nosso território e o que é feito nesse sentido. Ficando as empresas para outra discussão. Há dois fatores estruturais que levarão alguém a escolher um território para viver e investir. Eu, como social democrata, e creio que vossas excelências me acompanham neste pensamento, elejo a Justiça e a Educação nesses fatores. Se pensarmos bem, são eles dois pilares que podem garantir, por um lado as regras de uma sociedade que permite o cumprimento dos deveres e direitos dos cidadãos, e, por outro, a igualdade de oportunidades para hoje e para o futuro. Sem eles não há equidade. Se na Justiça a ação autárquica quase só se limita a uma manutenção de edifícios, e a uma diplomacia com o Ministério, para que os tribunais e demais órgãos institucionais judiciais funcionem em Oliveira de Azeméis. Na Educação há uma ação que deve agir, numa lógica de proximidade e que seja visível e profícua. Para o ano, em 2024, vai-se realizar o “17º Congresso Internacional das Sociedades Educadoras” tendo como temas: Sustentabilidade social: inclusão e pluralismo cultural; Sustentabilidade ambiental e económica: inovação e transformação de territórios e Educação para a sustentabilidade. Por isso pergunto, se Oliveira de Azeméis pretende estar presente no congresso e se irá apresentar algum trabalho nos vários painéis em discussão? Porque isto, é VITA. Segundo a Associação Internacional das Sociedades Educadoras, à qual Oliveira de Azeméis pertence desde novembro de 2004. “É uma sociedade educadora toda aquela que assume coerentemente o imenso potencial que o seu património histórico, cultural, instituições, recursos de diversa índole, eventos e projetos que proporciona, transformando-os em capital educativo para todos os habitantes da cidade. Todo o espaço do município é considerado como potencialmente educador.” - Estou a citar o que diz a Associação. Ser uma cidade educadora, não é só pensar projetos para a Escola. É pensar em realizar projetos educativos transgeracionais com uma dimensão que se estenda a todo o território. É ultrapassar as fronteiras da Escola enquanto espaço tradicional de aprendizagem. Logo, em termos práticos, pertencer a esta rede pressupõe que abranger a área da gestão autárquica torne transversais todas as áreas: Educação, Cultura, Ação Social, Ambiente, Setor Empresarial. Há dias, o senhor deputado Bruno Aragão, num artigo que escreveu no “Correio de Azeméis”, falava sobre o lixo produzido. Nesta temática o executivo também está a aprender. Suponhamos que, com este tema, o Município queria fazer um evento para educar para a necessidade da separação e reutilização do lixo. E, pensando nesta dinâmica, no Jardim Municipal juntávamos as crianças das escolas e toda a comunidade envolvente para explicar o que fazem as ETAR, como se faz a recolha do lixo, qual o propósito da separação, como funcionam os aterros, como é que fazem as empresas dentro das suas portas para esta temática, como é que é a transição energética, a cogeração, entre muitos outros temas que podiam ser debatidos e, mais do que debatidos, executados na prática como atividades lúdico-pedagógicas para todos. Se isto se fizesse, se um evento desta dimensão com esta temática ou outra qualquer, que vereador é que

estaria envolvido? É um evento que é do Senhor Vereador da Educação, o Senhor Vereador da Educação é que tem a pasta das cidades educadoras. Mas ele faz a coordenação. Segundo a Associação, todos os vereadores estariam envolvidos porque há uma interdependência entre a educação, o meio-ambiente e a parte financeira. Depois faço-lhe outra pergunta, Senhor Presidente: há quantos anos é que não se responsabiliza e envolve a comunidade num projeto verdadeiramente comum em Oliveira de Azeméis, que vá de encontro ao que diz a Carta de Roma, que serve de base às cidades educadoras? Quando se fala em VITA - Viver, Investir e Trabalhar em Azeméis, é necessário, antes de falarmos, planear e agir. E já que falamos de planeamento, podemos falar que os “Censos” são uma ferramenta fundamental para podermos perceber como se está a transformar o nosso território. E faço-lhe a terceira pergunta, Senhor Presidente: Já estamos a analisar a informação proveniente dos Censos? Estamos em 2023, os Censos são de 2021. Os Censos são tão fundamentais que a elaboração da Carta Educativa tinha uma obrigação legal de ser redigida a cada 5 anos, passou a ser a cada 10, para que esta possa conter os dados desses mesmos Censos. Senhor Presidente, Senhor Vereador da Educação pergunto-vos, como está a nossa Carta Educativa? Porque, consultando o site da autarquia, ou seja, a informação pública podendo ser consultada por qualquer pessoa nesta sala, qualquer pessoa com acesso à internet, podemos ver que, na documentação pública, temos a Carta Educativa de 2005, as revisões, os dados correspondentes a essa Carta, o Projeto Educativo Municipal de 2013 a 2017. Sabemos, que através da Ata da Reunião de Câmara no Portal-Base, que no dia 3 de junho de 2022 foi feito um ajuste direto de 16.500 euros mais IVA, um valor muito abaixo do mercado, a uma consultora para fazer a nossa Carta Educativa. A única coisa que sabemos é que a empresa é de Beja. Também sabemos que o prazo de execução é de 304 dias e que já foi ultrapassado. Por isso pergunto: Em que ponto é que está a nossa Carta Educativa? E além das questões que lhe coloquei e cuja resposta poderá ajudar a que, se tenha uma nova VITA, infelizmente e por consulta pública, percebemos que há um antes e depois de 2017. Até 2017, tínhamos um município de vanguarda na área da Educação capaz de corresponder às expectativas dos alunos, dos professores, dos funcionários, das famílias, de toda uma comunidade, para em apenas 6 anos sermos ultrapassados pelos Municípios que antigamente nos viam como exemplo. Afinal, o que é que mudou nestes 6 anos? Para terminar, faço um convite de reflexão: o nosso público alvo é o mesmo, apenas mudou a opção política. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Manuel José**, do PS. =====*

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros deputados. Um cumprimento especial para a Senhora Presidente de Junta de Freguesia que nos está a acolher tão bem, nesta Assembleia Municipal descentralizada. Comunicação social, público, funcionários da autarquia. Inconformismo. Um vocábulo que pode resumir a personalidade e a vida de José Maria Ferreira de Castro: cidadão,

jornalista e romancista intemporal preocupado com a injustiça social e perseguindo o seu ideal de Liberdade sem o qual considerava que nenhum ser humano seria integral na sua relação com a existência. A vida não lhe foi fácil. Filho de uma família humilde de Ossela, desde cedo órfão de pai, emigrou para o Brasil com apenas 12 anos, onde passou parte da sua adolescência, em regime de semiescravatura, no seringal Paraíso, no interior da Amazónia, cuja experiência transpôs para as páginas de “A Selva” em 1930, uma catarse que se impôs a si próprio procurando libertar-se dos fantasmas desse passado. Muitas facetas caracterizam Ferreira de Castro, muitas delas por estudar e analisar, no contexto académico e fora dele, as idiossincrasias do autor afastam-no do formalismo das universidades, que não o sabem catalogar nas gavetas conceptuais que produzem. A afirmação de realidade individual, o internacionalismo, o antimilitarismo, o feminismo e o respeito e a comunhão com a natureza são temas muito abrangentes que, não aproximam partidos políticos muito segmentados, em tendências dominantes sociais, nos vários momentos da História. O Plano Estratégico da dinamização de Ferreira de Castro, não se afasta destes ideais que nortearam o escritor. Nos 125 anos do seu nascimento, na inauguração da requalificação da Biblioteca de Ossela, a Câmara Municipal apresentou o Plano que visa promover a divulgação e a preservação do património literário e a aproximação de públicos de várias tipologias à sua obra e vida, começando pela comunidade local. Permitam que saliente o futuro Centro Interpretativo Ferreira de Castro e o projeto de recriação da sala de aula de Ferreira de Castro, na Escola de Santo António. Levo como único estandarte glorioso o orgulho da minha independência, o orgulho supremo de não me curvar perante os Homens. Esse orgulho que só possuem e compreendem as almas, os cidadãos verdadeiramente livres sem nenhum estigma de escravidão. Embora alérgico ao encantamento do poder político, Ferreira de Castro não deixou de lutar pela causa-comum da Liberdade, que o Plano Estratégico de Ferreira de Castro potencie esta marca de liberdade e de preocupação com a sorte dos outros, nunca esquecendo que a grande obra do futuro é sempre uma obra coletiva. Muito obrigado.=====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais Ferreira**, do PSD. =====*

===== Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia; os Senhores Secretários; o Senhor Presidente da Câmara e Vereação; Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, que nos recebeu aqui muito bem, os meus colegas da Assembleia Municipal e o público aqui presente. Queria fazer uma pequena reflexão com a Ana Miguel, porque a tua intervenção fez-me lembrar uma cadeira de 1º ano que nós em direito tínhamos, que era qual o significado da política. O significado da política vem de um vocábulo grego. Significa viver em sociedade. Tudo o que disseste aqui, desde o ato mais simples como apertar os atilhos de um sapato ao que está mais próximo de nós, é de facto um ato político. A política é a mais nobre das artes. E fico muito feliz por teres revivido em mim aquele conceito inicial. Evidentemente que a política não é só isso.

A política, o conceito evoluiu, é a arte de governar, a arte de implementar normas, regulamentos e opções de investimento quanto à própria sociedade. Fico-te grato por me recordares esses ensinamentos da universidade. Outra questão é que, a democracia também se compatibiliza com deliberações unânimes. É evidente que as deliberações não-unânimes provocam o debate. Nós aqui votamos muitas vezes em unanimidade porque, de facto, há uma coisa que nos une que é o interesse em Oliveira de Azeméis e o interesse que nós tenhamos um Município cada vez mais forte. Era esta a única indicação. E sem contar o tempo. A outra, Senhor Presidente, eu ouvi a intervenção do Jorge Paiva e fiquei com a ideia que o Jorge Paiva fez uma pergunta clara: Se a localização desse espaço comercial é em Fajões ou é em Cesar? Eu, sinceramente, não sei. Acho que faz toda a diferença. Mas admito que o Senhor Presidente não tenha uma resposta imediata, mas, de facto, era bom que o Senhor Presidente averiguasse isso no sentido de esclarecer de forma clara essa situação. Eu queria fazer só uma reflexão com todos nós. Eu não vou fazer como o Bloco de Esquerda que faz uma proposta de resolução, faz muito bem, que é uma proposta que nós deliberamos propor à Assembleia Municipal a questão da automatização das tarifas de água. Todos nós sabemos que vivemos um período complicado. Complicado para as famílias da classe média que se veem confrontadas essencialmente com três grandes problemas: Inflação. A inflação que se tem gerado e se tem manifestado sobretudo nos bens de primeira necessidade, o que onera a família. A consequente perda do poder de compra, relativamente aos bens essenciais para a família. O terceiro aspeto é também transversal: o aumento significativo das taxas de juro, nomeadamente as ligadas ao crédito à habitação que são aquelas que oneram as famílias da classe média. Este Governo tem onerado, nos últimos tempos, em muitas famílias no que respeita ao pagamento das taxas. Era exatamente esta reflexão que eu queria fazer com o Senhor Presidente, nomeadamente assiste-se, e isto é factual, ao maior aumento das taxas e dos impostos, ao maior aumento da carga fiscal de há muitos anos a esta parte. Nas últimas reflexões, relativamente a uma família de classe média, que ganha 1000 euros cada pessoa, com dois filhos, paga em média 37% do seu rendimento em impostos e taxas. O Senhor Presidente perguntar-me-á, o que é que isto tem a ver com o Município? Já lá chegamos. Em particular, e nesta minha intervenção, foi imposto por decreto-lei um aumento, que consideramos exponencial, da taxa de gestão de resíduos, a chamada TGR, a tarifa de aterro da ERSUC e houve um crescimento significativo do sistema de recolha do lixo. Eu não tinha combinado qualquer tipo de intervenção com o João Rebelo Martins. O João Rebelo Martins falou exatamente da necessidade da separação do lixo, falou numa perspetiva social e muito bem. Eu vou falar numa perspetiva mais tributária. Desde logo, Senhor Presidente, eu não vou discutir taxas, como é evidente. As deliberações estão aprovadas. Mas há algumas recomendações que queria fazer, no sentido de nós melhorarmos o sistema tributário que incide sobre, por exemplo, a tarifa de resíduos. A tarifa de resíduos sólidos continua, neste momento, associada ao consumo de água. É uma questão legal, todos temos que o fazer, mas todos nós temos a consciência que é injusto e inadequado. O próprio legislador criou um mecanismo, um instrumento, no sentido de atenuar esta situação. Um procedimento que já consta da lei, é o “Payt”, que é uma palavra que diz que é: “Pay-as-you-

throw”, significa pague de acordo com os resíduos descartados. Nós sabemos que, o município de Oliveira de Azeméis não tem feito nenhum caminho, relativamente a isto. Se o tiver feito, então, o Senhor Presidente esclarecer-me-á. Este sistema, primeiro premeia quem faz a separação do lixo e reflete esse prémio exatamente nas tarifas que estão a ser aplicadas. Apesar de alguns concelhos já terem feito um projeto-piloto, sobre esta matéria, em que o consumidor paga apenas pelo lixo indiferenciado que efetivamente deita fora, a maioria continua a não ter em conta o contributo do consumidor que separa, recicla, e se preocupa com a sustentabilidade do planeta. As falhas estruturais do processo de reciclagem são a principal causa do aumento dos resíduos depositados nos aterros. O “Payt” é, acima de tudo, um instrumento económico que aplica, de forma clara, o princípio do poluidor pagador à gestão dos resíduos, passando os residentes e o setor comercial a pagar de acordo com a quantidade de resíduos indiferenciados. Os cidadãos através desse sistema são recompensados pela separação pagando menos e deixando de subsidiar quem menos separa que passa a pagar mais. Este instrumento está previsto do quadro legal, que é o Decreto-Lei 102/ 2020, e pelos Regulamentos da ERSAR. Aplicar o sistema “Payt” é uma opção municipal associada a uma forte vontade política de mudar a gestão de resíduos. É também uma decisão a prazo que promove a economia circular e a justiça ambiental. Esta primeira recomendação era de facto para esta questão. E é uma questão pertinente porque o aumento de taxas, segundo o novo Decreto-Lei, vai ser substancial. E era bom que o município pensasse, desde já, em implementar esta situação e em premiar quem recolhe isto. A outra situação é, ainda no domínio das taxas, o município goza neste momento de alguma folga financeira, no respeitante a estar com mais preocupação nestas questões das taxas. Acho que, uma das formas seria, na medida do possível, e dentro do quadro legal, alocar determinados custos, ou seja, o município de Oliveira de Azeméis fazer seus determinados custos, assim desonerando os oliveirenses. Há uma frente de obra enorme. E a minha perceção é que os oliveirenses vão empobrecendo. Vossa Excelência, a Câmara Municipal, e toda a Vereação, têm de estar atentos a este fenómeno, no sentido de dinamizar, quer os aspetos sociais, quer os aspetos económicos, quer todos os aspetos ligados à sociabilidade. Isto, obviamente, e cremos nós, sem prejudicar os investimentos na Educação, na Justiça, na própria Sociedade. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Eu começaria por pedir desculpa à Ana Miguel por não ter respondido a uma questão que colocou. Essa é uma das imagens de marca de um político que é sério e responsável, que é responder às questões que nos colocam com a informação que tem disponível e, naturalmente, fazê-lo com toda a frontalidade e correção. Nós sabemos bem das dificuldades que nós temos no Pavilhão Ferreira da Silva. Antes de mais, eu queria agradecer à senhora deputada Helga Correia e ao senhor deputado Bruno Aragão, que não pôde estar cá hoje, por terem recebido estes jovens no Parlamento, por terem-nos acompanhado, muito obrigado por essa disponibilidade. Em relação

aos pavilhões: Conhecíamos bem a realidade dos nossos pavilhões. Mas é bom que percebamos que essas escolas, que têm problemas sérios nos pavilhões, vão ser entregues à Câmara Municipal e, portanto, passará, necessariamente, pelo projeto de requalificação a criação de condições também nos pavilhões. No caso concreto destas duas escolas, que foram reabilitadas, a Escola de Fajões e a Escola Ferreira da Silva, que já são da responsabilidade da Câmara Municipal. Aquilo que estava previsto eram investimentos que não permitiam, de todo, requalificar as escolas. E, portanto, foi necessário um esforço financeiro substancial para requalificar a Escola de Fajões na 1ª e 2ª fase e, também, para requalificar a Escola Ferreira da Silva em toda aquela dimensão. Foi removido o amianto. Foi feito um esforço enorme também para se fazer a remoção do amianto em todas as escolas do Concelho. E falta, efetivamente, requalificarmos os pavilhões. Sendo essa uma necessidade óbvia, objetiva, é um facto que a Ferreira da Silva tem boas condições na escola e tem más condições no pavilhão. Infelizmente, para nós, em Loureiro, no Pinheiro, em Carregosa, tem más condições na escola e tem más condições no pavilhão. Não estou a dizer que nós devemos olhar para estas coisas desta forma, mas é um facto é que nós reconhecemos que falta resolver o problema no pavilhão e até no espaço envolvente da Escola Ferreira da Silva. A seu tempo, logo que tenhamos capacidade financeira para o fazer, logo que tenhamos recursos para o fazer, porque estas escolas mesmo estando mapeadas e sendo intervencionadas pelo Estado, não tenho dúvidas nenhuma que a Câmara Municipal vai ter de fazer um esforço para que elas fiquem com condições semelhantes às que hoje existem felizmente na Ferreira da Silva e também em Fajões. Em relação à intervenção da Márcia Gomes: Claro que, daremos o ponto de situação, daremos nota do desenvolvimento das propostas que foram apresentadas pelos nossos jovens deputados e procuraremos, dentro da medida do possível, cumpri-las. Agora, serão precisos todos os artistas da arte urbana do país, toda a malta especialista em grafiteagem, para termos todas as propostas que nos foram apresentadas cumpridas. Naturalmente que, aquilo que foi proposto foi um bocadinho do que se deve seguir, no sentido de procurar que aquelas pessoas, que realmente são pessoas marcantes na nossa sociedade, na comunidade oliveirense, sejam distinguidas de forma mais ou menos ambiciosa, de forma mais ou menos singela. O que é um facto é que, nos lembremos delas, dos contributos que deram à nossa comunidade para o nosso bem-estar coletivo. E, portanto, fazê-lo respeitando as propostas que foram apresentadas. Em relação à intervenção da senhora deputada Rita Costa e João Rebelo Martins, eu juntaria as duas intervenções, porque objetivamente estamos a falar do tema educação: Nós, efetivamente temos várias questões para resolver nas nossas escolas. Acabou de ser referida uma delas. Oxalá fosse só essa. Temos efetivamente uma panóplia muito grande de questões. E dizer-lhe que, nós felizmente temos hoje escolas no ranking das escolas: podíamos falar aqui na Ferreira da Silva, que foi a melhor escola pública do distrito. Significa que, algum caminho, algum percurso está a ser feito, mas quem é que merece recolher os louros desse percurso? Toda a comunidade educativa, como é evidente, não é a Câmara Municipal. É toda a comunidade educativa, todos os professores, todos os auxiliares, todos os encarregados de educação, os próprios alunos, todos aqueles que se envolvem no processo de formação e capacitação dos nossos jovens. Todos os resultados que conseguimos alcançar neste domínio, obviamente o mérito é resultado

desse trabalho extraordinário que diariamente é feito nas nossas escolas. Em relação à estrutura organizativa para o próximo ano letivo: as questões já foram, de certa forma, respondidas. É evidente que são precisos melhores meios físicos, melhores condições, são precisos mais recursos humanos. A gestão dos professores de AEC: Não sei se o Senhor Vereador quer responder, mas já foi respondida. Nós já contratámos, só no último quadro de contratação, quarenta e dois assistentes operacionais para as escolas, para além da bolsa de recrutamento que foram contratados para as escolas. Temos procurado resolver o problema do deficit que existia de assistentes operacionais nas nossas escolas. Deixem que vos diga: não é um problema exclusivo do nosso Município. Oxalá fosse. Em relação ao Ensino Superior, nós temos as nossas duas residências universitárias, uma para a Escola Superior Aveiro Norte e outra para a Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, aprovadas. Estão em fases distintas. É um facto. A residência da Escola Superior de Saúde está, neste momento, com o projeto de arquitetura aprovado. Estão a desenvolver os projetos de especialidade para que tenham a aprovação do projeto de execução final e possa entrar em obras e, portanto, criar as condições para alojar ali alguns alunos que frequentam a Escola Superior de Saúde. A Escola superior Aveiro Norte, esperamos que, também, logo que tenhamos o projeto para analisar, a escola ou a câmara possa lançar o procedimento para a criação dessa resposta. Também nesse domínio, estamos a ter preocupação com essa carência de residências para os nossos estudantes. Não vou discutir as questões que aqui foram a floradas, sobre aquilo que se está a procurar fazer para que este território seja um território com condições para vivermos, investirmos e trabalharmos com qualidade. Vou responder-lhe em relação ao 17º Congresso Cidades Educadoras: Como sabe, a cidade de Oliveira de Azeméis faz parte da Rede de Cidades Educadoras. Se houver condições para estarmos em Curitiba, a representarmos o Município de Oliveira de Azeméis, no Brasil, lá estaremos. E se a organização permitir que se apresente algum projeto, nós cá estaremos para apresentar algum projeto que seja inovador nesse domínio. Questionou há quantos anos não se envolve a comunidade? - e citou um exemplo. A comunidade oliveirense é envolvida todos os dias. Esta Assembleia Municipal Jovem, é um exemplo claro do envolvimento da comunidade. A comunidade oliveirense é envolvida todos os dias nos mais variados domínios. Não é por uma iniciativa específica, o assinalar de uma dada maneira, de uma dada forma, de um evento ou de um acontecimento que a comunidade é envolvida. A comunidade deve ser envolvida no exercício da governação, de forma regular, de forma permanente. É isso que nós procuramos fazer. Em relação aos Censos: é evidente que os Censos foram em 2021. Os resultados definitivos dos Censos, aqueles são validados, foi em 6 de janeiro de 2023. Não foi há dois anos atrás ou três anos atrás, foi há meses atrás. E é com esses dados que se trabalha Não é com dados provisórios. Trabalha-se com dados efetivos. É evidente que estamos a analisar esses dados, são dados muito importantes, são dados estatísticos que nos permitem olhar para um conjunto de respostas que têm de ser criadas. Nuns casos, onde eles são negativos, para os contrariar. Nos casos em que eles são positivos, para os procurar melhorar ainda mais e naturalmente aprofundar. Em relação à Carta Educativa: O Senhor Vereador poderá responder-lhe. Acabou por colocar a questão e ao mesmo tempo acabou por falar na resposta. A Carta Educativa é uma entidade externa que está a

desenvolvê-la. Em que ponto está? A entidade, como muitas entidades que desenvolvem projetos ou que executam obras, muitas vezes não as conseguem fazer dentro do prazo e pedem prorrogações. E, naturalmente, a Câmara Municipal, se o pedido for bem fundamentado, concede essa prorrogação. É isso que está a acontecer neste momento. Aquilo o que importa, é que a Carta Educativa está a ser revista, mas mais importante que uma boa Carta Educativa é nós depois darmos consequência àquilo que está plasmado na Carta Educativa. Elaborar um documento que depois fica completamente cristalizado no tempo, como aconteceu no passado, não é seguramente a melhor forma de conduzir os destinos da Educação no nosso Concelho. Eu gostaria de passar umas imagens que explicam bem o que é o antes e o depois de 2017. [esta parte da intervenção do senhor presidente foi acompanhada de projeção de slides.] E vou só citar um dos exemplos que nós temos: Isto é o estado que se encontrava o Jardim de Infância de Pinhão. Este é o estado em 2017. Se quiser facultar ao João Rebelo Martins centenas e centenas de fotografias que identificam bem o estado das nossas escolas. Algumas delas estão assim ainda. Este era o estado do Jardim de Infância de Pinhão. Convido-o, depois, a visitar o Jardim de Infância de Pinhão, para ver como é que está o Jardim de Infância de Pinhão. Convido-o também a visitar a Escola Fonte Joana, a Escola EB23 de Loureiro, onde já fizemos intervenções, a Escola Maria Godinho, a EBI Jardim de Infância de Cesar, a EBI Jardim de Infância de Pindelo, o Jardim de Infância do Cruzeiro, a EBI e Jardim de Infância de Azagães, que está neste momento a ser intervencionada, a EBI JI do Picoto, a EBI de Selores, onde também fizemos uma intervenção no telhado, mas naturalmente queremos que aquela escola saia dali, o Jardim de Infância da Feira dos Onze, o Jardim de Infância de Pinhão, a EBI do Alvão - Macinhata da Seixa, a Escola EBI - Macieira de Sarnes, a Ferreira da Silva; a de Fajões. Há um conjunto vastíssimo de intervenções que respondem de forma cabal a essa questão: do que é que era antes e depois de 2017. Os oliveirenses já disseram, de forma muito clara, o que é que pensavam sobre o antes de 2017. Acho que isso ficou claro para toda a gente. E, portanto, sobre isso, o que tenho para lhe dizer é que: olhamos com profunda preocupação para o estado do nosso parque escolar; olhamos com profunda preocupação para aquilo que ainda é necessário fazer, no domínio da criação de condições nas nossas escolas, em várias áreas que são absolutamente estratégicas para que se disponibilize um ensino de qualidade para as nossas crianças. Por isso é que na hierarquia dos investimentos municipais, e agradeço muito ao senhor deputado Fernando Pais, quando diz: “que há uma frente de obra enorme”. Agradeço muito essa observação. É realmente verdade. E dizer-lhe que, uma boa parte dessa frente enorme de obra é naturalmente na execução das redes de água e saneamento, mas é também na Educação. Na hierarquia dos investimentos que nós fazemos a nível municipal aparece, em segundo lugar, a Educação consumindo uma boa parte dos recursos, já que, em primeiro lugar, aparece naturalmente a massa salarial do Município. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Manuel José e sobre o Programa Estratégico Ferreira de Castro, sobre essa dimensão e sobre esse ativo cultural. Esse ativo, efetivamente, como muitas coisas, nunca foi potenciado no nosso Concelho. É um ativo que tem um valor que todos nós percebemos. É um elemento fundamental de afirmação de competitividade da Freguesia de Ossela, mas também do nosso Concelho. Já foi apresentado um Programa Estratégico que

permitirá, finalmente, que Ferreira de Castro tenha a notoriedade que nós queremos que tenha. Para isso é importante que se construa um conjunto de respostas que permitam afirmar a vida e a obra literária do escritor. E por isso é que é muito importante a requalificação que foi feita na Biblioteca de Ossela. É muito importante o Centro Interpretativo Ferreira de Castro que está a ser construído neste preciso momento. É muito importante que se requalifique a Casa-Museu do escritor. É muito importante que se requalifique a Escola de Santo António recriando a sala de aulas que o escritor frequentou. E é muito importante que este Programa Estratégico Ferreira de Castro atue muito rapidamente em todas as dimensões que estão plasmadas: Tem catorze eixos prioritários, catorze propostas de ação, outras poderão ser acrescentadas, algumas, caso se revelem inócuas, poderão ser retiradas. O que é importante é que foi discutida uma estratégia e essa estratégia vai seguramente produzir resultados que nos vão orgulhar a todos. Esse é o caminho que foi iniciado e é o caminho que nós vamos continuar a afirmar. Em relação à intervenção do senhor deputado, Fernando Pais Ferreira: Eu julgo que a intervenção do senhor Jorge Paiva, foi absolutamente clara. Eu não tenho dúvidas sobre onde está instalada a grande superfície. A grande superfície está instalada em Fajões, ponto. Não há dúvida nenhuma. Ele não tem dúvida nenhuma sobre isso. A questão dele é: se o licenciamento está a identificar aquela propriedade como sendo uma propriedade de Fajões ou está a identificar aquele licenciamento como sendo Gândara-Cesar? Foi essa a questão que foi colocada. Não há dúvida sobre se o terreno é de Cesar ou de Fajões. O senhor deputado começou por dizer que: eu não percebi a questão que foi colocada pelo senhor Jorge Paiva, que não percebi se o espaço era em Fajões ou em Cesar. Todos nós percebemos que o espaço é em Fajões. Ninguém perguntou, se o espaço era em Fajões ou em Cesar? Ninguém perguntou isso. O que me perguntaram foi, se o licenciamento estava a ser feito com a designação Gândara-Cesar? Que é uma coisa diferente. Em relação à questão do RSU e à sua associação ao custo de RSU associado ao consumo da água. Isto, julgo que desaparecerá nos próximos anos, existe já vontade para que nos próximos quatro ou cinco anos deixe de ser feito esse tipo de associação. A questão de instalar no nosso concelho o sistema "Payit". O sistema "Payit" não permeia os consumidores, simplesmente as pessoas pagam o lixo que produzem, não têm nenhum benefício adicional por isso. O Senhor diz que: "são premiados." Foi a designação que utilizou. Não, não são premiados. Hoje, se as pessoas meterem o lixo nos ecopontos, esse lixo já não é pago. O que eu quero dizer é que, o sistema "Payit", não premeia as pessoas. Permite é que, o tal princípio que falou do poluidor pagador. Ou seja, o produtor do lixo paga exatamente o lixo que produz. Simplesmente dizer-lhe que, o sistema "Payit", não é isso. O que se pretende com o sistema "Payit" é que, haja mais justiça no sistema, ou seja, quem produz muito lixo pague mais e quem produz menos lixo pague menos, cada um pague o lixo que produz. Em relação às questões de vontade política para implementar o sistema. Não sei se sabe quantos sistemas "Payit" existem no país? Não sei se tem algum conhecimento sobre isso? Deixe-me dizer-lhe: um sistema que permita cobrar o lixo que um dado produtor, seja ele doméstico ou não-doméstico, produz, há muitos poucos municípios. É um sistema tremendamente caro. É um sistema tremendamente difícil de implementar. E, a sua implementação, naturalmente, acarretaria um acréscimo substancial no tarifário para os

munícipes. Há um enorme trabalho a fazer muito antes disso. Uma das tarefas muito importantes é aprofundarmos a recolha seletiva. Essa é absolutamente determinante. Nós deixarmos de mandar para o lixo indiferenciado lixo que deve ser separado. O trabalho que nós estamos a fazer na questão dos biorresíduos. Os biorresíduos representam cerca de 40% do lixo indiferenciado. Esse caminho que se está a começar a fazer, não é só o Município de Oliveira de Azeméis é em muitos Municípios do país, para que os biorresíduos tenham um tratamento diferenciado, é muito importante, assim como os verdes. E com isso, nós, reduzimos também a TGR. Porque a TGR penaliza quem envia lixo para aterro. Se nós conseguirmos tirar lixo do aterro, é evidente que pagamos muito menos TGR, é evidente que pagamos muito menos tratamento de lixo. E com isso teremos condições para procurar reduzir o tarifário aos Municípios. Tem havido um aumento exponencial do custo dos tratamentos do lixo, quer sob o ponto de vista da TGR, quer até sob o ponto de vista daquilo que é cobrado pelo custo de tratamento/ tonelada pelas entidades de tratamento em alta. E isso visa criar condições para o equilíbrio económico-financeiro dessas entidades. E são permitidos pela entidade reguladora que aprova esses tarifários que depois são apresentados. Aquilo que é os recursos financeiros do município dão para tudo e para mais alguma coisa, portanto, são quase sempre abordados como recursos financeiros inesgotáveis que dão para resolver todos os problemas que existem. Oxalá fosse verdade. Infelizmente estamos muito longe desse tipo de afirmações ter o rigor que é necessário quando falamos destas coisas. E quando falamos, sobretudo de um concelho que tem mapeadas um conjunto de necessidades nos mais variados domínios. Aliás, já aqui referidas algumas delas. É também muito importante, e é esse o conceito que está a ser introduzido hoje no mundo, a questão da circularidade da economia. É absolutamente fundamental que os produtos tenham ciclos de vida muito mais longos que os atuais. É absolutamente fundamental que as empresas não fiquem disponíveis à volatilidade dos mercados, dos preços, das matérias-primas. Aquilo que se vai procurar fazer, é isso que está a acontecer um pouco por todo o mundo, é que a economia circular evite que muitos dos produtos que hoje têm ciclos de vida tremendamente curtos possam prolongar o seu ciclo de vida. E, naturalmente, também, depois, cada vez mais, uma maior incorporação de materiais reutilizáveis, recicláveis nos processos de fabrico. Isto traduz-se em economias totais. Só na União Europeia, a introdução de mecanismos na economia circular, permitirá uma poupança de sete mil milhões de euros às empresas europeias, para além da criação de muitas centenas de milhares de empregos. Este é claramente o caminho, o caminho é este que nós podemos fazer na nossa comunidade. Mas há também um caminho enorme que tem de ser feito em todo o mundo, para que os resíduos passem a ser considerados não-lixo, mas um ativo importante. É esse caminho também que em Portugal está a ser feito. Há metas que temos de atingir. Há metas ambiciosas que nos propusemos atingir. E o município de Oliveira de Azeméis está, naturalmente, a fazer tudo o que está ao seu alcance para ser um dos municípios cumpridores dessas metas. Senhor deputado, há muita coisa para fazer? Com certeza que sim. Gostaríamos de ter muito mais ecopontos. Gostaríamos de ter o sistema “Payit” implementado. Gostaríamos de ter campanhas de sensibilização ambiental em várias frentes que permitissem que as pessoas percebessem a importância de não encherem os nossos contentores, muitas vezes, com mobiliário

ou um conjunto de coisas. Alias, na vinda para cá, acabei de ver um frigorífico junto de ecoponto. Portanto, perceber como é que se consegue meter um frigorífico dentro de um ecoponto, é um exercício mental muito interessante. É importante que os oliveirenses saibam que existe um serviço de recolha de monos, funciona muito bem, que recolhe centenas e centenas de monos por ano. Não temos necessidade nenhuma de ter este tipo de práticas. O sistema de Resíduos Sólidos Urbanos, é um sistema que tem uma agenda própria. Neste momento são grandes desafios que estão a ser colocados aos Municípios. Os Municípios da Área Metropolitana do Porto, apesar de terem diferentes realidades, e têm necessariamente diferentes realidades, uns, estão mais, seguramente, desenvolvidos do que outros, outros, estão mais atrasados, há entidades de tratamento em alta que prestam serviços com qualidades completamente diferentes, mas há aqui uma perspetiva comum destes dezassete Municípios que alguma coisa tem de ser feita neste domínio, porque estamos com os nossos aterros completamente pressionados e temos de tomar medidas drásticas e urgentes. É isso que nós estamos empenhados em fazer. Eu não respondi ao senhor deputado José Lourenço, peço-lhe desculpa. Em relação à EN1: É uma responsabilidade da Câmara Municipal. Ela foi intervencionada, do norte até ao centro da cidade, ao nível do pavimento e ao nível da criação de condições de segurança. O sítio mais crítico que nós tínhamos neste trajeto norte - centro da cidade, era o conhecido como “Zé da Curva”, onde infelizmente faleceram algumas pessoas. Não temos tido conhecimento de acidentes graves. Oxalá assim continue. Efetivamente foi feita uma intervenção que permitiu resolver esse problema. Em relação à intervenção cidade - EN1 - sul, neste momento, estará a ser ultimado o projeto dos passeios, é uma entidade externa que o está a fazer. E teremos condições para lançar a concurso o projeto de execução de passeios para sul, para que aquela via tenha também outras condições de dignidade e outras condições de segurança. Em relação ao IC2: Nós temos, insistentemente, junto da Infraestruturas de Portugal, questionado a intervenção no IC2. A última resposta que nos deram, foi que: “o pavimento da NI - IC2, na área do Concelho de Oliveira de Azeméis, encontra-se em estado razoável, com um índice de qualidade, que eles designam por “IQ”, de 3,3, numa escala de 0 a 5.” Dizem que: “no decurso de 2022, a IC2 foi intervencionada ao nível da reabilitação do pavimento, fresagem e reposição de pavimentos em betão betuminoso, bem como ao nível da marcação horizontal e vertical, colocação de balizas rebatidas ao eixo, de forma a suprir as situações consideradas necessárias e assegurar as adequadas condições de segurança rodoviária.” Falam também, sobre as travessias no Pinheiro da Bemposta, nomeadamente a Cavaco e do Pinheirense. A questão do Cavaco: Nós estamos a acompanhar esse processo. E gostaríamos muito que essa rotunda fosse feita. A argumentação que é utilizada pela IP, na nossa opinião, não colhe. Reclamamos dessa argumentação. Acabámos de enviar, muito recentemente, um novo estudo para que a IP aprecie. A IP, basicamente, a argumentação que utiliza é que: “o sistema de semaforização existente é mais do que suficiente, não há razões de insegurança que justifiquem a criação de uma estrutura, que é a tal rotunda, que colocará o IC2 no mesmo plano hierárquico das outras vias que acedem a essa rotunda.” Nós discordamos disso. E achamos até que a instalação de uma grande superfície no local, que se preconiza, poderá agravar as condições de circulação ali e, eventualmente, induzir até algum perigo

na circulação rodoviária. Continuamos a trabalhar nesse domínio. Convidámos a Senhora Engenheira Ângela Sá, responsável pelas Infraestruturas de Portugal de Aveiro, para se deslocar ao nosso território, para com ela termos oportunidade de, em horas de ponta, perceber o que se passa naquele local para termos uma resposta favorável à criação dessa rotunda, pelo menos, numa primeira fase, no Cavaco, depois, se tivermos condições, avançamos para a zona do Pinheirense. =

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **João Rebelo Martins**, do PSD. =====*

===== Eu falo em planeamento. E o Senhor Presidente responde-me com conta corrente. É o seu jeito, a sua forma de estar. Ok. Mas eu falei em planeamento. O Senhor Vereador Hélder Simões, teve a amabilidade de mostrar ali umas fotografias de umas obras que eram necessárias serem feitas. E os senhores, quando ganharam em 2017 e quando voltaram a ganhar em 2021, sabiam que tinham obras a fazer, tinham correções a fazer. Foi para isso que foram eleitos. Não se queiram vangloriar por fazerem obras em conta corrente. Eu estou a falar em planeamento. E, falando em planeamento, pela sua resposta sobre Curitiba, até sorriu um bocadinho a pensar em Curitiba, vamos ao Brasil. E também já percebi que não vamos ao Brasil coisa nenhuma porque, se soubesse do que é que estávamos a falar, o prazo de entrega de candidatura para estar presente em Curitiba termina em setembro, estamos a 26 de junho, não fizemos nenhum evento que se enquadre nas Cidades Educadoras, por isso nós não vamos estar em Curitiba Senhor Presidente. Já agora, se os serviços se disponibilizaram a fazer isso ao Senhor Vereador Hélder Simões, se mostrar o site da Associação de Cidades Educadoras, o que nós vemos nas imagens é que Oliveira de Azeméis tem zero projetos. A única coisa que está lá, é o Senhor Vereador da Educação a declamar António Gedeão, por ocasião do trigésimo aniversário da associação, mas não é isso que eu estou à espera de um vereador da educação. Peço imensa desculpa. Eu pergunto, o que é que nós estamos a fazer na Associação Internacional de Cidades Educadoras? Pagamos uma quota. Se não estamos a fazer nada, porque o Senhor Presidente disse que o evento do Parlamento Jovem é um exemplo disso. Não, não é. Se não estamos a fazer nada, porque é que estamos a esbanjar dinheiro dos contribuintes oliveirenses a pagar uma quota para estar numa associação da qual não usufruímos nada? Já agora, sobre a Carta Educativa, porque me preocupa, porque mais uma vez é planeamento, e preocupa-me por causa de uma coisa, Senhor Presidente: Eu não dei a resposta. Eu perguntei, como é que estava a Carta? Eu consultei o concurso que foi feito. Foi por convite. Nós podemos ver qual foi a empresa a quem foi adjudicado o trabalho. A empresa não tem site, não tem nada, não conhecemos. Olhando para aquilo, mais uma vez informação pública, informação que deve estar disponível para toda a gente, não conseguimos ver o que ela vale. Sabemos que, por comparação com municípios vizinhos ao nosso, foi adjudicado por um valor muito a baixo do que é praticado. Sabemos também que no caderno de encargos, consulta prévia, de nove páginas, em todos os capítulos, falta uma coisa que é fundamental no planeamento de uma carta educativa que são as clausulas técnicas. Não estão lá. Por isso, há um contrato que

não tem clausulas, segundo o portal base. A informação pública, não está. Era isso que eu gostava de ver explicado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Senhor deputado, foi o senhor que falou em antes de 2017 e depois de 2017, não fui eu. E deixe-me que lhe diga o que é nós recebemos em matéria de planeamento: zero. Nem um projeto feito. Zero, rigorosamente zero. Tivemos sim, vários estudos encomendados e pagos a peso de ouro que ficaram na gaveta sem nenhum desenvolvimento. Portanto, em matéria de planeamento, estamos falados. E não estamos a falar de gestão corrente. Aquilo foi um exemplo de gestão corrente, não houve capacidade para o fazer, agora imagine quem não faz gestão corrente como é que há de fazer o planeamento. Repare que, quando estamos aqui a falar do programa estratégico Ferreira de Castro e eu falei em múltiplas dimensões, estamos a falar de planeamento. Quando estamos a falar da preocupação que nós temos que ter com a nossa educação e a nossa educação vai desde ali até uma fábrica do futuro, nós estamos a falar de planeamento. É assim que se planeia. Deixe-me dar-lhe aqui só duas notas, que acho que são particularmente graves: Uma delas é o atestado de incompetência que passou a toda a comunidade educativa que serve o concelho de Oliveira de Azeméis - dizendo que: não há projetos, não há eventos, que não se faz rigorosamente nada, que não temos nada para apresentar, que já passou o prazo de candidatura para eventos. Portanto, a comunidade educativa oliveirense, que, consegue ter a melhor escola pública do distrito não têm efetivamente nenhum trabalho feito. É isso que está a dizer. Os CTE (Centro Tecnológico Especialização) que foram aprovados são exemplo do extraordinário trabalho que a nossa comunidade educativa faz. Portanto, a educação no nosso concelho tem um conjunto de atores. A Câmara Municipal é um desses atores. E o Senhor Vereador da Educação, felizmente para nós, é uma pessoa que conhece perfeitamente o setor e preocupa-se com o setor e por isso é que a educação está a dar passos significativos. O senhor diz-me: no passado nós eramos uma excelência em matéria de educação. Eu não vou criticar isso que o senhor acabou de dizer. Não sei em que é que o senhor se baseia para dizer isso, mas obviamente não vou criticar isso. Agora, vou-lhe dizer que: O diagnóstico é fácil. Ele está aí. Temos ainda muitas escolas para requalificar, temos um trabalho enorme para fazer. Estamos a procurar fazê-lo. Mas estamos a procurar fazê-lo com estratégia. Não é forma aleatória. Nós não vamos à escola resolver o problema do puxador ou o problema da lâmpada que fundiu, ou o problema do videoporteiro como acontecia no passado. Nós entramos e deixamos a escola preparada para décadas, com todas as condições que são necessárias. Sabe o que é que tinha previsto para Escola Ferreira da Silva? Um milhão, duzentos e cinquenta mil euros e gastamos dois milhões. E mesmo assim ficou muito por requalificar. Tínhamos na Escola de Fajões prevista uma intervenção que nem sequer o amianto removia da escola. São este tipo de predisposições que nós temos para fazer intervenções que revelam bem o que é que tínhamos antes de 2017 e o que temos depois de 2017. Quando falou no sistema quotização e está a dizer que se

esbanja dinheiro: Na educação nunca se esbanja dinheiro. Na educação faz-se investimentos. E se nós em resultado de fazermos parte das cidades educadoras tivermos conhecimento das boas práticas que existem em outras cidades educadoras, esse dinheiro é muito bem empregue. Eu poder-lhe-ia fazer referência a uma serie de quotizações que nós fizemos durante muitos anos, enfim, cujos os resultados foram zero. E, portanto, explicar-lhe apenas e só que somos membro das Cidades Educadoras e vamos continuar a ser membro das Cidades Educadoras. Aquilo que esperamos é que, no futuro, tenhamos muitos projetos inovadores desenvolvidos pela nossa comunidade educativa. E temos felizmente vários, alguns deles com resultados até nacionais para podermos apresentar. Em relação à empresa que não tem site: Eu, não sei quem é a empresa. Mas sei uma coisa: merece-me todo o respeito, a empresa, tenho toda a consideração por ela. Não gostaria nada que se lançasse aqui algum tipo de suspeição quer em relação à idoneidade, quer em relação à competência dessa empresa. Concorreram três empresas. Essa empresa concorreu com 16.500,00€. Houve uma empresa que concorreu com 19.500,00€. E a Universidade de Aveiro, que é uma das entidades concorrentes, concorreu com 20.000,00€. Portanto, está a ver que, não é uma verba insignificante, não é uma verba ridícula, não é uma verba que não tem a ver com nada. É uma verba que é mais barata do que a de um concorrente com o prestígio da Universidade de Aveiro. É só isso. Gostaria muito que nós nos preocupássemos efetivamente com a questão da carta educativa, um instrumento orientador importantíssimo, mas que não colocássemos em causa as entidades que concorreram porque concorreram nas mesmas regras. Todas as entidades merecem-nos respeito, consideração, idoneidade. Aquela empresa tinha condições para fazer mais barato, ganhou, a condição é essa. Esperamos é que faça um bom trabalho. Obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Daniela Silva**, do PS. =====*

===== Boa tarde, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da Assembleia Municipal Amaro Simões, O III Plano Municipal para a Igualdade, Não Discriminação e Responsabilidade Social de Oliveira de Azeméis (2022-2025), que aprovámos em Assembleia Municipal, é um plano que pretende promover a igualdade de género, a não discriminação, apelando à responsabilidade social na autarquia, nas instituições sociais e nas empresas. Mas importa não só aprová-lo e, como nessa altura, fazer acesa discussão, mas sobretudo acompanhar a sua implementação. É também esse o nosso trabalho. O plano municipal assenta em três grandes planos de ação: - O plano de ação para a igualdade entre homens e mulheres; - O plano de ação para a prevenção, para o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica; - E o plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género assim como das características sexuais. Estes eixos são desafiantes e precisam de percorrer o seu caminho aos poucos e poucos. A implementação de uma estratégia orientada, primeiramente, para a identificação dos problemas subjacentes e seguidamente para a atenuação dos fatores estruturais, socioeconómicos, culturais

e sociais que comprometem a igualdade entre pares. O ambiente em que vivemos, os indutores que nos chegam todos os dias, são fatores que provocam a construção da visão que temos da sociedade que nos rodeia. A mudança dessa visão, que já foi concebida, é deveras complexa. Este plano, através de várias atividades pretende criar indutores que promovam os planos de ação. No último ano foram efetuadas diversas atividades das mais diversas índoles. No dia municipal para a igualdade, foi construída uma instalação artística, no dia da mulher decorreu uma ação de capacitação, já no mês de maio, decorreu a atividade “Laço Azul”, entre tantas outras atividades. Estas realizaram graças ao envolvimento das pessoas. O município de Oliveira de Azeméis ainda está longe de atingir a igualdade salarial entre homens e mulheres. A violência doméstica é uma realidade presente nas várias famílias e a discriminação também ainda está presente no quotidiano de muitos oliveirenses. Sendo uma realidade presente no nosso País, importa-nos o trabalho que no nosso município podemos fazer. Cabe à autarquia, juntamente com as associações, as empresas e com toda a comunidades, intervir com o intuito de dissipar as desigualdades e cessar com os estereótipos existentes. A visão da sociedade deve ser, sempre, uma visão regida pelos princípios de igualdade, de equidade, de tolerância e de inclusão. A minha intervenção de hoje pretende apelar a todos os grupos municipais, a todas associações, a todas as empresas e a todos os que estão a assistir para conhecerem este plano e para contribuírem para a concretização do mesmo. Um plano construído a pensar em todos e que necessita de todos para que possa ter impacto no futuro da nossa comunidade. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **António João**, do PSD. =====*

===== Considerem-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente Amaro Simões. Senhor Presidente, aquilo que me trás hoje aqui tem a ver com a nossa Estratégia Local de Habitação, que já mereceu a aprovação desta camara para mais de um ano. Nós continuamos a pensar que a estratégia que foi aprovada era uma estratégia pouco ambiciosa. E confirmamos que efetivamente se encontra atrasada. E se atrasada está há um ano, é nossa opinião que agravou essa condição. Portanto, fazendo este ponto de ordem, queria focalizar aqui uma situação, página 88: da estratégia que aprovamos há mais de um ano estavam identificadas 20 famílias sem resposta habitacional no concelho de Oliveira de Azeméis, 4 estavam ocupando construções ilegais vagas, 2 estavam identificadas como sem-abrigo e 4 estavam numa situação e ocupação ilegal. Passou mais um ano. Nós achamos que a globalidade do processo não está a corresponder, pelo menos, àquilo que eram as nossas expectativas. E eu gostava de perguntar, se já existiram desenvolvimentos para estas 20 famílias, pelo menos aquelas mais prementes, as que se encontravam numa situação mais vulnerável, se durante este ano conseguimos/conseguiram dar resposta a esta premência? Queremos também deixar também uma recomendação, uma vez que a estratégia é sempre revisível: dada o estado atual da nossa economia, as dificuldades do constante aumento das taxas de juro, pensamos que será momento para revermos e atualizarmos

aquilo que serão as necessidades habitacionais no concelho de Oliveira de Azeméis que possam ser integrados nesta grande ferramenta que é o PRR, mas que só estará disponível para quem dela quiser e fizer para se aproveitar desta oportunidade. Há mais de um ano atrás referimos que estávamos a perder a oportunidade. Na altura, consideramos grave. Hoje, com a situação que sentimos na rua, achamos que a oportunidade ainda está a ser maior. E peço-lhe que se promova esta reanálise da situação habitacional de Oliveira de Azeméis. Queria deixar aqui um outro aparte e nesse caso pedir o seu auxílio: O Governo deste país prepara-se para restringir a abertura de alojamento local no concelho de Oliveira de Azeméis. Sei que muitos pensarão que o alojamento local concorre com a habitação. A minha opinião pessoal, é que não. É complementar. A existência de alojamento local, muitas vezes suprime algum recurso de imoveis em habitação. Não são só imoveis de habitação que vão para alojamento local. Acho que o facto de existir um alojamento local desobriga, muitas vezes, algumas empresas, as pessoas a estarem a alugar habitações para acomodar as pessoas que nos visitam. E queria também saber qual é a posição do município nesta situação? Se concorda? E, no caso de não concordar, pedir para que esta restrição no nosso concelho não vá para a frente. Disse. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Luís Filipe Oliveira**, do PS. =====*

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, caros deputados da Assembleia Municipal, presidentes de Junta de Freguesia, oliveirenses, comunicação social, as minhas cordeais saudações. Infelizmente, tive que vir aqui à tribuna pela questão da superfície comercial que vai nascer em Fajões. E vim por vários motivos. Primeiro - não há duvida nenhuma que o terreno está situado em Fajões. Há dias vi na comunicação social uma indelicadeza da autarquia cesarense, em que reuniu para tomar posição sobre, acabou por não tomar, uma superfície comercial que nascia na freguesia vizinha. Veja-se, qual é a freguesia no concelho que tenha tomado posição sobre uma área comercial ou qualquer obra que vai nascer na freguesia vizinha. Hoje, mais surpreso fico, infelizmente, com das respostas que o Senhor Presidente da Câmara deu. A primeira foi: se o requerente fez o requerimento que era em Cesar, a Câmara não tem nada a ver com o assunto. Valha-nos Deus. Francamente. Então, a Câmara não está lá para estudar o processo, para ver se o processo está legal ou não? E uma das situações não é a localização do imóvel que vai nascer? A seguir uma outra resposta infeliz, não terá sido intencional, que foi o facto de dizer: 'tanto faz ser Gândara-Cesar ou Gândara-Portimão. Senhor Presidente, isso foi uma desconsideração a todos os fajoenses e à Junta de Freguesia de Fajões. Certamente, foi sem querer. Não acredito que seja essa a sua intenção. Agora, faço um apelo, Senhor Presidente, que tenha realmente em conta esse processo, que chame a si esse processo, que não haja mais nada por de trás disso, que não haja nenhuma outra intenção por trás. E que esse processo quando sair da Câmara Municipal, sai corretamente com a superfície a ser criada ser localizada em Fajões. É só. Obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Augusto Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Cesar.* =====

===== *Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, comunicação social. Não era minha intenção intervir, mas quero prestar aqui alguns esclarecimentos. Dizer que: a Junta de Freguesia nunca tomou nenhuma decisão ou tentou tomar alguma atitude contra a superfície comercial a ser criada. Aquilo que alguns cesarenses se preocuparam nessa assembleia foi que o comércio tradicional em Cesar iria sofrer com esta superfície comercial. Não foi para proibir ou deixar de proibir. Estão preocupados e tem legítimas preocupações. Primeiro, dizer que: o terreno (tenho documentos com os quais posso comprovar) tem um Artigo de Fajões de 13.240m² e tem um Artigo de Cesar, Artigo 276, com 4.250m². E este terreno tem uma entrada por Cesar, pela Rua da Liberdade. A Junta de Freguesia de Cesar nunca foi tida nem achada e nunca fez nenhuma diligência para isto ou para aquilo. Aquilo que estou a dizer, para a verdade ser refeita, nesse Artigo: tem um Artigo de Fajões de 13.240m² e um Artigo de Cesar, Artigo Rustico 276, com 4.250m². Tenho dito.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Luís Filipe Oliveira, do PS.* =====

===== *A questão dos limites, está mais do que definida. Foi a própria Câmara que definiu, na altura que eu era presidente da Junta de Freguesia. A rua faz a separação, a rua é meeira, a rua faz a divisória, a rua é das duas freguesias. No passado, houve uma Câmara Municipal que reconheceu a rua como sendo de Cesar. É evidente que isto não foi avante. Quando eu cheguei à Junta tomei posições e hoje temos aquela situação que todos conhecem: do lado de Cesar - Rua da Mata; do lado de Fajões - Rua Ferreira de Castro. Portanto, aqui, não restam dúvidas. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Augusto Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Cesar.* =====

===== *O limite que eu estou a falar não tem rua nenhum. a Rua Villa Cesari é de um lado, a Avenida da Senhora da Ribeira do outro. O limite que eu estou a dizer não tem rua nenhuma a separar. Os limites, não têm a ver com a rua, tem a ver com o marco de Cesar e de Fajões que divide a rua, parte do terreno é Fajões, parte é de Cesar.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada Marisa Sousa, do PS.* =====

===== Boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente, Amaro Simões. A minha intervenção pelos vistos é polémica, hoje, já falamos aqui várias na educação. Mas é bom sinal. É sinal que está a dar que falar e neste caso, a nosso ver, a ver da bancada do PSD, por bons motivos. Assim, tal como o meu colega deputado Fernando Pais, só agora Sr. Presidente é que começa a contar o tempo. “Melhor escola pública do distrito de Aveiro é de Oliveira de Azeméis” - foi este o título disseminado na comunicação digital do Município para todos os oliveirenses, no passado dia 21 de junho. A Escola Básica e Secundária Dr. Ferreira da Silva, em Cucujães, alcançou resultados notáveis nos exames nacionais de 2022, colocando-a na posição de melhor escola do distrito de Aveiro e permitindo-lhe assim entrar no conhecido “ranking” das escolas. Os rankings são indicadores de relatividade. Permitem comparações, perceber fragilidades e potencialidades ou recomendar boas práticas. Sendo uma dimensão da realidade, estão longe de ser “a realidade”. A avaliação dos exames tem uma dimensão própria. Todavia, não nos deixemos conduzir por uma valorização excessivamente focada em exames, mas sim pelo resultado da educação, num âmbito mais multidimensional, tanto neste Agrupamento como em todos os outros do nosso concelho. E, neste sentido, devemos valorizar todas as nossas escolas, em particular as suas Direções, que, ao longo deste ano letivo e como uma enorme parceria da Câmara Municipal, desenvolveram um trabalho extraordinário para o sucesso escolar dos nossos alunos. Bem sabemos que o sucesso escolar resulta de um conjunto de fatores, quer ambientais, quer económicos, sociais, emocionais e familiares. A pandemia bem o demonstrou. E, por isso, um Município deve entender a educação como um projeto: um projeto inacabado de gerações que se sucedem, mas que encontram uma escola sempre melhor. Medidas como a atribuição do Vale Educação, feita no início do ano letivo a mais de quatro mil alunos, bem como a melhoria contínua das infraestruturas escolares para que os nossos alunos possam aprender com as condições ideais, são exemplos desta visão mais alargada. A prática desportiva nas escolas e a criação de hábitos de vida saudáveis nos mais jovens constituem uma preocupação constante deste executivo, daí a instalação de relvados sintéticos nos campos desportivos de algumas escolas e a distribuição de bicicletas aos alunos do 3.º ciclo dos cinco agrupamentos escolares. Muitas têm sido as iniciativas desenvolvidas para que os oliveirenses gostem de aprender e desenvolver-se em Oliveira de Azeméis. Começando pelos mais novos, e a título de exemplo, realço a celebração do Dia da Criança, realizada ao longo de uma semana completa, onde os mais pequenos puderam realizar diferentes atividades lúdicas e pedagógicas. Passo para os jovens adultos, que têm sido incentivados a desenvolver os seus estudos superiores, através da atribuição de bolsas de estudo e, ainda, através do investimento em alojamento para estudantes com maior carência económica, alocando cada vez mais jovens em Oliveira de Azeméis. O investimento na população sénior é também uma realidade, quer a nível social e desportivo, quer educativo. Exemplo disso é o apoio imprescindível à Universidade Sénior que usufrui agora de melhores condições físicas para poder continuar o seu excelente trabalho no enriquecimento pessoal, social e cultural da sua comunidade. Estes foram apenas alguns exemplos do que é estudar em Oliveira de Azeméis. Graças a um processo colaborativo

entre Autarquia, Direções de Agrupamentos de Escolas e toda a Comunidade Educativa (professores, técnicos, assistentes, pais, alunos e instituições locais) será possível encerrar mais um ano letivo de uma forma meritória de todo o nosso reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, com empenho e afinco de todos os intervenientes, de uma forma especial, os nossos alunos. A prova viva deste trabalho foi o Concerto organizado pela AMOA no passado dia 17 deste mês, onde alguma da nossa população escolar demonstrou com distinção todo o seu talento, orgulhando todos os oliveirenses. Contudo, também esta é a altura de fazermos algum balanço e aferirmos aquilo que pretendemos melhorar ou promover no próximo ano letivo. Assim sendo, lançamos o desafio ao Senhor Presidente para nos adiantar, se tal for possível, de como pretendem organizar o ano que se avizinha? Como serão organizadas as atividades de enriquecimento curricular nas escolas do 1.º Ciclo? Continuarão nos mesmos moldes deste ano, dando a liberdade aos Diretores dos Agrupamentos para poderem celebrar parcerias e protocolos com outras entidades ou serão os próprios Diretores a assumirem a responsabilidade de contratarem professores para o desenvolvimento destas atividades lúdico-pedagógicas? Muito obrigada. ===

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Diana Semblano**, do PSD. =====*

===== Boa tarde a todos e a todas. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal. O Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis comemorou 14 anos de vida. Uma resposta inovadora e diferenciadora que nasceu em 19 de junho de 2019. Um espaço lúdico intra e inter-geracional que tem como objetivo o desenvolvimento sociocomunitário, através da animação dos tempos livres, da dinamização de atividades culturais e sociais e ações de formação. Proporciona um conjunto de atividades lúdicas e culturais direcionadas para todos os públicos (crianças, jovens, pais, pessoas idosas e toda a comunidade oliveirense). Queremos endereçar uma palavra de agradecimento a toda a equipa que compõe o Centro Lúdico pelo carinho, entusiasmo, dedicação que prestam todos os dias às crianças, famílias e população idosa que frequentam este magnífico espaço, tornando-o único, animador e acolhedor. Enaltecemos o trabalho, a resiliência, determinação de fazer diferente e contribuir para um dia diferente na vida de muitos utentes, como disse mais e menos jovens. Um bem-haja a todos que se dedicam ao outro com perseverança e determinação. Concluo a minha intervenção dizendo que os municípios e o município de Oliveira de Azeméis em particular deve dar continuidade como até aqui aos serviços diferenciadores no apoio às pessoas. Estas apostas como aquela que foi feita em 2019 tem feito a diferença e vai continuar a fazer a diferença na vida dos Oliveirenses. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Nesta minha intervenção, porque muito já foi dito, três notas muito importantes: Já não está aqui a Ana Miguel. Mas, felicita-la pelo trabalho por ela desenvolvido, no âmbito da Assembleia Municipal Jovem. Ela teve oportunidade de ser a Presidente da Mesa, no âmbito dos Políticos de Palmo e Meio. E digo isto para ressaltar aqui aquilo que tem sido o trajeto do município de Oliveira de Azeméis na intervenção jovem no que diz respeito à política. E aqui no testemunho dela ficou patente isso mesmo. Senhor Presidente da Câmara, quando a Ana Miguel fala na questão do pavilhão da Escola Ferreira da Silva. O Senhor Presidente ao longo da nossa Assembleia diz que, o município tem tudo planeado relativamente à educação. Falou em planeamento várias vezes naquilo que é a sua intervenção. E, por isso, Senhor Presidente, importa aqui esclarecer: já que há uma planificação de tudo aquilo que são requalificações e de tudo aquilo o que é edificado escolar, perceber, - porque o Senhor Presidente ao responder à Ana fez o enquadramento daquilo que foram as obras de requalificação da Escola Ferreira da Silva, - penso que já nos consegue dizer para quando é que está prevista a requalificação deste pavilhão? Na semana passada, na reunião de Câmara, à Senhora Vereadora Carla Rodrigues disse que: para já não pode fazer nada. Mas deve haver um planeamento. E seria importante esclarecer-nos para quando essa requalificação. Depois, falou-se aqui no IC2. Várias vezes já tive oportunidade de falar, ainda numa das últimas assembleias municipais demonstrei a minha preocupação dizendo ao Senhor Presidente que confiava naquilo que o executivo pugnassem no sentido de melhorar e de termos uma requalificação célere do IC2. Aliás, o Partido Social Democrata teve a oportunidade de apresentar projetos de recomendação na Assembleia da República onde pedimos para estudar a viabilidade de uma rotunda na zona do Pinheiro. O Partido Socialista absteve-se. Agora, o Senhor Presidente fala de uma carta da IP. Eu não sei quando é que foi a resposta da IP. Eu, na altura, quando estive na Assembleia Municipal de fevereiro, informei esta assembleia que o grupo parlamentar do PSD tinha questionado a Tutela. Nós tivemos também uma resposta em março da tutela que, para além das muitas coisas que o Senhor Presidente aqui disse, só nos acrescenta: “mais se informa que se prevê a realização trabalhos de conservação do pavimento, durante o ano 2023, entre o km 261,055 e o km 263,935. Só mais esta precisão: por aquilo que nos informa a tutela, não há mais nada previsto para o ano de 2023. Por isso, Senhor Presidente, continuamos a confiar em si. E daquilo que depender da parte dos deputados da Assembleia da República, falo por mim e penso que posso falar pelo deputado Bruno Aragão, estaremos aqui para pugnar que realmente avance até porque não podemos continuar com datas a dizer que é em 2022, 2023, estamos a meio de 2023 e continuam a dizer que só vão requalificar um determinado quilómetro. Depois Senhor Presidente e Senhores deputados: Uma questão que nos preocupa e que diz respeito ao Palácio de Justiça e ao Tribunal de Trabalho de Oliveira de Azeméis. O Palácio de Justiça esteve recentemente, este mês, com andaimes que indiciavam a realização de obras. Tive a oportunidade de passar junto ao Tribunal e, daquilo que me apercebo, foi apenas pintada a varanda da entrada, o gradeamento e onde é hasteada a bandeira (mastros). Olhando para todo o Tribunal continuamos com paredes que continuaram por serem pintadas. Aliás, o Senhor Presidente, na reunião de Câmara de 16 de

março, em resposta aos vereadores do PSD, disse - e cito: “(...) que no caso do Palácio de Justiça as obras não são tão prementes nem tão graves como no Tribunal de Trabalho, mas há necessidade de, sobretudo, ao nível da caixilharia, porque algumas das audições ficam comprometidas pelo barulho (...)”. Penso que não foi aquela intervenção de fundo que realmente o Tribunal precisa, apesar de não ser tão prioritário como aquilo que são as obras do Tribunal de Trabalho. Senhor Presidente, eu gostaria de saber o que é que levou a esta decisão de pintar só uma varanda e deixar para trás tudo aquilo que é a requalificação este edifício, não sei se foi da autarquia se foi do ministério da justiça. Em relação ao Tribunal de Trabalho: continuamos sem saber quando é que realmente vão avançar estas obras, que são prementes. Era importante perceber quando é que realmente vão avançar estas obras. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== Boa noite a todos. Permitam-me que vos cumprimente, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. A ferrovia, na sua forma eletrificada, é nos dias de hoje um meio de transporte mais seguro e ambientalmente responsável que conhecemos de uso intensivo. Por isso, após muitas hesitações, avanços e recuos no projeto ferroviário nacional. Talvez demasiado planeamento e pouca execução. Importa hoje, assinalar, que esta constituiu e constitui um desígnio do país. E permitam-me que destaque uma pequena obra de execução: a reabertura das oficinas de Guifões, em Matosinhos, no ano de 2020, após o seu encerramento em 2012. Como uma peça chave, que permitiu requalificar centenas de carruagens degradadas, que o país detinha e que, chamavam de ferro-velho, estavam encostadas e que hoje estão a circular um pouco por todo o país. E os resultados vêm-se. A CP, pela primeira vez na sua atividade teve lucros no ano de 2022. São pequenos passos e decisões deste género que impulsionam a indústria. E, hoje, através de um consórcio de várias empresas nacionais já se equaciona a possibilidade de ter um comboio português, produzido, fabricado, pensado em Portugal, que permitirá atrair uma indústria que será decisiva no crescimento e na aposta ferroviária no país. Trata-se de um investimento reprodutivo e de um futuro “cluster” a explorar no país, que tem todas as condições já implementadas para o funcionamento até pela singularidade que tem com a indústria automóvel do ponto de vista do interior têxtil. Em Oliveira de Azeméis estes investimentos e decisões estratégicos que se tomam no país impactam também no nosso concelho. Em primeiro lugar, por ser um concelho que se encontra a meio de um troço central como é a Linha do Vouga, infelizmente, ainda movido a combustíveis fósseis, que necessita de uma requalificação urgente para a sua eletrificação e para a sua ligação cómoda, eficiente, à capital de Distrito, Aveiro, e à sua capital Metropolitana, a cidade do Porto. Em segundo lugar, também, por ser um concelho sobre o qual a nova linha de alta velocidade, Porto-Lisboa, há tantos anos planeada, irá passar mesmo que não tenha paragem prevista no nosso concelho. Trata-se de um projeto que hoje ninguém tem dúvidas que é estrutural para o país e que apenas peca por tardio. Hoje, a discussão

faz-se nos Municípios afetados pela nova linha, com os vários traçados previstos, sobre qual será a solução que impactará mais ou menos o nosso Município. Neste ponto, em Oliveira de Azeméis, aquilo que importa fazer, não é este tipo de discussão, é identificar quais serão os verdadeiros impactos deste importante investimento do país, que atravessará a Freguesia de Loureiro, providenciar toda a informação disponível e garantir que, independentemente da escolha que seja feita pelas Infraestruturas de Portugal e pelo governo, aqueles que serão afetados por este projeto terão toda a solidariedade e apoio, do ponto de vista técnico e administrativo, por parte da Autarquia. Projetar, negociar, decidir, e, adjudicar projetos desta dimensão são processos que demoram muitos anos e que se tornam processos difíceis porque afetam a vida das pessoas e os seu dia-a-dia. Pois bem, trata-se de uma dimensão supraconcelhia, de uma dimensão nacional e o Município tem que estar aberto para que este investimento possa também ser uma realidade importante para o país. Portanto, ao Executivo Municipal e ao Executivo de Freguesia, exultamos para que continuem o acompanhamento, que sabemos que já está a ser feito, sobre este dossier, junto das entidades competentes, salvaguardem que toda a informação disponibilizada é compartilhada com as pessoas afetadas, independentemente daquele que venha a ser o traçado escolhido. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Francisco Silva**, do PSD. =====*

===== Obrigado Senhor Presidente. E permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes. Incumbiu-me, naturalmente, o Senhor Presidente da Assembleia, e fomos articulando esta situação, para fazer aqui uma breve comunicação relacionada com o Prémio Municipal de Cidadania. Como é do conhecimento desta Assembleia e conhecimento público, teve a sua primeira cerimónia no passado dia 18 de maio, na cidade de Oliveira de Azeméis, no dia em que se comemorava o Dia Mundial da Cidadania. Importa, pois, neste momento, e em primeira instância, enaltecer o exercício conjunto, que decorrente da participação dos elementos do júri em representação de cada uma das bancadas desta Assembleia, que ao longo de diversas reuniões de trabalho e de alguns momentos mais acesos, que também tivemos, implementaram e trouxeram ao terreno o Regulamento que habilita este Prémio Municipal. Permitam-me também, saudar aquele que foi o resultado final, decorrente das circunstâncias em que decorreu o trabalho. Da implementação do Regulamento à realidade foi efetivamente um caminho que foi recolhido com algumas vicissitudes e que acabou por desnudar a necessidade de ajustes e alterações que permitam que o Premio Municipal de Cidadania seja aplicado de forma mais clara, simples e eficaz. Impõe-se, no entanto, manter o foco nos princípios basilares que distinguem e enaltecem a Cidadania e de todos os valores elevados que lhe estão associados e que têm a nobre missão, neste caso, de reconhecer os nossos conterrâneos pela sua conduta e participação na comunidade e que são exemplos para todos nós e, acima de tudo, para as gerações vindouras e para o futuro melhor que todos pretendemos. Aqui chegados, e conforme anuído pelo júri nas diversas reuniões

havidas, verifica-se premente apresentar propostas de melhoria ao Regulamento para que possamos em conjunto dirimir as debilidades encontradas e reforçar o espírito do Prémio Municipal onde o mérito é a palavra de ordem. Posto isto, e em nome do júri, propõe-se, Senhor Presidente, que possa diligenciar junto das bancadas desta assembleia a recolha de sugestões que visem as alterações e melhorias que entendam por necessárias, de forma a serem trabalhadas em tempo útil, para dar a melhor continuidade ao Prémio Municipal de cidadania, que se saúda. Permitam-me, também de forma breve, e na qualidade do presidente do júri, agradecer: a oportunidade de desempenhar as funções e os trabalhos que fomos efetuando; a confiança que os meus colegas do júri depositaram em mim para os representar, e que tudo fiz para não os defraudar, espero ter conseguido; a disponibilidade dos dirigentes das bancadas, que estiveram sempre disponíveis, e, acima de tudo, uma palavra de apreço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, sempre de forma diligente e presente, esteve no terreno de forma próxima a acompanhar esta realização. Na certeza que, depois deste caminho iniciado, temos todos a obrigação de o melhorar e preparar, para cumprir o seu desígnio, da forma mais elevada possível. Tenho dito.=====

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== Eu não teria muito mais a acrescentar, a não ser duas partes que se compôs este prémio: Primeira parte: gratificante foi andar à procura, a pesquisar, acolher propostas de generosidade, de benfeitoria, no fundo, ações de cidadania. Foi gratificante sentirmos que, em Oliveira de Azeméis, no nosso Município, havia muitas personalidades, muitas ações que eram merecedoras de serem consideradas e registadas para este prémio. O segundo momento, fez-nos sofrer. Porque estas ações não são mensuráveis. E achávamos que todos eram dignos de ter o primeiro prémio. Não era possível, o Regulamento não nos permitia. Ainda tentámos adequar e fazer uma leitura criativa do Regulamento. E chegou-se à conclusão de criarmos o prémio cidadania, propriamente dito, um prémio individual e um coletivo. Depois, não estávamos ainda confortáveis e criámos, um individual, um coletivo e dois prémios extraordinários de cidadania que abrangeram, não só, os do ano, (o Prémio Cidadania é relativo ao ano que passou, ano de 2022), mas nós tínhamos pessoas mencionadas que se referiam a uma carreira de Prémio Cidadania. Foram dadas quatro distinções. Nós temos de ponderar. Nós sentimos que foi uma atividade que superou as nossas expetativas, mas que nos fez sofrer. Nós vamos cometer sempre erros. Nós vamos ter sempre alguma subjetividade nestas apreciações, mas senti que as pessoas estavam felizes por ter havido alguém que reconheceu o seu trabalho. Nós estávamos convencidos que isto era suficiente para as entidades que foram mencionadas, que foram classificadas, terem sido reconhecidas pela comunidade como dignas de serem mencionadas para o Prémio Cidadania. Isso alegrou-nos, mas não nos satisfez completamente. Nós vamos reunir muito brevemente a comissão permanente e sobretudo o júri, tendo em conta a experiência que teve, vamos reunir em tempo útil. Se for necessário providenciar a alteração ao Regulamento, temos

tempo. Portanto, vamos reunir em breve e tentar ultrapassar, minimizar aquilo que correu menos bem. Sendo que, a nossa leitura e a leitura do júri, teve algumas dificuldades, mas foi uma atividade superada pela Assembleia Municipal. No fundo, isto foi originado pela nossa Assembleia Municipal. Tivemos algumas dificuldades em articular o Regulamento. Tivemos algumas dificuldades em nomear o júri. Foi considerado que era um membro de cada partido que fazia parte do júri. Essa parte foi muito democrática e muito bem aceite, mas alguma coisa podemos melhorar. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Francisco Silva**, do PSD. =====*

===== Dar a indicação que da bancada do PSD, estamos, naturalmente, disponíveis para todos os “inputs” que sejam necessários para melhorarmos o Prémio e contribuir para que seja cada vez melhor. No passado dia 10 de junho realizou-se a sexta edição do encontro de Bandas de Música de Oliveira de Azeméis, edição esta, com a organização a cargo da Sociedade Filarmónica Cucujanense. Sendo a sexta edição, cumpre-se um ciclo organizativo completo percorrido pelas seis bandas filarmónicas do nosso Concelho, enquanto organizadores e que importará lembrar: no ano de 2016, no dia 25 de setembro, o primeiro Encontro de Bandas foi organizado pela Banda de Música do Pinheiro da Bemposta. Já no ano de 2017, e também associado às Comemorações do Dia de Portugal, 10 de junho, data que desde então permaneceu como a data estabelecida para a organização, teve a batuta da Banda de Música de Santiago de Riba-Ul. Em 2018, a Banda de Música de Carregosa teve a cargo a organização do terceiro Encontro de Bandas. No ano de 2022, foi a vez da Banda Musical de Fajões organizar o quinto encontro, numa fase de retoma da atividade em período pós-pandémico. E por fim, este ano, o sexto Encontro ficou a cargo da Sociedade Filarmónica Cucujanense, vulgo Banda de Música de Cucujães. Será chegado o tempo de repensar o conceito, naturalmente de forma reforçada e conjunta, garantindo a continuidade da presença das nossas Bandas de Música na vida cultural do nosso Concelho de forma capacitada e articulada, sem nunca esquecer a forte validade do trabalho que todas elas desenvolvem através dos seus órgãos sociais na gestão das associações que as tutelam, bem como dos corpos docentes que nelas ensinam música como arte e espírito de conjunto que promovem através da aprendizagem musical a qual traz benefícios para o desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo. A importância desta formação promovida pelas Bandas no território, através da ação das suas Escolas de Música, vai para além do desenvolvimento intelectual e cognitivo do indivíduo, através do contributo direto para a aquisição de novas competências e para a capacitação dos jovens e menos jovens do nosso Concelho. Tanto quanto, promovem, a criação de dinâmicas sociais que abrangem o território na sua totalidade e contribuem para a orientação e engrandecimento, do presente e do futuro, na cultura no nosso Município. Aqui chegados, Senhor Presidente da Câmara, lançamos o desafio natural à Câmara Municipal para que, de forma conjunta, com as seis Bandas do nosso Concelho,

possa ser repensado o conceito e a abordagem, e, eventualmente, promover alterações positivas que dignifiquem o trabalho das Bandas e a promoção de ideais da educação pela arte, neste caso através da música que tão bem ensinam e executam. Não poderíamos deixar de salientar o esforço da organização deste ano, tendo presente as atuais circunstâncias que, a Banda de Música de Cucujães atravessa, que elevaram a dificuldade da organização, a qual contou com toda a disponibilidade e camaradagem das restantes cinco Bandas que tudo fizeram para que chegasse a bom porto. Reiteramos, Senhor Presidente, o desafio de evoluirmos nesta área, certos da disponibilidade das Bandas de Música do nosso Concelho como parceiros ativos e promotores da cultura municipal, que se pretende ser cada vez mais afirmada e mais inclusiva, enquanto contributo direto e decisivo para a democratização da cultura e para a sustentabilidade cultural local. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== *A senhora deputada Daniela Silva falou sobre o Plano Municipal da Igualdade e fez um apelo para que toda a comunidade, de certa forma, contribua e participe na criação daquilo que são as três grandes missões que este Plano Municipal encerra, nomeadamente a igualdade entre homens e mulheres; o Plano de Ação para a prevenção-combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica. Temos, efetivamente, neste domínio, um problema seríssimo no nosso Concelho. E, naturalmente, o Plano de Ação para combate à discriminação da orientação sexual, identidade e expressão de género, assim como das características sexuais. Efetivamente, temos um longo caminho ainda a percorrer no nosso Município para que essa igualdade salarial, mas também, tão importante como a igualdade salarial, a igualdade de oportunidades, a igualdade de tratamento seja uma realidade. E, portanto, essa convocação para que todos façamos parte deste processo de aprimoramento do Plano Municipal para a Igualdade, é acarinhada pelo Município e faz todo o sentido. Agradeço esse apelo que aqui deixou. Em relação à intervenção, do Senhor deputado António João, sobre a estratégia local de habitação que foi abordada aqui na última Assembleia Municipal. Eu discordo que a nossa Estratégia Local de Habitação seja pouco ambiciosa. Foi a que resultou do diagnóstico que foi feito, em relação às carências habitacionais para uma tipologia específica de população. Ou seja, não resolve as carências habitacionais do Concelho. Resolve as carências habitacionais de pessoas que vivem e foram identificadas em situações de grande precariedade. É esse o objetivo da Estratégia Local de Habitação. Portanto, a missão corresponde à identificação que foi feita das necessidades. Em relação às 21 famílias que referiu, que estão sem resposta habitacional, não ficaram excluídas da nossa Estratégia Local de Habitação. Elas terão resposta nas novas construções que se vão fazer. E, portanto, essas pessoas não ficaram fora do projeto, fazem parte do projeto. E, poderão, também, apesar de que essas pessoas são pessoas que estão em situação de precariedade e muitas vezes estão em situações de cedência de alojamento por parte de familiares e amigos, recorrer aos instrumentos, aos*

mecanismos que estão disponíveis na autarquia, nomeadamente aos projetos para melhorias habitacionais, aos projetos de apoio ao arrendamento, enquanto nós não temos construídas as habitações que estão previstas na nossa Estratégia Local de Habitação. Volto a recordar, são 47 novas construções, 47 novos fogos e reabilitação de 40 apartamentos sociais que temos no Bairro de Lações. Em relação à questão que colocou sobre revermos a questão das necessidades habitacionais de Oliveira de Azeméis. Nós estamos, neste momento, é preocupados com o implementar a Estratégia Local de Habitação. Estamos a falar de um investimento de 7 milhões de euros, é um investimento expressivo, e queremos estar preparados para que ele aconteça e que tenha condições para ser implementado. A estratégia habitacional no nosso concelho é, à semelhança do que se passa no nosso país, uma carência clara da oferta. Tem de haver unidades, tem de haver casas, apartamentos disponíveis para que nós possamos dar resposta às necessidades da população. Esse trabalho tem de ser feito pela Câmara Municipal e tem de ser feito também pela Câmara Municipal em articulação com os privados que têm um papel importantíssimo a desempenhar neste domínio e, naturalmente, também, por parte do Governo que tem obrigações e competências neste domínio. Esse trabalho está a ser feito na Câmara Municipal, está a ser feito junto dos privados e, naturalmente, está a ser feito junto da tutela. Estamos a delinear um plano que vai para além da Estratégia Local de Habitação e que prevê que nós possamos vir a construir em terrenos que são propriedade da Autarquia e que hoje estão sem nenhuma resposta, sem nenhuma missão. Em relação à questão da restrição da abertura do alojamento local: De forma muito simples e muito objetiva: Não concordamos com essas exposições; Entendemos que elas poderão fazer sentido em algumas regiões onde há um fortíssimo constrangimento. Acreditamos que sim, que fará algum sentido, fazermos uma pausa, darmos alguma temporização para fazermos uma avaliação para que as cidades não fiquem expurgadas dos seus habitantes, das pessoas que, ao fim e ao cabo, alimentam as dinâmicas económicas e sociais que são identitárias e características dos lugares e das cidades. Mas no caso concreto de municípios como o de Oliveira de Azeméis, onde não temos uma grande densidade de alojamentos locais, não são os alojamentos locais que prejudicam a oferta no mercado de arrendamento ou a oferta de outra natureza habitacional. Portanto, discordamos dessa perspetiva de que se restrinja o alojamento local. Em relação à intervenção do senhor deputado Luís Oliveira: Dizer-lhe que, não desconsiderarei rigorosamente ninguém. Muito pelo contrário. Se quiser, eu leio-lhe o que está no Edital que foi afixado. “identifica a vereadora responsável pelo Urbanismo e pelo Ordenamento do Território no nosso concelho e torna público, ao abrigo de um conjunto de legislação, que se vai proceder à discussão pública do pedido de informação prévia para a construção, de um edifício destinado a comércio e serviços, supermercado, referente ao processo PI/7393/2022, localizado em Gândara-Fajões, Freguesia de Fajões, requerido em nome de Modelo e Continente Hipermercados.” É isto que nos interessa. O resto é conversa que não alimentamos. Nós, não alimentamos conflitos entre freguesias vizinhas. Muito pelo contrário. Julgamos que essas Freguesias têm mais motivos para se unir e concertar do que para se dividirem. Não alimentamos questões estéreis. Entendemos que as pessoas devem defender os seus interesses. É absolutamente legítimo. A Câmara Municipal, não se envolve nesse

tipo de questões, não se envolve nesse tipo de questões. A Câmara Municipal aquilo que faz é licenciar projetos de urbanismo que cumpram a lei. E, naturalmente, a titularidade dos terrenos tem de ser demonstrada no processo de licenciamento. Portanto, essa questão nem se quer se coloca, porque não há na história nós licenciarmos um terreno cuja titularidade não está assegurada, nem há esse tipo de problema. Se existem outro tipo de questões e considerações, obviamente que respeitamos, mas, não nos queremos envolver nessas questões. Para nós, o que importa é que essa resposta, seja construída, vai ser construída na Freguesia de Fajões e permita responder às necessidades da população da Freguesia de Fajões, da Freguesia de Cesar, ou de outra freguesia qualquer. O que nos importa é que a resposta seja construída e seja do agrado da população. Em relação à intervenção da senhora deputada Marisa Sousa, sobre as questões da organização do ano letivo 2023/2024. Algumas coisas aqui foram ditas, mas se o Senhor Vereador entender dar tranquilidade em relação às questões que têm a ver com as AEC. Como sabem, o que aconteceu no ano passado, foi uma situação excepcional. Desta vez, vai ser lançado um procedimento para que as AEC funcionem num modelo de coordenação pela Câmara Municipal e depois de articulação de funcionamento com os diretores de Agrupamento. O modelo não vai ser o mesmo do ano passado. Aliás, este modelo, procedimento vai ser lançado é um modelo que agrada aos diretores de Agrupamento e que merece a sua concordância. É esse modelo que vai ser seguido. Cada Agrupamento de Escolas será um lote. E os concorrentes poderão concorrer a um ou mais lotes. Em relação à questão do ranking das escolas: Nós hoje felizmente falámos, e bem, sobre uma questão, que é muito importante e que é muito acarinhada por todos nós, que é a questão da Educação. Ainda bem que nós falámos, Isso sim, é discutir futuro. E falamos aqui já em múltiplas dimensões da Educação: tem a ver com a questão das obras, tem a ver com a questão das residências universitárias, da fábrica do futuro, tem a ver com os manuais escolares, com o vale-educação, poderíamos estar a falar das bolsas de acesso ao ensino superior, das bicicletas que já aqui foram referidas. Teríamos aqui uma panóplia muito grande de questões que são relevantes e importantes para a Educação. É essa visão alargada que importa ter e, portanto, eu sublinho aqui isso. Onde este sucesso coletivo é um projeto de construção que depende dos diretores de Agrupamento, dos professores, dos auxiliares, conforme já disse, depende de toda a comunidade educativa. É esse caminho que temos de fazer de forma concertada e alinhada, procurando gerar o máximo de consenso possível em torno de uma matéria que é tão importante para todos nós. Para nós o que nos interessa é que as escolas tenham projetos diferenciadores, projetos pedagógicos que permitam que se faça apoio personalizado às nossas crianças de forma a que nenhuma delas fique para trás. Conforme vimos dizendo: mais importante do que aquilo que se ensina é aquilo que se apreende. Nós queremos que as crianças sejam resolvidas nesse domínio, mas também queremos que essas crianças se sintam cidadãos plenos e por isso é que essas iniciativas, que já aqui falamos hoje, de uma Assembleia Municipal Jovem, são tão importantes. Queremos que sejam cidadãos plenos, perfeitamente integrados e, sobretudo crianças e jovens a quem nós disponibilizemos todas as oportunidades para elas terem sucesso na sua vida. É evidente que esta questão do ranking nas escolas é importante. Nós não podemos dizer que quando estamos mal posicionados é culpa do

Município que não faz nada, estou a falar do Município no seu conjunto e quando as coisas correm bem o mérito não é de ninguém. Não, o mérito é de todos nós. É isso que importa sublinhar. É o mérito da comunidade oliveirense, isso é que é fundamental aqui expressar. Dizer-vos também que, isto tem particular relevância, quando nós podemos discutir estas questões dos rankings de maneira muito aprofundada, porque, objetivamente, é a escola pública que acomoda muitos alunos que a escola privada, de certa maneira, não trata da mesma forma nem lida da mesma forma. Nessa perspetiva, o nosso posicionamento, seja ele qual for, das nossas escolas públicas ou dos outros, merecem-nos respeito e toda a consideração. Porque é um trabalho de alavancagem social, é um trabalho enorme de recuperação das nossas crianças e jovens que, muitas vezes não é fácil, porque estamos a falar de crianças e jovens que provêm de meios muito complexos, de famílias desestruturadas, famílias onde as crianças não têm toda a componente emocional, toda a componente que é fundamental para que elas possam ter sucesso. Em relação à intervenção da deputada Diana Semblano: Associar-me à parabenização que foi feita ao Centro Lúdico. Presta uma resposta absolutamente fundamental. E é a nossa obrigação também continuar a assegurar que as respostas existentes se mantenham e melhorem em termos de qualidade. E que se traga outras dimensões para aquilo que é a atividade do Centro Lúdico. Não há dúvida nenhuma que foi uma excelente aposta que foi feita no passado e desempenha um papel muito importante junto das nossas famílias. Em relação à intervenção da senhora deputada Helga Correia, sobre a questão dos pavilhões: Eu disse, que nós não tínhamos recursos financeiros para resolver já. Eu não me atrevo, neste momento, quando nós temos tantas as escolas que têm ainda necessidades, que eu diria - condições básicas de segurança e de conforto - por resolver, não me parece que devamos alocar ou desviar os recursos financeiros dos investimentos que são necessários fazer nessa recuperação, para os pavilhões. Estamos a falar de investimentos muito substanciais, investimentos muito expressivos, são investimentos de milhões de euros que são necessários para requalificar os nossos pavilhões escolares que estão em condições deficientes. Essa estratégia, será uma estratégia que será adotada logo que tenhamos um parque escolar com a dignidade que nós entendemos que devemos ter. Neste momento um dos nossos objetivos é, por exemplo, requalificarmos o Bloco B da Escola de Fajões, que ficou fora deste plano de intervenção. Estamos a falar de várias centenas de milhares de euros que são necessários, para além dos centros escolares do nosso concelho, nós sabemos bem qual é a realidade em Ossela e noutras freguesias do nosso Concelho. Em relação ao IC2. Agradeço a vossa disponibilidade. Sempre a solicitei. Reconheço que sempre a tiveram. E vamos continuar em conjunto a procurar que a IP cumpra a sua obrigação e introduza no IC2 condições de segurança para que não continuemos a assistir, ano após ano, a números de sinistralidade elevados e vítimas mortais numa estrada que atravessa o nosso Concelho. Em relação ao Palácio da Justiça e Tribunal do Trabalho: Julgo que foram pintadas duas varandas. Estamos a falar de uma operação de manutenção corrente. Não estamos a falar da grande intervenção que o Tribunal de Trabalho tem que ter ao nível dos WC, ao nível da climatização, ao nível da caixilharia, ao nível das pinturas interior e exteriores, ao nível das caleiras, ao nível do telhado, etc. Não estamos a falar nada disso. Foi manutenção corrente decidida pelo Ministério da Justiça. Não é da responsabilidade da

Câmara Municipal, não fomos tidos nem achados. A única coisa que aconteceu foi que, a própria Câmara Municipal denunciou, alertou, sinalizou a necessidade de fazer intervenções naquelas duas varandas porque tinham o ferro à vista, ferro exposto e, portanto, já tinham caído bocados de varanda para o pavimento. A Câmara Municipal notificou o Tribunal de Oliveira de Azeméis e o Ministério da Justiça, no sentido de procederem com urgência à requalificação. E, efetivamente, a resposta foi célere. Não é tão célere a questão do Tribunal de Trabalho. Pois, aí sim, nós gostaríamos que a resposta fosse mais célere. Ainda na semana passada voltámos a questionar o ponto de situação. Ainda não nos foi respondido. A nossa perceção é que estão a ser desenvolvidos os trabalhos de especialidade, mas é a nossa perceção. Não temos nenhuma garantia de que isso esteja a acontecer. Mas aquilo que nós achamos é que esses trabalhos de especialidade foram contratados e estão a ser desenvolvidos para que depois se proceda à intervenção. É evidente que, o equipamento não reúne condições, não vamos perder tempo a adjetivar o seu estado; nós conhecemos bem o que se passa e as condições em que as pessoas trabalham. Ainda bem que hoje não se fala da saída dos serviços e se fala da necessidade urgente de requalificar o edifício. Foi essa a questão que nos preocupou há tempos atrás. Continuamos a fazer o nosso trabalho de pressionar a tutela, para que a tutela avance com as obras que são da sua responsabilidade, tendo sempre o Executivo manifestado disponibilidade em colaborar para que tenhamos um Tribunal de Trabalho com a dignidade e as condições que o concelho merece, os utentes merecem e os trabalhadores também merecem. Em relação à intervenção do senhor deputado João Costa, sobre a linha de alta velocidade: Não tenho muito a dizer. Acho que, reúne amplo consenso nacional, a necessidade da sua criação. Julgo que em relação à solução, nós pronunciamos-nos até ao dia 16 de junho, que era o prazo limite em que as linhas estiveram em discussão pública, sobre o trajeto que é, na nossa opinião, menos impactante para o nosso concelho. É o trajeto a ponte, o trajeto que não toca no nosso território, é essa solução que nós defendemos. E explicámos porquê. Uma posição que tem sido articulada com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. Temos esse trajeto que não implica. Temos um trajeto que tem uma implicação reduzida, mas que é substancial para quem é afetado. É reduzida para nós que não somos afetados, mas para as pessoas que vêm desaparecer as casas, para as quais trabalharam durante uma vida, claro que tem importância. E depois temos uma solução, que é uma solução a nascente que, essa sim, terá algum impacto, terá um impacto que poderá até condicionar a expansão da Área de Acolhimento Empresarial e obrigará à demolição de algumas casas em número mais relevante e preocupante. Conforme sugeriu e bem, agora é este trabalho de: Como sabem, é normal. Não estou aqui a criticar rigorosamente ninguém. Os outros poderão dizer o mesmo de nós. Nós defendemos os nossos interesses. A Feira defende os seus interesses. Ovar defende os seus interesses. Estarreja defende os seus interesses. Uns têm mais impacto do que outros. Portanto, a linha de Alta Velocidade tem diferentes níveis de impacto e, portanto, caberá a cada município defender os seus interesses. É o que nós faremos em relação aos oliveirenses que serão afetados, não deixaremos que estejam preocupados ou, pelo menos, procuraremos zelar para que eles não sejam afetados. E, sendo afetados, que sejam justamente indemnizados pelos investimentos em que incorreram para construir as suas habitações. Portanto,

cá estaremos para defender os seus interesses. Em relação à intervenção do senhor deputado Francisco Silva, sobre o Prémio Cidadania: Acho que foi mais do que eloquente, na sua explicação. Dar os parabéns pela iniciativa à Assembleia Municipal. É uma iniciativa muito bonita. Percebo, a angústia que é selecionar pessoas tão relevantes e tão importantes ou entidades, mas efetivamente a escolha foi bem-feita. Acho que as pessoas perceberam e concordaram. Dar-vos os parabéns, porque foi uma forma simples, mas foi uma forma bonita de nós distinguirmos pessoas que deram tanto ao nosso concelho. Em relação ao VI Encontro de Bandas: Inteiramente de acordo, foi um ciclo que se concluiu e em boa hora foi iniciado. Há, necessariamente, que repensar o futuro. Há que, naturalmente continuar a incluir as nossas Bandas de Música, naquilo que é a programação e a oferta cultural que nós disponibilizamos no nosso concelho para os locais e também para as pessoas que nos visitam. As Bandas de Música são um património tão importante e tão relevante que nós, seguramente, vamos ter que encontrar, todos em conjunto, condições e formas para catapultar ainda mais a capacidade e o potencial que estas seis Bandas de Música têm para se afirmar naquilo que é a filarmónia nacional. A prova disso, são os prémios que têm ganho nos vários festivais onde participam. E alguns deles são prémios que os colocam no topo em termos de qualidade, daquilo que é a panorâmica das filarmónicas do nosso país. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Não é uma replica, mas, depois de se falar aqui do TGV, não podia deixar de fazer algumas referências: Uma primeira para dizer que, o executivo municipal tomou posição acerca do TGV. Não estou a dizer se foi uma posição boa ou não. O grupo municipal do PSD, concorda com a Câmara, no sentido de que não podemos lesar os munícipes de Oliveira de Azeméis. Agora, acho que teria sido importante, para além de ouvir os vereadores da oposição também a Assembleia Municipal ter tido aqui um papel importante ao ser ouvida e ter discutido a questão da passagem do TGV no concelho de Oliveira de Azeméis. E fico um bocadinho preocupada quando ouço o senhor deputado do Partido Socialista dizer que, independentemente do traçado, o importante é que seja dado a conhecer aos munícipes aquilo que vão sendo as decisões. Eu acho importante que se diga aos munícipes quais vão sendo as decisões, mas, mais do que isso, é importante vermos o que é que vai acontecer no terreno. Não podemos concordar que sejam colocadas casas a baixo. Mas acho que também é importante não nos esquecermos e fazermos braço de ferro, como está a fazer o município vizinho de Santa Maria da Feira, não podemos ver a Área de Acolhimento de Ul/Loureiro a ser comprometida com a questão do traçado. Acho que aí temos que ser intransigentes. E acho que teria sido importante a discussão aqui na Assembleia Municipal para todos nós, deputados municipais, nos termos pronunciado. Senhor deputado, com todo o carinho que tenho por si, aqui não consigo partilhar da mesma opinião. É importante que as pessoas tenham conhecimento, mas é importante vincar aqui uma posição que o município de Oliveira de Azeméis entende que o melhor traçado é aquele que lese o menos possível a população.

As indemnizações são importantes. Mas temos que acautelar o bem-estar das populações e temos que acautelar a economia que pode decorrer daquilo que é a Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro e comprometer o seu alargamento é comprometer o concelho de Oliveira de Azeméis. Isso o PSD não quer. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **António João**, do PSD. =====*

===== É um esclarecimento muito rápido. Eu não sei se me terei de penitenciar, terei de me ouvir, para saber se efetivamente fiz isso. Mas nunca me passaria pela cabeça que, essas vinte famílias que eu falei, fossem afastadas de alguma preocupação do Município. Não era essa a minha intenção. Nem é isso. Quero deixar bem patente que sei, que não, que estão referenciadas. A questão é no sentido de: o que é que foi feito? - ou “o que é que podem valer essas pessoas? No mínimo, há um ano que vivem nessas condições. Mas nunca, nunca, desmerecer. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== Senhor Presidente, peço desculpa, para clarificar. Acho que não ficou claro na intervenção da colega Helga Correia. Em nenhum momento eu disse: que o Partido Socialista achava que o Município só se deveria posicionar relativamente ao “estar ao lado” se uma outra casa fosse abaixo. O Partido Socialista acredita que o Município tem de apresentar a posição, como apresentou no período de discussão pública, que defende os interesses do Município. E o próprio Presidente acabou de o referir na sua intervenção. E nós concordamos com essa posição. Como sabe, o período de discussão pública já terminou. O Município pronunciou-se, e bem. E nós estamos aqui para ajudar a refletir. O Partido Social Democrata não teve essa iniciativa. E, nós, num devido momento, achamos que importa refletir. Independentemente da discussão e da decisão que será tomada pelas Infraestruturas de Portugal e pelo Governo, do ponto de vista técnico, mais do que supraconcelhio, nós acreditamos que de facto o Município está a defender os interesses de todos nós. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Eu acho que há aqui um mal-entendido. O Partido Social Democrata não tem de discutir nada. A discussão pública já ocorreu. A única coisa que eu vim aqui dizer: Acho que seria de bom tom o Executivo Municipal ter ouvido a Assembleia Municipal. O PSD fez a sua discussão onde teve que a fazer. Aqui o que está em questão, senhor deputado municipal, é fazer a discussão em sede de Assembleia. É isso que eu estava a dizer: Teria sido bom para todos nós darmos os

nossos contributos que poderíamos eventualmente dar. Eu acho que, teria sido importante para todos, não só estarmos aqui a dizer o que está a acontecer, deveríamos ter discutido. Fizemos tantas Assembleias Temáticas, no passado, sobre temas, às vezes até inventávamos temas para vir aqui de x em x tempo. Eu acho que esta era daquelas que nós podíamos tê-lo feito, mas não o fizemos. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== O PSD teve a oportunidade de propor essa discussão, estamos disponíveis para discutir os temas que acharem por bem, não o quis propor no devido tempo e agora penitencia-se por eu ter feito essa intervenção e não se ter lembrado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas acho que terminamos a discussão por aqui. O PSD não se está a penitenciar. O PSD simplesmente está a lamentar. É um lamento que a Autarquia de Oliveira de Azeméis não tenha ouvido a Assembleia Municipal, ponto final. Encerramos por aqui a discussão. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Cada município tem estratégias diferentes para coisas que muitas vezes são iguais. Nós temos uma metodologia que já demos várias vezes a conhecer em todos os domínios, sejam eles quais forem, alguns deles problemas que nos afetaram de forma dramática e drástica, que é um registo de ponderação, é um registo de calma, é um registo de respeito institucional. Foi o que fizemos aqui. Se efetivamente nós achássemos que era útil termos uma Assembleia Municipal para discutir três traçados onde: um, não toca no nosso município; outro, provoca a demolição de três casas; e outro, provoca a demolição de cerca de uma dúzia de casas. Se nós achássemos que isso era importante, traríamos aqui essa discussão. E, eventualmente, sairia aqui a mesma decisão que tomamos, que é, efetivamente, defender o traçado que não toca no território. A nós pareceu-nos que isto não tem discussão possível. Das três soluções que nos foram apresentadas como viáveis no nosso território. Nós claramente defendemos aquela que não tem nenhuma implicação para o nosso território. Foi isso que todos os municípios, sem exceção, fizeram. Os que promoveram assembleias municipais e até resolveram ter alguma tomada de posição pública, em relação aos trajetos, fazendo mesmo sem haver projeto de execução. Nós não temos concretização no terreno rigorosamente nada. Nós o que temos são canais, que foram definidos, por onde eventualmente passará a linha de

alta velocidade e, nesses canais, em função dos diferentes territórios, terá diferentes níveis de implicações. No nosso concelho temos três canais. Um canal que não toca. Um canal que toca com três casas. Um que é mais drástico, tocará em cerca de doze construções. E, para nós, pareceu-nos obvio qual tinha que ser a nossa tomada de posição. E a nossa tomada de posição foi defender a solução, a ponte, que não toca no nosso concelho. Aliás, nós até sugerimos que fosse estudada a possibilidade da linha de alta velocidade ser enquadrada nos eixos limitados pela A1 e pela A29. Temos ali um corredor que já está de certa forma comprometido. E aquilo que nós sugerimos foi que, nosso território, estando este canal comprometido, porque não instalar a linha de alta velocidade no nosso território precisamente neste canal e, eventualmente, noutros territórios, se isso for tecnicamente possível? Foi esta posição que nós defendemos. Também não foi isso que aqui foi dito, quero aqui sublinhar. Não foi nenhum tipo de desconsideração ou acharmos que a opinião dos senhores deputados não conta. Foi mesmo acharmos que não era necessário. Será eventualmente necessário, termos aqui uma discussão profunda sobre uma tomada de posição futura que venhamos a ter que tomar, caso a solução que seja apontada como definitiva não coincida com estas que nós defendemos. Aí sim, aí fará todo o sentido que seja aqui tomada uma posição conjunta em relação a esse traçado, se ele não servir os vossos interesses, e fará todo o sentido que nós definamos estratégias que permitam defender os interesses das pessoas que são afetadas porque, não tenho dúvida rigorosamente nenhuma, é esse o propósito das bancadas parlamentares. Em relação à intervenção do António João: Eu percebi perfeitamente o que quis dizer e fê-lo de uma forma construtiva. Eu agradeço. Não há aqui motivo para dúvidas, embora tenha sentido a necessidade de clarificar, não há nenhuma dúvida sobre o propósito da intervenção. Agradeço. ==

*===== O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: o PS utilizou 34 minutos e 15 segundos, o PSD utilizou 40 minutos e 17 segundos, o Presidente da Junta de Cesar: 02 minutos e 16 segundos e os restantes Grupos Municipais, não usaram da palavra. =====*

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== Também queria desmistificar uma coisa, sobre as Assembleias Extraordinárias: lembrem-se que, no mandato anterior, as primeiras assembleias (temáticas) ainda tiveram algum acolhimento, mas, na parte final do mandato, todos nós sentimos que as assembleias (temáticas) estavam a ser completamente desclassificadas, as pessoas não estavam a aderir. Portanto, não acusem a Mesa de não incentivar assembleias extraordinárias (temáticas). Vejam a falta de acolhimento que as assembleias temáticas estavam a ter. Tinha que transmitir este desabafo, porque já fomos confrontados várias vezes com esta situação e, da experiência que eu tenho, as assembleias temáticas não tinham adesão. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a admissão do agendamento por 2/3 do ponto sete e do ponto oito na Ordem de trabalhos, tendo sido deliberado por unanimidade o seu agendamento.* =====

===== *Deste modo, ficou a constar da Ordem de Trabalhos:* =====

===== **Ponto sete:** - *Processo N° 17/23 - Concessão/atribuição do direito de instalação de mobiliário urbano e exploração de publicidade (I/39652/2023) - Aprovação;* =====

===== **Ponto oito:** - *Constituição do Conselho Municipal de Saúde - (I/39686/2023); Eleição de Presidente de Junta de Freguesia/ União de Freguesias para o Conselho Municipal da Saúde, nos termos do artigo 9º, n° 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO)** =====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== **Ponto um:** - *Aprovação da Ata n° 09 - Sessão da Assembleia Municipal de 28-04-2023 - Aprovação;* =====

===== *Presente para aprovação a ata n.º 09 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28 de abril de 2023.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Colocada à votação a ata n.º 09 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n° 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo.* =====

===== **Ponto dois:** - *Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A informação foi distribuída por todos, como habitual.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento.* =====

===== **Ponto três: - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal/2023 (I/35423/2023) - Aprovação;** =

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - 1.º A aprovação do mapa de pessoal para o ano de 2023, em reunião de Órgão Executivo e Órgão Deliberativo de 24 de novembro e 09 de dezembro de 2022, respetivamente; - 2.º O Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Matricial e Flexível, que cria e densifica as competências funcionais das Unidades Orgânicas Flexíveis e das Equipas Multidisciplinares; - 3.º A necessidade de reforço de pessoal - carreira/categoria de técnico superior licenciado na área de engenharia florestal, agrícola, agrária ou agronomia, motivado por: - A área florestal do Município; - As constantes delegações de competências nos Municípios em matéria relacionada com a componente rural (agrícola e florestal); - A complexidade e responsabilidade que o sistema de gestão integrado de fogos rurais, a gestão e a defesa da floresta exigem; - O volume de trabalho e o aumento de solicitações feitas ao Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal, revela uma clara falta de capacidade de resposta adequada e atempada à quantidade de matérias em curso; - A ausência por tempo indeterminado de um recurso afeto ao referido Núcleo; - No mapa de pessoal do Município não existem técnicos com formação adequada para o desempenho das competências acometidas naquele Núcleo; - Ainda, este défice de RH ter sido apontado na última auditoria externa do sistema de gestão da qualidade. - 4.º Assim, a UO está com os recursos técnicos abaixo do que se mostra necessário e desejável para o seu vasto domínio de intervenção agregando e articulando diferentes áreas; - 5.º A Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade processual, garantindo o cumprimento do princípio da boa administração, previsto no Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; - 6.º A prossecução das estratégias e objetivos anuais definidos pelo Executivo; - 7.º Que pelo n.º 4 do art.º 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), os mapas de pessoal são aprovados, pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica; - 8.º Pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, os municípios dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, pela Assembleia Municipal; - 9.º A rubrica e dotação orçamental aprovadas para novos recrutamentos corresponde os; A rubrica e dotação orçamental aprovada para “NOVOS*

RECRUTAMENTOS - CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO” corresponde aos CFD’s 370/2023 e 380/2023 e que os encargos resultantes desta alteração têm enquadramento na rubrica e dotação orçamental já aprovadas para estes novos recrutamentos; - 10.º Que o mapa de pessoal é um relevante instrumento de gestão de recursos humanos que deve estar permanentemente adaptado às mudanças operadas no ano a que respeita, prevendo os lugares que permitam à Autarquia recrutar os recursos humanos necessários ao cumprimento dos objetivos anuais definidos, podendo assim ser objeto das correspondentes alterações em função das novas necessidades/circunstâncias por força de diversas atividades e projetos. Proponho: 1. A apreciação pela Câmara Municipal da alteração do mapa de pessoal de 2023; 2. Que se submeta a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e posteriores alterações, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; 3. Que posteriormente se torne público por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, em cumprimento do determinado no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e posteriores alterações.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== A informação é clara, trata-se de prover um lugar para substituir um colaborador que saiu da autarquia. Estamos a falar de um domínio que é muito importante, que é engenharia florestal e agrícola. E estamos a criar no Mapa de Pessoal um lugar para resolver o problema. =

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto quatro: - Piscina Municipal de La-Salette - abertura, horários, taxas e isenções - 2023 (I/34636/2023) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. O funcionamento da Piscina Municipal de La-Salette para a época balnear 2023, tem prevista abertura a 19 de junho e encerramento a 10 de setembro; 2. O horário de funcionamento é de Segunda-feira a Domingo: 1. de 19 de junho a 2 de julho e de 4 a 10 de setembro, no período das 14h30 às 19h30; 2. de 3 de julho a 3 de setembro entre as 9h30 às 19h30. 3. Presentemente as atividades recreativas têm funções múltiplas nos campos da educação, da cultura, da vida social e da economia que vão desde o turismo, ao desenvolvimento económico, à melhoria das condições de vida das populações, da utilização sadia dos tempos livres de toda a população e à integração

social dos jovens e minorias étnicas; 4. Os municípios dispõe de atribuições do domínio dos tempos livres e do desporto (artigo 23.º n.º 2 alínea f da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), tendo assumido as atividades recreativas como contributo para o progresso humano, individual e coletivo, colocando as ao serviço das populações; 5. É por todos reconhecido que as atividades recreativas são cada vez mais um fator de identidade cultural, promotor de desenvolvimento económico e um vetor importante na formação de gerações, desempenhando cada vez mais uma função dupla, a que não podem ser indiferentes as autarquias locais. Além do que, a dinamização de atividades recreativas é hoje um meio eficaz para atingir condições de bem-estar físico e mental, absolutamente necessárias para o equilíbrio da sociedade atual, contribuindo também para estabelecer relações de proximidade e um maior contacto com a natureza; 6. A intervenção das autarquias é determinante, quando assumem e integram as atividades recreativas e de lazer no conjunto das suas políticas municipais, as quais ultrapassam em muito as suas atribuições e competências; 7. De acordo com artigo 6.º, n.º 1 e n.º 3 alínea a) e b) do RMTLORM, poderão ser isentas totalmente, as taxas previstas no regulamento e tabela, por deliberação do órgão executivo, pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas equiparadas, as associações desportivas e as Juntas de Freguesia do município de Oliveira de Azeméis, desde que promovam atividades/eventos inseridos na realização e escopo do seu objeto social; 8. De acordo com o artigo 7.º n.º 5 do TMTLORM, poderão ser isentas parcialmente até ao limite de 50% (n.º 1), as taxas previstas no regulamento e tabela, por deliberação do órgão executivo, situações em que o município pretenda efetuar campanha que incentive os munícipes a usufruir dos seus serviços e espaços de lazer; 9. Que se encontra em elaboração o estudo económico e financeiro em curso relativo a implementação de novas taxas municipais a aplicar nos diversos equipamentos desportivos e de lazer; 10. A Piscina Municipal de La-Salette é um equipamento social que se encontra ao dispor da população, designadamente dos estratos etários inferiores, de modo a garantir a ocupação dos tempos livres, correspondente ao período não letivo, de forma saudável, incentivando o convívio salutar entre os jovens e simultaneamente a prática desportiva; Propõe-se: - Dar continuidade à aplicação das taxas municipais, as quais foram aprovadas nos termos e para os efeitos do art.º 23, n.º 2 alínea f) da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e art.º 7.º do RMTLORM, com aplicação de isenção parcial, considerando a respetiva adaptação ajustada aos períodos de funcionamento, da seguinte forma:

Taxas a aplicar em 2023

<i>Faixa etária</i>	<i>Manhã ou Tarde</i>	<i>Dia Completo</i>
0 - 5	- €	- €
6 - 17	2 €	3 €
+ 18	3 €	4 €

- Isenção total das taxas da Piscina de La-Salette, nos seguintes termos: - Duas entradas por grupo, por semana, no período da manhã, (9h30 às 14h), às IPSS'S ou equiparados e estabelecimentos do ensino público, Associações Desportivas e Juntas de Freguesia, para

dinamização de atividades de férias desportivas para componente de apoio à família e ATL, com agendamento prévio obrigatório, de forma a salvaguardar a lotação máxima instantânea do equipamento municipal. - Elementos da Guarda Nacional Republicana (GNR), devidamente identificados, sujeito a disponibilidade existente no equipamento municipal, de acordo com lotação máxima definida. - Elementos das Corporações dos Bombeiros Voluntários de acordo com o Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Oliveira de Azeméis, em vigor, devidamente identificados, sujeito a disponibilidade existente no equipamento municipal, de acordo com lotação máxima definida. - No dia 12 de agosto de 2023, no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Juventude, os utentes com menos de 29 anos (inclusive). - Os Portadores do Cartão Sénior - “Azeméis é Social”. Remeter à Assembleia Municipal.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a aprovar isenções que são da competência da Assembleia. E estamos a dar informação sobre a abertura e horários de funcionamento e de como funcionarão as piscinas municipais.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto cinco: - Alteração da postura de trânsito na Rua das Aldas, Rua da Portela, Rua do Almeu e Rua Mestra Aida Augusta Pereira - União de freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/30282/2023) - Aprovação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea qq); - A abertura ao tráfego da via adjacente à superfície comercial e a sua ligação à Rua das Aldas que potencia novas dinâmicas no tráfego; - Evitar acidentes com a colocação de sinalização que se encontra em falta em algumas ruas; Proponho: - Colocação de um sinal B2 no cruzamento da Rua das Aldas, junto da nova ponte; - Colocação de um sinal B2 no entroncamento da Rua das Aldas com as Ruas do*

Alméu e da Portela; - Colocação de um sinal B2 na bifurcação das Ruas Mestre Aida Augusta Pereira e Professora Noémia Aguiar (vias públicas sem saída),



Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== trata-se da colocação de 3 sinais de STOP em locais onde não existem e deviam existir. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto seis:** - Proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda (B.E.) de Adesão do Município à Tarifa Social Automatizada da água (I/38441/2023); =====*

===== Pelo Bloco de Esquerda foi apresentada a seguinte proposta: “Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, passou a ser possível atribuir automaticamente, às famílias com menos recursos, a tarifa social para os serviços de água, saneamento e águas residuais, e gestão de resíduos. Para tal, basta que os órgãos políticos

(Câmara e Assembleia Municipal) assim o deliberem. A atual legislação encerra em si mesma várias questões financeiras, jurídicas e políticas, revestindo-se da maior importância social neste momento em que estamos perante uma crise económica e social instalada. Aquilo que aqui se propõe e decide, é a dispensabilidade dos agregados familiares requererem a sua atribuição, coligindo os necessários documentos comprovativos da sua condição de carência económica, passando a própria entidade pública, num sistema partilhada entre a autarquia, a Direção-Geral das Autarquias locais e a Autoridade Tributária, a sinalizar a priori essa situação de insuficiência das famílias e a atribuir a tarifa a que por lei lhes é direito. A este propósito, será justo salientar o papel que a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) tem tido na adaptação dos instrumentos normativos à legislação aplicável, muito em particular, a respeitante às tarifas sociais. Portanto, Exmos(as) membros da Assembleia Municipal, a aplicação automática desta tarifa (sem necessidade de pedido ou requerimento) permitirá ampliar substancialmente o universo de beneficiários no Concelho de Oliveira de Azeméis. A sua não aplicação, será devido única e exclusivamente de uma escolha política que injustamente penalizará cerca de 3.000 famílias Oliveirenses socioeconomicamente mais vulneráveis, que não auferem rendimentos superiores a 480 euros, que é o indexante dos apoios sociais. Cumpre-nos, nesta Assembleia Municipal, a decisão de automatizar esta atribuição de tarifas sociais de abastecimento de água e de serviços de saneamento e águas residuais, de acordo com o Decreto-Lei citado, alargando o seu âmbito objetivo à tarifa de gestão de resíduos, seguindo, aliás, a recomendação do Regulador. Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida no dia 26 de Junho de 2023, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: - Que o Município de Oliveira de Azeméis, através da ação do Executivo, concretize a atribuição automática do tarifário social, aos utilizadores dos serviços de águas e resíduos, à semelhança do que acontece com a Tarifa Social Automatizada da Energia, que existe em decreto-lei, desde 2016, por proposta do Bloco de Esquerda. - Que todos os munícipes sejam devidamente informados pelos serviços municipais, da existência destes recursos legais, garantindo que o seu usufruto não seja vedado a ninguém pelo desconhecimento ou pelas agruras burocráticas que muitas vezes paralisam a demanda de quem vive em privação material.”

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Alcino Martins**, do B.E., para prestar esclarecimentos. =====*

===== Boa tarde, cumprimentos todos os presentes e os que nos seguem através da AzeméisTV, na pessoa do Sr. Presidente Amaro Simões, e um cumprimento especial à Presidente de Junta de Carregosa. Aquilo que aqui se propõe e decide, com a aplicação automática da atribuição de tarifas sociais de abastecimento de água e de serviços de saneamento e águas residuais, de acordo com o Decreto-Lei citado na proposta, alargando o seu âmbito objetivo à tarifa de gestão de resíduos, seguindo, aliás, a recomendação do Regulador, é a dispensabilidade dos agregados familiares requererem a sua atribuição, coligindo os necessários documentos

comprovativos da sua condição de carência económica, passando a própria entidade pública, num sistema partilhada entre a autarquia, a Direção-Geral das Autarquias locais e a Autoridade Tributária, a sinalizar á priori essa situação de insuficiência das famílias e a atribuir a tarifa a que por lei lhes é direito. Portanto, Exmos.(as) membros da Assembleia Municipal, a aplicação automática desta tarifa (sem necessidade de pedido ou requerimento) permitirá ampliar substancialmente o universo de beneficiários no Concelho de Oliveira de Azeméis, que em 2022 eram de 207 famílias, porque só quem está em pobreza extrema com rendimentos que não podem passar 50% do salário mínimo, é que podem candidatar-se ao tarifário especial, o que é uma vergonha. A sua não aplicação, será devido única e exclusivamente de uma escolha política que injustamente penalizará cerca de 3.000 famílias oliveirenses socioeconomicamente mais vulneráveis. Portanto, cumpre-nos, nesta Assembleia Municipal, a decisão de automatizar esta atribuição de tarifas sociais de abastecimento de água e de serviços de saneamento e águas residuais, de acordo com o Decreto-Lei citado, alargando o seu âmbito objetivo à tarifa de gestão de resíduos, seguindo, aliás, a recomendação do Regulador. Como informação: Oliveira de Azeméis, tem cerca de 15.000 pensionistas, destes, cerca de 60% - 9000 - recebe menos de 480€ de pensão, menos do que o IAS (indexante de apoios sociais). Obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de João Costa, Fernando Pais Ferreira. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado João Costa, do PS. =====

===== Estamos aqui para discutir a Moção de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda. Uma Moção sobre a tarifa social de água, automatizada para água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Trata-se de uma Moção apresentada pelo partido em inúmeras assembleias municipais espalhadas pelo País. É uma luta sua conhecida. No entanto, esta Moção, em específico para o município de Oliveira de Azeméis, peca pela falta de rigor e precisão na sua exposição. E passo a explicar porquê: Primeiro - Porque recomenda ao município que implemente uma tarifa social nos resíduos sólidos urbanos, quando, para este serviço de responsabilidade exclusivamente camarária, já se encontra implementada. Esta tarifa social automatizada, que se encontra implementada, apoia cerca de mil agregados familiares, um número substancialmente inferior ao valor apresentado na sua Moção. E este sim, os resíduos sólidos urbanos, são um serviço universal a que todos os oliveirenses têm acesso. Não é o caso da água e do saneamento. Segundo - No caso dos serviços da água e saneamento, não refere, em nenhum momento, que este serviço é providenciado por terceiros - uma concessionária - Indáqua - resultado de uma concessão decidida há cerca de 10 anos e que retira da responsabilidade do município a gestão destes serviços, pelo menos, pelos próximos 20 anos, caso não exista alguma revisão contratual ou negociação entre as partes. Por isso, resta saber, quem será o responsável desta adesão à

tarifa social automatizada. Terceiro - Não refere que estes serviços, água e saneamento, não chegam ainda a uma parte muito significativa dos oliveirenses, apesar do esforço municipal em investir nos últimos anos vários milhões de euros no alargamento da rede de água e saneamento. Para que estes serviços possam chegar à grande maioria dos oliveirenses e cobrir o território concelhio como um todo, estimam-se ser necessários dezenas de milhões de euros. Quarto - O argumento que me parece mais forte e que prova esta recomendação é infeliz, é o facto de já existirem tarifas reduzidas previstas neste contrato de concessão, nomeadamente para famílias numerosas, para agregados com pessoas portadoras de deficiência e/ou idosos acamados e também uma tarifa social para um determinado nível de rendimentos, acordado no âmbito do contrato de concessão, que não sendo de adesão automática, faz-se através de requerimento e respetivo comprovativo (rendimento) das situações já mencionadas. No entanto, importa referir que, a adesão do município à tarifa social automatizada fará com que este encargo financeiro sobre os custos da tarifa social automatizada fique a cargo do aderente, o município. E, portanto, a concessionária será beneficiada em dezenas de milhares de euros que terá de ser ressarcido pelo município até ao final da sua concessão. Para além disso, a tarifa social automatizada, pela ERSAR, devido à questão da otimização dos recursos hídricos, só apoia utilizadores com consumos até aos 10 metros cúbicos. No entanto, a maioria destas famílias que utilizam e que necessitam deste tipo de apoio são grandes aglomerados populacionais que utilizam bem mais do que os 10 metros cúbicos. Este diferencial que se faz após os 10 metros cúbicos é pago á tarifa normal. Exemplo: com a tarifa social automática que propõe - um agregado familiar que consuma 15 metros cúbicos irá pagar de água 15,25€: 6,46€ sobre a tarifa automatizada de 10 metros cúbicos mais 8,79€ por 5 metros cúbicos; Saneamento, pagará 6,80€ sobre os 10 metros cúbicos da tarifa automatizada mais os 5 metros cúbicos suplementares a 6,20€. No total, pagará de saneamento 10€. Portanto, este agregado familiar que consome 15 metros cúbicos, pagará 25,2645€, por mês. E com a tarifa social que é aplicada aos dias de hoje, basicamente suprime o 2º escalão da rede de água e saneamento e faz com que estes agregados paguem até aos 15 metros cúbicos a mesma tarifa, uma tarifa reduzida, estes agregados para a água e saneamento vão pagar cerca de 15,378€. Isto faz uma diferença de 9,88€, por mês, uma diferença anualizada de 118€. Isto quer dizer que, de facto, admiro a bondade desta proposta, no entanto, não cabe e não se coaduna com aquilo que nós temos no âmbito deste contrato de concessão. É verdade, e sempre dissemos, que este contrato de concessão era ruinoso e não servia os interesses de Oliveira de Azeméis. Hoje, condiciona-nos ainda muito, sobre o ponto de vista da gestão das nossas redes de água e saneamento. E por isso, e por todos estes motivos já enunciados, não poderemos, a bem da responsabilidade e também destas famílias, votar favoravelmente um dossier que, no final das contas, encarecerá muitos os munícipes que necessitam desta tarifa social. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== *Eu diria que há algumas imprecisões, quer na proposta do Bloco de esquerda, quer na intervenção do senhor deputado (João Costa). Vamos ver o que é que está aqui em causa. O que está aqui em causa é uma tarifa social, que está devidamente regulamentada, para os serviços de água e de saneamento, águas residuais e gestão de resíduos. Portanto, nós temos uma tarifa social que beneficia de acordo com o Decreto-lei citado, 147/2017, que há um conjunto de situações elegíveis para aplicação da tarifa social. Obviamente, essa tarifa social, será objeto de desoneração aos beneficiários e ficará a Câmara Municipal como responsável pelo pagamento. A Câmara Municipal exercerá aqui uma função iminentemente social. Nós estamos de acordo. Isto é o estado social. A implementação dessa tarifa social, já existe. O que nós estamos aqui a falar e o que Bloco de Esquerda quer na sua proposta ..., portanto, nós, estamos aqui a discutir a tarifa nem se é boa ou se é má. Aliás, os clientes finais elegíveis, deste Decreto-lei, até podem ser objeto de uma reapreciação positiva, por parte da Câmara Municipal. O Município podia dizer assim: estes são os elegíveis, são os legalmente elegíveis e a Câmara Municipal pode estabelecer outros critérios desde que não restritivos. O que parece que esta aqui em causa na proposta do Bloco de Esquerda é permitir que as pessoas, pessoas absolutamente carenciadas, a todos os níveis, com uma literacia absolutamente baixa, possam beneficiar deste benefício sem estar com uma burocracia inerente ao preenchimento de formulários, à entrega de documentação, etc.... Todos nós conhecemos a realidade e as carências de uma família destruída, sem rendimentos para satisfação das necessidades mais básicas. O que é que a Lei permite? A Lei permite, que os municípios, mediante deliberação da Câmara Municipal e aprovação da Assembleia Municipal, que essa forma de atribuição desta taxa social se faça de forma automática. Ou seja, a DGAL é o interlocutor com a Câmara Municipal, no sentido de, a 30 de setembro, todos os anos, fornecer os dados referentes: dados económicos, dados financeiros, dados contributivos para segurança social. E é essa automatização que, eu acho, está aqui presente nesta proposta do Bloco de Esquerda. Ou seja, permitir que as pessoas que, por qualquer motivo, não tenham pedido, de forma formal, a atribuição dessa taxa social, permitir que o próprio município as substitua e pergunte à DGAL quais são as famílias elegíveis de acordo com a taxa social implementada. Eu acho que isto é absolutamente claro. Nós estarmos aqui a falar de que isto vai onerar o município, de que esta taxa social é perigosa. Não sei porquê? Eu acho que é uma intervenção absolutamente inútil. Porque o que nós estamos aqui a falar é, de facto, do aproveitamento, das pessoas que são elegíveis e não se candidatam, para se criar aqui uma situação de ilegitimidade. É evidente que, o município pode pôr em causa isto tudo. E vou-lhe dizer, senhor deputado: eu estive a ver, esta proposta do Bloco de Esquerda é transversal. Dezenas, se não em todos os municípios há uma reformulação. Apenas encontrei um município, Póvoa do Varzim, votou contra. Isto é a Lei. Isto é o Bloco de Esquerda a pedir ao município que delibere, concretamente nesta possibilidade legal. Nós estamos aqui a votar pessoas que podem ser elegíveis e estamos a obrigar as pessoas a fazerem um requerimento, quando elas próprias são elegíveis e o estado instituiu um determinado mecanismo para seccionar isto. Neste momento, sabe que há processos em Tribunal exatamente por a questão ser muito falível, dessa questão do requerimento? Sabe porquê? Porque as pessoas*

que iam fazer um requerimento, hoje, de rendimento, iam à câmara Municipal entregavam o requerimento e depois iam corrigir o requerimento, ou seja, faziam o requerimento para serem elegíveis e depois corrigiam a declaração do IRS para a verdade. Gostaria de perguntar, como é que chegou a este número de 3000 famílias? Eu não consegui. Andei a fazer uma pesquisa e não consegui. Não sei, se são dados da autoridade tributária, se são dados da segurança social ou até dados da DGAL? Se me puder esclarecer. Não me parece que isto seja uma coisa completamente desregulada. Eu tenho algumas críticas a fazer ao requerimento. Acho que não está bem fundamentado. Há algumas imprecisões, do ponto de vista da construção do edifício jurídico disto. Acho que não está bem fundamentado, não está. Acho que a construção jurídica não é a correta. Mas temos que ser também sensíveis a estas questões. Independentemente do sentido de voto que aqui manifestaram, o PS vai votar contra, isto é apenas uma recomendação à Câmara Municipal. Pode haver aqui, eventualmente, o voto contra desta medida de solicitação Câmara Municipal para a deliberação e, vossas excelências, os vereadores verem pertinência em votar isto. De qualquer das maneiras, isto teria que ir à Câmara Municipal votar e nós também teríamos que votar aqui em Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Em relação a esta proposta que é apresentada pelo Bloco de Esquerda, em primeiro lugar, eu gostaria de lembrar qual é o papel da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. O papel da Câmara é procurar gerir todos os recursos disponíveis de forma mais eficiente possível para melhorarmos a qualidade de vida da população. Portanto, nós temos, efetivamente, investimentos substanciais para fazermos em vários domínios. Já aqui hoje foram abordados alguns deles, particularmente este da água, saneamento e gestão de resíduos, onde somos convocados para fazer investimentos substanciais. O senhor deputado teve a oportunidade de dizer que isto era uma resposta social. Discordo de si, quando procurou ligar e associar as famílias carenciadas a famílias com grande iliteracia. Olhe, falamos aqui hoje de Ferreira de Castro - é um bom exemplo de alguém que nasceu de uma família muito pobre. Efetivamente nós temos um conjunto vastíssimo de apoios que se direcionam quase sempre para a mesma franja da população. Já falamos hoje da Estratégia Local de Habitação. Mas podemos falar do Programa de Emergência Social, onde temos cerca 60 mil euros para uma tipologia de apoio ligada à água, à luz, às rendas em atraso, cadeira de rodas, para um conjunto vasto de necessidades. Temos o apoio ao arrendamento, estamos a falar de cerca de 200 mil euros. Temos o MAFIN (Medida de Apoio à Família e Incentivo à Natalidade) com cerca de 108 mil euros. E temos outros programas onde temos um conjunto vastíssimo de apoios. O que para mim é relevante é se nós defendemos um modelo onde se fomente a subsidiação ou se procuramos criar para que os oliveirenses tenham acesso a um salário digno, enfim, se conseguimos arrancar e alavancar o elevador social para que ele ultrapasse os sucessivos patamares de problemas sociais que nós ainda hoje apresentamos

no nosso concelho. Eu não quero aqui defender o modelo de estado social que cada um de nós certamente defende. Eu defendo um estado social que não fique satisfeito por nós ano após ano batemos recordes de apoio ao arrendamento, batemos recordes no Programa de Emergência Social, apoiarmos cada vez mais bolsas de acesso ao ensino superior. Eu gostaria de não ter necessidade de fazer nenhum tipo de apoio. Aquilo que nós temos que fazer é investir para desenvolver os territórios, para criar condições para que se acabe com esta pobreza sistémica que obriga, cada vez mais, a termos mais apoios sociais. Eu não gostaria de reduzir esta discussão, que é uma discussão séria, a um processo burocrático e meramente administrativo. Não é disso que se trata. Isto até poderá ter algum enquadramento, em municípios que não tenham tarifários sociais. Não é caso de Oliveira de Azeméis. Oliveira de Azeméis tem, naquilo que é a sua competência da gestão dos resíduos sólidos, o tarifário social. No caso da água e saneamento, no contrato de concessão acordado entre as partes, o tarifário social também está plasmado. Há uma diferença muito importante, que é: Quem suporta o tarifário social neste momento é o operador privado, é a concessionária. A partir do momento em que tenhamos uma tarifa social automatizada de água e saneamento, o privado deixa de assegurar e passa a ser da Câmara Municipal. Ou seja, passa a ser o universo dos contribuintes oliveirenses a financiar esta tarifa social automatizada. É bom que tenhamos isto bem presente: A primeira coisa que vamos fazer é dar muitas largas dezenas de milhares de euros ao privado. Isto é muito importante. E, simultaneamente, vamos transferir essa responsabilidade para a Câmara Municipal. Eu gostaria de dar aqui uma nota que acho que é muito importante: Eu também tive a oportunidade de fazer algumas contas sobre isto. O que esta medida provocará, se nós formos para o padrão dos 15 metros cúbicos - foi o padrão que nós entendemos ser o padrão de consumo de famílias de rendimento reduzido que são também famílias com algum número de elementos que compõem o agregado - o que nós percebemos é que adoção desta tarifa, para além da condição inicial que eu vos referi, da transferência de responsabilidade financeira do privado para o município, em alguns casos, neste caso dos 15 metros cúbicos, vai agravar os custos para os munícipes. É bom que tenhamos consciência disso. Vai agravar os custos para os munícipes. Nós temos que perceber do que é que estamos aqui a falar, porque isto não é efetivamente uma questão de natureza burocrática ou administrativa. É uma questão que vai ter efeitos práticos óbvios. Pegando nesta referência dos 15 metros cúbicos: e como no município de Oliveira e Azeméis, ao abrigo do contrato de concessão uma das condições que está plasmada na tarifa social automatizada é a tarifa fixa valer 0 (zero), (ela efetivamente já vale 0 (zero) no concelho de Oliveira de Azeméis, as famílias de rendimento reduzido já não pagam a tarifa fixa), o que acontece é que, para este padrão de consumo, nós teríamos uma família a pagar 15,30€, por mês, de água e saneamento. Se formos para a tarifa social automatizada, o custo vai ser de 23,60€, por mês. É bom que tenhamos consciência disso. Se nós, mesmo assim, fizermos o que muitos municípios que não tinham nenhum tipo de tarifa social e resolveram, por exemplo, fazer o caminho de 25% de redução por metro cúbico. Foi o que muitos municípios fizeram, uma redução de 25% no custo do metro cúbico. O que nós teríamos em Oliveira de Azeméis, se fossemos por esse caminho,

teríamos os munícipes, a quem nós supostamente queríamos ajudar e beneficiar, a pagar mais 28,80€ do que o que pagam hoje, por ano. Se fossemos ambiciosos, muito ambiciosos mesmo, e se juntássemos à tarifa social, que hoje já é disponibilizada, 50% de isenção - Eu não quero aqui discutir se esta subsídição aos consumos de água, que é um bem precioso e um bem escasso, é uma boa forma de nós apoiarmos as famílias. - Dizia eu - se fizéssemos um desconto de 50% em vez dos 25%, essa família pouparia 42€ por ano. Era disso que nós estaríamos a falar. Não estou a falar do que os contribuintes oliveirenses pagariam. Estou a falar do que essa família pouparia. Portanto, sinceramente, não é com esta visão do mundo, não é com esta visão do país, não é com esta visão da administração pública local que nós arrancam as pessoas da pobreza sistémica.=

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Alcino Martins**, do B.E.. =====*

===== O que aqui foi dito, foi que ERSAR está completamente enganada e está a enganar os cidadãos. O Senhor Presidente da Câmara está preocupado com o dinheiro que os oliveirenses vão pagar. Eu não me importo de pagar impostos, se souber que o dinheiro é bem empregue. Mas o Senhor Presidente da Câmara não está preocupado de, em 2020, em 2021 e em 2022, ter pago em compensação à Indaqua 550 mil euros dos impostos dos oliveirenses, por causa de uma decisão que foi do tal contrato do sistema do tratamento de águas residuais. Não está a fazer uma compensação de 270 mil por ano? Não está? E porquê? Foi feita uma decisão de transferir para os oliveirenses os aumentos dos tarifários do tratamento do sistema das águas residuais, no tal contrato que foi por culpa do PSD, que assinou em 2017. Ou seja, por ano, está a pagar 270 mil euros mais IVA. Esse dinheiro, não é dos oliveirenses? Se estivesse a pagar esses 270 mil euros mais IVA aos oliveirenses que têm necessidade de colocar mais um pão em cima da mesa, não fica melhor? Neste momento a Indáqua está a ter lucros de 700 e tal mil euros e o Senhor Presidente da Câmara em 2019 alterou os contratos de financiamento da concessão, para dizer que: para ter melhores taxas de mercado; para os acionistas terem dividendos duas vezes por ano; E agora recentemente o agregado familiar de 7 para 5 pessoas para usufruir do tal tarifário especial. Na altura, 2019, alterou os contratos de financiamento para a Indáqua ter melhores taxas de mercado. Porque, 700 mil euros, na altura, já não eram suficientes. Gostava de compreender: quando se paga 500 mil euros à Indaqua, não é dinheiro dos oliveirense. Mas, quando se retribuiu aos oliveirenses os impostos que algumas pessoas têm capacidade para pagar, já é um problema. Há pessoas que têm carências. E a nossa responsabilidade, enquanto cidadãos, é olhar por essas pessoas. Não é dizer: estamos aqui a investir 6 milhões de euros em habitação pública. O nosso vizinho, S. João da Madeira, vai investir 39.6 milhões de euros, 585 habitações. E o senhor Presidente da Câmara está aqui a dizer: vamos fazer um investimento estrondoso de 5.6 milhões de euros. Por amor de Deus, tenha um bocadinho mais de humildade e seja menos prepotente e arrogante e reconheça que está a fazer um mau serviço. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Diga-me uma coisa, Senhor Presidente: neste momento há a aplicação da tarifa social? Quem é que suporta essa tarifa social? A Indáqua. Se a tarifa social for automatizada, são os oliveirenses que a pagam? Estamos esclarecidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Reconheço, às vezes, não é fácil, nós termos um comportamento assertivo e correto nestes lugares. Porque, as pessoas, mais do que darem contributos objetivos para melhorar a vida das pessoas, o que as move são ataques pessoais, são questiúnculas que não fazem sentido rigorosamente nenhum nem acrescentam nada. Já que o senhor deputado Alcino Martins fez aqui uma abordagem transversal e foi buscar um conjunto de temas que não rigorosamente nada a ver com aquilo que nós estamos aqui a falar hoje. Dizer-lhe que: entre um caminho onde não havia rigorosamente nada que foi, por exemplo, o percurso de atribuição de bolsas de estudo para estudantes carenciados para aceder ao ensino superior, nós começamos com um percurso de 20 bolsas, 25 bolsas mais recentemente. O senhor deputado defendeu 22, 10 pagas pela câmara, 10 pagas por empresas. Portanto, são 20 e 22, não são 10, são 20 e 22. O senhor defendeu que nós começássemos a pagar 80, o universo dos candidatos. É fácil quando não tem que se explicar. Aliás, acabou por não dizer onde foi buscar o número dos 3000 agregados familiares. Mas, dizer-lhe que, não custa nada nós apresentarmos propostas demagógicas que não explicam onde é que se vai cortar para se fazer. E nem respeitem, sequer, um caminho. Porque é assim que se fazem políticas públicas. É procurar progressivamente ir melhorando as propostas que temos procurando que elas sejam o mais abrangentes possível e possam chegar, em caso de necessidade, a mais pessoas. É isso que se procura fazer. Mas, obviamente, fica bem nós radicalizarmos as posições e passarmos daqui para ali esquecendo-se que durante muito tempo nada foi feito neste domínio. Agora, há um caminho que está a ser iniciado e sempre fomos claros em relação a isso. Em relação às verbas que referiu: Dinheiro da Indáqua. Dinheiro dos contribuintes. O dinheiro é sempre dos contribuintes. O dinheiro é sempre dos oliveirenses. Não há nenhum cêntimo investido pela autarquia que não seja dinheiro dos oliveirenses, como é obvio. Agora, os exemplos que refere, não pode misturar com a questão que nós estamos aqui a falar. Nós estamos a falar da tarifa social automatizada da água. E apresentamos aqui razões, cada um apresentou as que entende, defendemo-las, com toda a legitimidade. Não pode vir aqui falar de 270 mil euros por ano de pagamento que nós estamos a fazer pela suspensão do aumento do saneamento, que o senhor defendeu. Portanto, nós estamos a suportar esse pagamento. Defendeu que não fosse aplicado aos oliveirenses o aumento do saneamento, por isso ele está suspenso. Como as obras que estão a ser feitas e foram feitas, em resultado do tal contrato que foi assinado antes deste*

executivo entrar em vigor, e que a Câmara Municipal também está a suportar, conforme o senhor defendeu também. Defendeu que essa responsabilidade não fosse transferida munícipes oliveirenses. É isso que nós estamos a fazer. Mas é isso que o senhor acaba de criticar. O que eu lhe estou a dizer é, não misture as coisas: uma coisa é a câmara estar a assumir estas duas dimensões, que são importantes. E vamos ver até que ponto as conseguimos defender. Outra coisa é nós não termos um tarifário social, nestas três dimensões que aqui foram referidas, e fazer sentir a sua aplicação. Foi chamado à atenção, e sobre isso não vi nenhuma preocupação manifestada, que teríamos como consequência o aumento do tarifário para os munícipes. A DGAL indicou-nos 1000 beneficiários. A única coisa que eu preciso, é que percebam que há uma transferência clara de responsabilidade de aplicação de suporte financeiro desta tarifa social. Passa claramente para a Câmara Municipal, é isso que eu quero deixar aqui bem claro. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente, neste momento, existe a implementação da adesão à taxa social dependente de um processo burocrático, que é a entrega do pedido. Vamos imaginar que, estas 3000 famílias, amanhã, iriam à Câmara Municipal entregar o projeto/requerimento. - A concessão deste benefício às tais 3000 famílias onerava os oliveirenses? Não. Então, o que a Câmara tem que fazer, se isso é encargo da Indáqua, é uma ação de sensibilização social para que as pessoas possam aderir, via requerimento, e assim não onerando a câmara Municipal e onerando a Indaqua. Nós não vamos votar a favor. Nós, não votamos a favor o requerimento, porque achamos que o requerimento tem algumas imprecisões de construção jurídica. A explicação que nos foi dada aqui, para nós é uma explicação relevante. No nosso entendimento, há que fazer com que as pessoas tenham uma atitude pró-ativa e apresentem o requerimento. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado, por maioria, rejeitar a proposta apresentada, com a seguinte votação: **Contra, 38 votos:** vinte e dois (22) votos do PS, doze (12) votos do PSD, um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **A favor**, um (1) voto do B.E... =====*

*===== **Ponto sete: - Processo N° 17/23 - Concessão/atribuição do direito de instalação de mobiliário urbano e exploração de publicidade (I/39652/2023) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - No âmbito do concurso público internacional desenvolvido com vista à “Concessão/atribuição do direito de instalação de mobiliário urbano e exploração de publicidade” foram rececionados

pedidos de esclarecimento às peças procedimentais (Caderno de Encargos e Programa do Concurso), tendo também sido apresentada lista de erros e omissões, por parte dos interessados; - Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, até ao termo do segundo prazo fixado para a apresentação de propostas, pronunciar-se sobre esclarecimentos/ erros e omissões identificados pelos interessados, conforme estabelecido no n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP); - O prazo para pronúncia terminava a 24 de maio de 2023; - Não foi possível proceder à análise e resposta no prazo referido, dada a abrangência e tecnicidade dos pedidos de esclarecimentos e erros e omissões, que levaram à necessidade de intervenção de vários serviços técnicos do Município, entre os quais os Serviços de Comunicação e Serviços de Licenciamento da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis; - Da análise ao conteúdo da ata de prestação de esclarecimentos do júri, datada de 19 de junho de 2023, resulta, inevitavelmente a alteração às peças do procedimento; - O órgão com competência para aprovação da alteração às peças do procedimento é o órgão deliberativo, cuja sessão ordinária decorre a 26 de junho de 2023, não sendo compatível com a data limite de resposta/pronúncia (24 de maio); - O incumprimento do prazo de resposta/pronuncia daria, inevitavelmente, lugar a prorrogação do prazo para apresentação de propostas, nos termos previstos no art.º 64.º do CCP Assim, proponho ao Órgão Executivo que submeta ao órgão Deliberativo: - Aprovação da alteração às peças do procedimento, tendo em conta o teor da Ata de Prestação de Esclarecimentos e Erros e Omissões, em anexo(documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que se proceda, nos termos previstos no artigo 64.º do C.C.P., à prorrogação do prazo para apresentação de propostas até às 23h59m, do 30.º dia a contar da data de envio do Aviso de prorrogação do prazo para publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Este processo já foi aqui aprovado. Entretanto, foi apresentado um conjunto de reclamações, por parte dos concorrentes. Algumas dessas reclamações foram atendidas e isso obriga a que o processo venha aqui de novo para ser submetido à vossa apreciação. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto oito:** - Constituição do Conselho Municipal de Saúde - (I/39686/2023); Eleição de Presidente de Junta de Freguesia/ União de Freguesias para o Conselho Municipal da Saúde, nos termos do artigo 9º, nº 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.==*

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerandos: No âmbito do processo de transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio da saúde, e conforme o Decreto-lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, passa para os municípios um conjunto de competências (art.º 2.º), que pela sua natureza e diversidade enformam um processo denso e complexo, que não foi ainda desenvolvido ao ponto da sua formalização através de auto de transferência conforme estipulado neste diploma (trabalho em curso). Pese embora esse facto, o Município de Oliveira de Azeméis vê, desde já, reunidas condições para dar curso a ações respeitantes a uma das competências, diferenciada das demais, que prevê o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os municípios e o SNS relativa aos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo, nomeadamente a elaboração da Estratégia Municipal de Saúde e a criação do Conselho Municipal de Saúde. É certo que o Município já vem, desde longa data, desenvolvendo uma intervenção articulada e integrada no domínio da saúde, através de estrutura municipal de parceria, que iniciou em 2010 com a criação da Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências, dando lugar em 2015 à Comissão Municipal para a Promoção da Saúde, esta com um âmbito de atuação mais alargado, como se mostrava pertinente e necessário, potenciando a eficiência e eficácia do trabalho desenvolvido pelas várias entidades da Comissão, terminando o seu exercício em 2022, dando lugar ao Conselho Municipal de Saúde previsto neste processo. O Conselho Municipal de Saúde Conselho tem a seguinte composição (n.º 1, do art.º 9.º) a) O presidente da câmara municipal, que preside; b) O presidente da assembleia municipal; c) Um presidente da junta de freguesia eleito em assembleia municipal em representação das freguesias do município; d) Um representante da respetiva administração regional de saúde; e) Os diretores executivos e os presidentes dos conselhos clínicos e de saúde dos agrupamentos de centros de saúde; f) Um representante das instituições particulares de solidariedade social, designado, anualmente, pelo órgão executivo de associação representativa das mesmas, em regime de rotatividade; g) Um representante dos serviços de segurança social, designado pelo respetivo conselho diretivo; h) Um representante das associações da área da saúde, por acordo entre as mesmas. Tendo em vista a criação desta nova estrutura de parceria, impõe-se dirigir o convite às entidades que o constituem, solicitando a designação do(s) membro(s) representantes para este Conselho, de acordo com o diploma em referência. **Propõe-se:** - Remessa da presente informação à Assembleia Municipal para indicação do(s) membro(s) a terem assento no Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento das alíneas b) e c) do n.º 1, do art.º 9.º do DL 23/2019, de 30 de janeiro.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de João Costa. ===*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputada **João Costa**, do PS. =====*

===== *Apenas para dizer que, acordado em conferência de líderes, indicamos o Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - Senhor Gaspar de Sá Almeida.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou como sendo: **Lista A:** Gaspar de Sá Almeida - Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu um intervalo de 5 minutos para reflexão.* =====

===== *Retomado os trabalhos e após serem distribuídos os Boletins de Voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu-se à chamada do Membros da Assembleia e deu-se início ao período de votação, por escrutínio secreto.* =====

===== *Terminada a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou o resultado da votação: Apuramento de resultado: **Votantes: trinta e sete (37): Votos a favor: trinta e seis (36); Votos brancos: um (1).** Deste modo, foi eleito, para o Conselho Municipal da Saúde, em representação das freguesias do município, o Senhor **Gaspar de Sá Almeida** - Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo.* =====

== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== *Aberto o pedido de inscrições, registou-se o pedido de Alcides Queirós, Arménio Almeida, Ana Almeida e Óscar Oliveira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor **Alcides Queirós**, residente em Carregosa.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia, vou-lhe pedir um favor muito grande. Sei que não é normal, mas eu sempre fui um homem cheio de normalidades. De qualquer das formas, eu não sou hipócrita e não sei fazer isto de outra forma, então, pedia-lhe o especial favor de me deixar cumprimentar apenas 99,99% das pessoas que se encontram neste auditório, ou seja, há aqui três ou quatro pessoas que eu não posso de forma alguma cumprimentar. Depois de toda a situação ocorrida desde a sua tomada de posse, estou a falar do Senhor Presidente que, de facto, me obrigou a esta situação. Eu venho fazer a minha prova de vida. Como sabe, desde a pandemia, a Dr^a Helena Santos, na assembleia realizada na Feira dos Onze, (Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis), em que eu reuni todos os requisitos para fazer parte da assembleia, estávamos em pandemia, levei todos os respetivos testes efetuados com menos de 24 horas, e a senhora não me*

dizia porque é que não me deixava entrar. Mas disse. Eu vim-me embora e a partir dessa data, como deve calcular, a minha posição em relação isto foi afastar-me completamente. Mas não estou afastado. Só não tenho estado fisicamente nestas coisas porque quero poupar algumas pessoas. E porque sou um homem de muito respeito. Só tenho o 12º ano. Os outros é que têm o curso. Mas os mal-educados não sou eu, são os que têm o curso. Eu continuo a dizer: de facto, quando eu subi ao velho Caracas, na primeira na tomada de posse do senhor presidente, fez-me lembrar aquela figura do “Chaplin”, quando estava a apertar a mão intensamente a proferir estas palavras: “Eu sabia, senhor Alcides, eu sabia que vinha, o senhor foi incansável nesta luta, o senhor é um homem que merece tudo e mais alguma coisa.” (E sempre a apertar a mão). Toda a gente sabe que eu travei a guerra dos 40 (anos) aqui em Carregosa. E, a partir daí, eu ...afinal ganhei mesmo a guerra, arranjei um aliado. Para mal dos meus pecados, hoje tenho de pensar que saiu o diabo. Porquê? Porque o senhor presidente, não sei por alma de quê... Isto é preciso explicar aos oliveirenses. Porque os oliveirenses merecem saber o comportamento das pessoas. Porque, se eu no passado, e você sabe-o muito bem, fui um homem crucificado, há uma coisa que a oposição e anteriores presidente sempre fizeram, podia ser carregado de demagogia, mas nunca deixaram de me cumprimentar, nunca deixaram de me convidar para certas situações. E isso chama-se respeito, educação. O senhor presidente a bocadinho abriu-me a porta, falou-me em educação. E eu disse: Olha, por ironia do destino, a porta ficou escancarada para eu abordar o sistema. Tinha aqui uma longa intervenção, doze perguntas, mas eu vou-vos respeitar. Vocês merecem-me todo o respeito, e quando vocês, é toda a gente que está nesta sala. Para quem não sabe, eu criei um mote ao longo da vida sobre a minha terra. E agradeço-vos a forma como vocês veem que de facto Carregosa é hospitaleira. Fico emocionado. Sinto que 45 anos de dedicação a esta terra, embora a tal guerra dos 40 anos, dá-me um determinado privilegio ouvir estas palavras. Então, com o sofrer da vida, o mote é este: «Carregosa fraca mãe, mas boa madrasta.» Boa madrasta, não tenham duvidas nenhuma. Quem vier a Carregosa é recebido de braços abertos, não tenham dúvidas. Claro que os filhos tiveram que sofrer, como eu sofri. Eu sou um homem dedicado, aquilo que disser hoje sei que o vou dizer amanhã porque cá dentro não fica nada. Eu sou aquele homem frontal, sem hipocrisia nenhuma, humilde, e dedicado à minha terra. Uma vez que fiz a minha prova de vida agora, vou sem duvidas nenhuma aparecer-vos nas próximas assembleias. Hoje, aqui na minha terra, vou fazer jus ao respeito e não vos vou cansar com perguntas, vou apenas dizer: esta já é uma pergunta muito direta ao senhor presidente: Porque, de facto, elogiando-me, dizendo-me “eu sabia que você vinha ...” E no dia seguinte via-me e fugia por acolá; via-me ... por acolá.... É preciso ser direto nestas coisas. Fugia como o Judas fugia da cruz. Uma coisa é certa: Eu não fiz mal nenhum ao senhor presidente. Se lhe devo alguma coisa, olhos nos olhos, apresente-me a conta. Mas eu não lhe devo nada. Tenho a certeza disso. Por isso, vou só fazer uma pergunta, esta é merecedora de ser feita agora: O senhor esteve aqui à cerca de um mês, com a presidência aberta: 14 pessoas neste auditório; executivo, nem metade; presidência da assembleia, zero; - Eu pergunto: será que o senhor presidente leva a ideia de que de facto Carregosa é isto? E contive-me. A pergunta era tão escandalosa, o projeto é tão

escandaloso, que me levou a pensar que se tratava de uma situação de mera campanha eleitoral. Senhor presidente, o senhor não pode gastar dinheiro, anda sempre a apresentar grandes contas a fazer campanha em proveito próprio. A presidência aberta, para quem entende um bocadinho como eu da vida política e da vida das terras, é uma presidência aberta. Então, o senhor chega aqui, pergunta-nos: o que é que Carregosa quer para 2035? E eu, sinceramente, quase que me deu vontade de rir. Mas disse: não vou fazer feio, porque está aqui tão pouca gente. Por acaso hoje temos comunicação social, até nisso temos sido o parente pobre da freguesia. Não temos comunicação social, porquê? Porque nós estamos na ser governados por um projeto, como eu disse a sua colega, que ela não tinha coragem de dizer porque é que não me deixou entrar. E eu disse à senhora doutora (Helena Santos) não me diga que está a fazer parte de um complô que nos está a governar e vai continuar a governar com falta de democracia. Gostava só que o senhor presidente me dissesse - essa história da presidência aberta chegar aqui a Carregosa e perguntar: O que é que Carregosa quer para 2035? Então, afinal, não temos um metro de saneamento, não temos um metro de água, não temos os buracos tapados. E este senhor vem-nos aqui perguntar o que é que a gente quer, quando está há 6 anos no poder e não trouxe nada a esta terra. Até a Escola, o parque escolar, por ironia do destino, nós tínhamos que ficar de fora. Todas as outras escolas foram contempladas com comparticipação para o parque escolar e a de Carregosa e do Pinheiro ficaram de fora do sistema. Eu digo: Azar o nosso, Carregosa fica fora de tudo. Eu não vou fazer as perguntas por respeito a todos vós, mas faço-as numa próxima assembleia. Eu sei o que é que a casa gasta. O senhor com essa primeira intervenção que nunca mais falou para mim, demonstrou uma demagogia, aliás, que me leva neste percurso a ter a celebre ideia de o propor como prémio nobel da demagogia. Não sei o que é que se passou para me elogiar tanto e no dia seguinte ... - estou quase como diz o outro - ... "abrir-me a sepultura." Obrigado a todos. Estou coerente comigo mesmo, por isso é não vou fazer qualquer pergunta. Tinha aqui uma dos camiões: anda gente a comprar camiões, não sei quem são os iluminados que compram um camião 6x4, com reduções, 26 toneladas, motor 280 CV. Isso, realmente, tem de ser um negócio de duplo interesse. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia interveio, interpelando o Sr. Alcides Queirós, no sentido de moderar o tom agressivo da sua intervenção, procurando contextualizar e compreender o conteúdo das suas palavras. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor **Arménio Almeida**, residente em Carregosa. =====*

===== Boa noite, a todos. Venho aqui mais uma vez, - Estive aqui à cerca de um ou dois meses, por causa de na minha rua não existir água. Estou a construir casas para alugar. Futuramente vou alugá-las e depois vou ter problemas em arrendar as casas: Vão dizer que é necessário ter as águas certificadas. Na minha rua saneamento também não existe. O motivo de

vir cá é: os meus vizinhos todos querem água, mas não dão a cara, eu sou a única pessoa a pedir a água. Queria que me resolvessem esse problema da água na Rua dos Borralhais. Era só. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à senhora **Ana Almeida**, residente em Carregosa. =====*

===== É só um esclarecimento. Eu não contesto a obra que está ou estará para ser feita. A minha intervenção não era sobre as obras. Todos os anos tenho de fazer obras em minha casa, mas não é por causa disso que deixo de dar de comer aos meus filhos ou deixo de lhes dar a educação. Educação, não são só obras. Não quero acreditar, nem acredito que o executivo pense dessa maneira. Referiu há pouco que as cidades educadoras podem ser uteis, nomeadamente para adoção de boas práticas educativas. Venham elas, porque estamos a precisar. Obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor **Oscar Oliveira**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Agradecer, ao Senhor Presidente e respetiva Mesa, ao Senhor Presidente e respetivos vereadores, aos leitos desta Assembleia Municipal, ao estimado público. Venho aqui como cidadão e a representar um cidadão desta freguesia que por motivos familiares não pode estar presente. Venho aqui falar do assunto já aqui referido sobre as questões da rede de água e do saneamento básico desta freguesia. Em representação de um cidadão de Carregosa que relativamente pouco tempo colocou, Assembleia Municipal e também Assembleia de Freguesia de Carregosa, algumas preocupações em relação à rede de saneamento e à rede de águas que é efetivamente fundamental para a qualidade de vida dos cidadãos. Estamos em pleno século XXI. Independentemente do investimento que este município tem efetuado em diversas freguesias, acho que, é uma obra que deve ser de grande prioridade. E penso que isso não está a acontecer. Sabemos que existem grandes atrasos na conclusão da rede de água e de saneamento. E das obras que se estão a efetuar existem lugares que não estão a ser abrangidos por esta infraestrutura de serviço público. Como é do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Presidente da Junta de Freguesia (Carregosa), existe uma ETAR aqui próximo onde, supostamente, se faz o tratamento de águas residuais - houve já um auto de contraordenação. Em relação a este problema, pensamos que ainda não existe licenciamento para funcionamento desta ETAR. Perguntava ao executivo - como é que está esta situação, que é extremamente importante? Pensamos que, para esta ETAR funcionar condignamente, é fundamental estar licenciada. Como é do conhecimento de todos nós, esta freguesia, no período de verão, é sujeita a cheiros nauseabundos transmitidos por esta ETAR que provocam um mal-estar à população. Na nossa ótica e na ótica da população de Carregosa é fundamental e urgente averiguar os impactos das descargas que estão a efetuar e que têm impacto no ambiente e nas populações, saber qual é o efeito das descargas no rio. O rio desagua em diversas partes que tem produção agrícola. E

gostaria de perguntar à Câmara: quais são as medidas que estão a dotar para a resolução deste problema? A rede de água e saneamento é um serviço público para a qualidade das populações e fundamental para o desenvolvimento da freguesia. Gostaria de saber: quais são as medidas que estão a ser adotadas para a resolução deste problema, independentemente dos investimentos que estão a ser efetuados noutras freguesias e também nesta? Obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal convidou ao uso da palavra a senhora **Constança Melo** - Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa. =====*

===== Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, comunicação social, carregosenses, e a todos os oliveirenses. Quero agradecer ao Senhor Presidente de vir à nossa terra esclarecer algumas coisas que já estavam ditas, mas veio reforçar. Agradecer a todos os que participaram nesta Assembleia. Algumas coisas eu gostaria que não acontecessem, mas, é o que é, é política. Boa noite. Obrigado a todos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Cumprimentar o Senhor Alcides Queirós, porque é isso que a educação me exige. Cumprimento todas as pessoas, como habitualmente, mesmo aquelas que discordam de mim politicamente. Não compreendo a mágoa do Senhor Alcides Queirós. O Senhor Presidente (Amaro Simões) diz que compreendia. Eu não compreendo, de todo. Aliás, a presidência aberta é uma forma clara de que eu não fujo a ninguém, nem tenho medo de ninguém, irei a qualquer sítio para o qual for convidado e deslocar-me-ei neste concelho sem qualquer tipo de problema, porque, obviamente, ando de cabeça levantada. Não me lembro, sinceramente. Seis anos, depois de tantos problemas, não me lembro desse elogio rasgadíssimo (eu nem conhecia o senhor) que foi feito numa sessão de apresentação de cumprimentos onde estão centenas de pessoas, mas o senhor foi um privilegiado e teve a oportunidade de me ver tecer-lhe rasgados elogios nessa sessão. O Senhor diz que tem um conjunto de perguntas. Terei todo o gosto, caso entenda que me deve fazer chegar essas questões, em procurar dar-lhe resposta, conforme procuramos fazer às muitas solicitações com que somos confrontados. O Senhor diz que é uma pessoa de respeito. Mas não é de mais respeito do que eu, seguramente. Porque, objetivamente, não há ninguém que possa dizer que eu deliberadamente deixei de o cumprimentar. Não sei onde é que o senhor foi buscar esse registo de eu não o cumprimentar, não faço a menor ideia. A presidência aberta é precisamente uma forma de nós envolvermos a população no processo de auscultação, em relação aquilo que as pessoas pensam que deve ser o seu futuro. Nós através de um programa eleitoral temos um conjunto de iniciativas. E depois esse programa eleitoral é o guião que nós devemos adotar sem que as pessoas sejam responsabilizadas ou sejam desafiadas a apresentar as suas sugestões,

os seus contributos. É isso que nós estamos a procurar fazer, muito honestamente, para que - depois de termos esses contributos, é aberto a toda a comunidade - quem quiser aparecer pode aparecer, pode criticar, pode sugerir, pode opinar. É isso que se pretende. Para depois termos um documento síntese que reúna todos esses contributos e possamos ter um documento orientador para as políticas públicas que tempos que implementar. Isto é o tal planeamento estratégico que é desejável que se faça envolvendo a população, envolvendo a comunidade nesse planeamento. [Durante estes esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Alcides Queirós abandonou ostensivamente a Assembleia Municipal.] Em relação á questão colocada pelo Senhor Arménio: O que me foi dito foi que: “existe viabilidade técnica até ao número 70 dessa rua e, não existe viabilidade técnica, por falta de pressão para o resto da rua.” Aquilo que nós podemos fazer nestas circunstâncias é procurar com a concessionária se existe alguma solução. Obviamente que, se o senhor está a fazer investimento e se está a construir habitações, seria bom que nós pudéssemos ter nessa rua água pública disponível, para que as pessoas fossem servidas. Portanto, vamos procurar perceber se há alguma coisa que se possa fazer, para que nesta rua se crie as condições. Em relação à intervenção da Ana Almeida: Eu não disse, de todo, que a educação é só obra. Não sei onde é que foi buscar essa ideia. Eu falei, inclusive, em projetos pedagógicos diferenciadores que impedissem que os nossos alunos ficassem para trás, tivessem uma escola pública integradora, inclusiva, potenciadora. Foi isso que eu disse. Óscar Oliveira, água e saneamento: É um problema sério. Agora, se tivesse vindo à presidência aberta teria ouvido o que eu disse, em relação a isso. Objetivamente, nós, não vamos enganar as pessoas, não vamos criar expectativas que não temos no momento capacidade para concretizar. O Senhor presidente da junta de freguesia de Loureiro recorrentemente reclama o saneamento para a sua freguesia. Tem todo o direito para o fazer. Como tem o senhor Gaspar Almeida, em relação à freguesia de Pindelo onde também temos uma deficiente taxa de cobertura. Como tem a senhora presidente Constança Melo que aproveita todas as oportunidades para reclamar esse investimento. Carregosa terá cerca de 80% de taxa de cobertura de água e 20% de saneamento. Isto significa que nós para alavancarmos esta taxa de cobertura de saneamento precisaremos de 5.5 a 6 milhões de euros. Claro está que, quando se alavanca a taxa de saneamento, nas ruas onde não há água nem saneamento terá que se fazer também a questão da água. É um grande investimento. Não temos capacidade para fazê-lo com recursos municipais. Porque, temos Loureiro, temos Carregosa, temos Pindelo, temos S. Martinho da Gândara, temos um conjunto de freguesias que representam um investimento enorme. Estamos a falar de recursos financeiros de dezenas de milhões de euros que nós não temos capacidade. Portanto, o que é que nós estamos a fazer? Estamos a fazer aquilo que é possível fazer, que é investir nos projetos para todo o concelho, para que logo que tenhamos avisos disponíveis podermos candidatar-nos. Logo que tenhamos recursos financeiros da câmara municipal disponíveis, pois, certamente é isso que nós faremos também. Aliás, neste investimento de 12 milhões de euros que está a ser feito, cerca de 3 milhões de euros são comparticipados, cerca de 9 milhões de euros são esforço do orçamento municipal. É esse caminho que se tem que fazer. Para isso é preciso termos uma Câmara de boas

contas, uma Câmara de boas práticas, uma Câmara onde se gere bem os recursos, onde se é eficiente, para que surjam disponibilidades que permitam resolver este problema. Não há ninguém nesta sala que não gostasse que este problema estivesse resolvido. Não temos, sinceramente, neste momento, capacidade para o fazer. Temo-lo dito, olhos nos olhos, aqui, em Loureiro, em Pindelo, fá-lo-emos em S. Martinho da Gândara ou em Palmaz. Gostaríamos de ter outra mensagem para vos dar. Em relação à ETAR de Carregosa: Ela está a funcionar. Está a funcionar mal. A ETAR de Carregosa não é solução para coisa nenhuma. Portanto, precisamos de uma ETAR nova nesta região. Essa ETAR nova faz parte do plano que existe para a cobertura da rede de água e saneamento no nosso concelho. Estamos a fazer ETAR neste momento no Pinheiro da Bemposta. Gostaríamos de ter capacidade para replicar esse investimento aqui, mas não é possível. Por isso, pedimos desculpa aos carregosenses, como pedimos desculpa a todos os municípios que ainda não são dotados da rede de água e saneamento. Mesmo com o investimento brutal que se está a fazer, depois de concluído, 85% de cobertura para água e 65% para saneamento, ou seja, temos pouco mais de 50% de cobertura de saneamento e precisaríamos de esta a falar de números de saneamento à volta dos 85%. Portanto, percebem bem que ainda há aqui um caminho enorme para percorrer. Há vontade de o percorrer. Há a percepção da importância de rapidamente resolver este problema. Mas também há a humildade para reconhecer que não temos capacidade para o resolver neste momento. Esperamos vir a criar essa capacidade. E cá estaremos para anunciar uma notícia que será certamente do agrado de todos. =====

*===== Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =====*

===== Agradeço a vossa presença e o acolhimento extraordinário da Junta de Freguesia de Carregosa. A próxima Assembleia Municipal, 25 de setembro, é em S. Roque. Muito obrigado, a todos. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 22 horas e 50 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.=

Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário